



Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária Janaína Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-476-4

DOI 10.22533/at.ed.764200810

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo do espaço sempre envolve a coletividade, por mais privado que seja um espaço ele pode servir a mais de um indivíduo, também podemos pensar nos grandes espaços, abertos públicos. Discutir o uso, a apropriação, o destino que a ele se dá é necessário, pois não podemos pensar em apenas descartar ou esquecer o que já foi gerado, um vez que o impacto de atitudes assim já pode ser sentida na nossa sociedade, onde se percebe a finitude dos recursos, que a responsabilidade sobre o uso consciente do espaço é obrigatória. Além do impacto ambiental devemos discutir também o impacto social, histórico. A permanência ou não de edificações, sua relevância e significação.

Este livro aborda, sobre diferentes aspectos, o espaço. Traz-se discussões sobre a fragilidade socioespacial e ambiental de determinadas regiões e como tratar disso, aborda também a humanização dos espaços, entendendo o mesmo muito além de um espaço construído, mas sim da melhor forma que ele pode se apresentar e valorizar o ser social e humano. A discussão se volta para uma questão técnica: a acessibilidade, sua fragilidade e como não se pode dispensá-la. Os artigos seguintes abordam questões referentes a conjuntos já edificados, como são compreendidos e como devem ser tratados.

O tema amplia a escala e passa a tratar de espaços urbanos maiores, apresenta a resposta a uma oficina participativa e as relações complexas e atuais do porto de Paranaguá-PR. O patrimônio vira o foco dos artigos seguintes que abordam a morfologia dos espaços germinais, o patrimônio industrial, as vilas de operários, o patrimônio imaterial, a descaracterização de locais de origem de Roraima e finaliza com o acervo da Câmara dos Deputados.

Todos os temas, tão caros à nossa sociedade, que precisa voltar os olhos para essas questões, cotidianas, mas que não podem ser deixadas à margem, devem ser amplamente debatidas para a formação de espaços de qualidade para uso da sociedade.

Boa leitura e boas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL A PARTIR DE TÉCNICAS PARA COMUNIDADES EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL

Vera Santana Luz

DOI 10.22533/at.ed.7642008101

CAPÍTULO 2..... 25

SUSTENTABILIDADE E HUMANIZAÇÃO EM UM CENTRO DE REABILITAÇÃO

Mariana Irigoyen

Luciano Javier Monza Cachán

DOI 10.22533/at.ed.7642008102

CAPÍTULO 3..... 42

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS EM EDIFICAÇÃO ESCOLAR E PROPOSIÇÃO DE ADEQUAÇÕES COM BASE NA NBR 9050:2020 E NBR 16537:2016

Karla Alberini do Amaral

Hugo Sefrian Peinado

DOI 10.22533/at.ed.7642008103

CAPÍTULO 4..... 58

A FUNÇÃO RESIDENCIAL no Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Claudio Antônio Santos Lima Carlos

João Pedro Soares Ferreira

Jonathan Trindade

Luiz Philipe Santos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7642008104

CAPÍTULO 5..... 72

ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRASÍLIA: SETOR HOSPITALAR LOCAL SUL (SHLS)

Aisha - Angèle Leandro Diéne

Bruna Pereira de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7642008105

CAPÍTULO 6..... 82

OFICINA PARTICIPATIVA DE INTERVENÇÃO URBANA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UMA PRAÇA

Larissa Leticia Andara Ramos

Ana Paula Rabello Lyra

Nayra Carolina Segal da Rocha

Raquel Corrêa Mesquita

Fernanda Roza Maranhão

Suzany Rangel Ramos

DOI 10.22533/at.ed.7642008106

CAPÍTULO 7	94
RELAÇÕES PORTO-CIDADE E O IMPERATIVO DA RESPONSABILIDADE: ANÁLISE DA ABORDAGEM DO PLANO MESTRE DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE PARANGUÁ	
Kellen Smak	
Sidney Reinaldo da Silva	
Rogério Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.7642008107	
CAPÍTULO 8	105
DA MORFOLOGIA URBANA AO RESTABELECIMENTO DE MARCOS CULTURAIS: ESTUDO APLICADO A UM NÚCLEO GERMINAL MUNICIPAL	
Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe	
Lorena Gaspar Santos	
Melissa Almeida Silva	
Rianny Silva dos Santos	
Walter Gomes Goiabeira Filho	
Wellington Jorge Cutrim Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.7642008108	
CAPÍTULO 9	115
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, AS TEORIAS CLÁSSICAS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ÀS CARTAS PATRIMONIAIS	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7642008109	
CAPÍTULO 10	132
VILA ECONOMIZADORA: A MEMÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES	
Giovanna Lopes Barbosa	
Izamara Macedo Oliveira	
Marina Marques da Silva	
Thais Cristina Silva de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.76420081010	
CAPÍTULO 11	142
PATRIMÔNIO IMATERIAL E PAISAGEM CULTURAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRACICABA	
Marcelo Cachioni	
Fernando Monteiro de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.76420081011	
CAPÍTULO 12	154
PORTO DO CIMENTO: O BERÇO DE BOA VISTA DESCARACTERIZADO PELA GESTÃO PÚBLICA – RORAIMA, BRASIL	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.76420081012	

CAPÍTULO 13.....	166
GERENCIAMENTO DE RISCO DOS ACERVOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONGRESSO NACIONAL Gilcy Rodrigues Azevedo Juçara Quinteros de Farias Cláudia Fernandes Porto DOI 10.22533/at.ed.76420081013	
SOBRE A ORGANIZADORA	180
ÍNDICE REMISSIVO.....	181

CAPÍTULO 1

POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL A PARTIR DE TÉCNICAS PARA COMUNIDADES EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL

Data de aceite: 01/10/2020

Data da Submissão: 25/06/2020

Vera Santana Luz

Pontifícia Universidade Católica de Campinas,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo
Campinas – São Paulo
<https://orcid.org/0000-0001-6931-0574>

RESUMO: Apresentação de fundamentação Teórica, Objetivos e Métodos para inventário e proposição de alternativas técnicas no âmbito da arquitetura e de infraestrutura de edificações em pequena e média escala, como sistemas potencialmente geradores de autonomia para comunidades em regiões de fragilidade socioespacial e/ou ambiental, como alternativa imediata de construção civil, saneamento, energia passiva e de suporte para a produção de agricultura familiar, especialmente aplicáveis nas frentes da Região Metropolitana de São Paulo, onde os tecidos e contextos urbano, rural e ambiental se apresentam contíguos, mesclados ou em interface e, muitas vezes, conflitantes. Prevê-se que a aproximação a estes territórios possa gerar subsídios extensíveis e apropriáveis, por analogia, às periferias metropolitanas brasileiras considerando suas características sistêmicas. Objetiva-se a consecução de insumos para Cadernos ou Cartilhas de Técnicas e Sistemas utilizáveis, abertos e ampliáveis, como suporte a ações práticas e políticas

destas comunidades e como projeto piloto para pesquisas futuras, de maior amplitude, a respeito de situações de precariedade urbana latino-americanas.

PALAVRAS-CHAVE: tecnologias alternativas em arquitetura; autonomia; fragilidade socioespacial; periferia metropolitana

TOWARDS AN ACHIEVABLE AUTONOMY FROM TECHNICS FOR COMMUNITIES IN REGIONS OF SOCIO-DASPCIAL AND ENVIRONMENTAL FRAGILITY

ABSTRACT: Presentation of theoretical foundation, objectives and methods for an inventory and proposal of technical alternatives in the ambit of architecture and infrastructure in small and medium scale, as systems potentially capable of generate autonomy for communities in regions of socio-spatial and/or environmental fragility, as an immediate alternative for civil construction, sanitation, passive energy and support for the production of family agriculture, especially applicable in the fronds of the Metropolitan Region of Sao Paulo, where urban, rural and environmental tissues and contexts are interfaced, contiguous or merged, and often conflicting. It is expected that the approximation to these territories can generate subsidies that are also extensible and appropriated, by analogy, to the Brazilian metropolitan peripheries, considering their systemic characteristics. The aim is to obtain inputs to Notebooks or Booklets of usable, open and expandable techniques and systems, as a support for practical and political actions of these communities and as a pilot project for future research of a larger regarding

situations of Latin American urban precariousness.

KEYWORDS: alternative technologies in architecture; autonomy; socio-spatial fragility; metropolitan periphery

1 | PREMISSAS TEÓRICAS

[Não] existe pecado do lado de baixo do Equador,¹

Estima-se que o patrimônio de oito pessoas equivalha ao da metade mais pobre do mundo. Indicadores apresentam desigualdade global crescente, como aumento de renda anual entre 1988 e 2011 de U\$ 65 por ano para os 10% mais pobres e de 182 vezes para os 1% mais ricos. A OXFAM em consonância com o próprio FMI aponta, dentre hipóteses do aumento da desigualdade a ideologia hegemônica do neoliberalismo - que insiste no pressuposto de que a riqueza criada inicialmente no topo migraria para as camadas de menor renda. A economia dos 1%² que fundamenta políticas e investimentos de estado e empresas, basear-se-ia em falsas premissas como: o mercado está sempre certo e o papel dos governos deve ser minimizado; as empresas precisam maximizar lucros e retornos para acionistas a todo custo; a riqueza individual extrema é benéfica e sinal de sucesso e a desigualdade irrelevante; o crescimento do PIB deve se o principal objetivo da formulação de políticas; nosso modelo econômico é neutro em relação ao gênero; os recursos do Planeta são ilimitados (OXFAM, 2017).

À hipótese de escassez, recorrente nos diversos encontros mundiais relativos à sustentabilidade, contrapomos a dicotomia opulência x escassez, na indagação por uma prosperidade possível. Se a riqueza global total alcançou U\$ 280 trilhões em 2017 (CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE, 2017) e, estimando-se a população mundial em 7 bilhões de pessoas, teríamos: U\$ 280.000.000.000,00 ÷ 7.000.000.000,00 pessoas = U\$ 40.000,00/indivíduo, o que estaria longe de um índice de pobreza extrema e que equivaleria, em termos genéricos e incipientes para efeitos deste discurso, ao valor aproximado dispendido para construção de uma casa de 90m², em São Paulo, com materiais e mão de obra de padrão simples. Esta conta elementar asseveraria que a equidade monetária se trataria de dissolver a acumulação pela distribuição de renda, não havendo escassez. Ora, a ingenuidade desta conta demonstra por disparate que, caso a renda disponível no mundo fosse equitativamente dividida não haveria como produzir, no modo capitalista, que pressupõe concentração de renda e investimentos e a relação capital x trabalho orientada pela mais-valia. Então, nos limites de uma tese rudimentar, ou teríamos capacidade de congregiar todo o planeta em um sistema de plena colaboração horizontal de recursos e participação como viabilidade produtiva ou estaríamos condenados a perpetuar

¹ Da canção de Chico Buarque de Hollanda, contrariando os termos de negação para afirmação.

² Desde 2015, o 1% mais rico detinha mais riqueza que o resto do planeta. Banco Credit Suisse (2016) Global Wealth Databook 2016 (OXFAM, 2017).

o sistema de acumulação e desigualdade crescente – matriz do funcionamento capitalista. Ambos limites absurdos. No entanto vivemos no segundo deles como estado de realidade contemporânea.

As Conferências e Comissões sobre meio ambiente conduzidas pela ONU - notadamente desde 1972 (UN, 1972) com a Conferência de Estocolmo – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano -, o Relatório da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum conhecido como Relatório Brundtland, de 1987 (UN, 1987), a Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, denominada também Cúpula da Terra (ONU, 1992), a Rio+10 – Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – em Johannesburgo, África do Sul, 2002, a Rio+20 (ONU-HABITAT, 2015) – Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2012, da qual resulta o documento O Futuro que Queremos e, em 2015, a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, sediada na ONU em Nova York, onde se definiram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o compromisso em finalizar o trabalho conhecido como Agenda 2030 e os ODM Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2016) -, nos diferentes esforços e pactos construídos, apontam como constante a tentativa de equilibrar, com apuro, três pratos com uma mesma varinha, quais sejam: o desenvolvimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ambiental, pactuados na Rio-92 como as três dimensões do desenvolvimento sustentável, os 3 E: *environment, equity, economy*.

Os documentos produzidos reiteram esse compromisso e o intuito de um concerto mundial, como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21 e os Princípios para a Administração Sustentável. É observável, na cronologia das conferências, o deslocamento entre a consideração do meio ambiente disponibilizado *positivamente* a serviço da humanidade – apontada pelos próprios nomes, como na Conferência de 1972, Conferência das Nações Unidas sobre o **Meio Ambiente Humano**, para uma consciência de compromisso com as gerações vindouras da espécie humana em **Nosso Futuro Comum** -, ao relativo entendimento de que a humanidade é uma parte do meio ambiente e da ecologia, e não sua senhora e proprietária. Porém, a hipótese de desenvolvimento associado ao ambiente se mantém constante: **o Ambiente e o Desenvolvimento; Desenvolvimento Sustentável** (grifos meus). Os títulos representam os ideais. Como poderemos, então, promover redução da pobreza (não sua extinção?), atingir ensino básico universal, igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir sustentabilidade ambiental e estabelecer parceira mundial para o desenvolvimento? Como poderemos constituir a erradicação da pobreza, promover a fome zero e agricultura sustentável, saúde, bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável, saneamento, energia limpa e acessível, trabalho decente e o crescimento econômico, a indústria, a inovação e a infraestrutura, a redução das

desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, a ação contra a mudança global do clima, a vida na água, a vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes, parcerias e meios de implementação, quando tomamos por referência os 8 ODM – Objetivos do Milênio e os 17 ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030? Se esforços de mais de quarenta anos, que reuniram em sua última versão signatários de 193 Estados-membros, são um atestado de que seria possível acreditar nesses propósitos como atingíveis, nossa tese rudimentar acima poderia acalantar a derivação para o limite oposto ao constatável no real, qual seja, de um concerto mundial equitativo.

Não se pode alcançar semelhantes metas com respeito à finitude dos recursos planetários em se mantendo os graus de extração, produção e descarte humanos. Cálculos da *Ecological Footprint* - a Pegada Ecológica³ (WACKERNAGEL, 1996), são incontestes e atestam, também, desigualdade. Atualmente estima-se que a população mundial necessita 1,6 Planetas Terra para produzir os recursos renováveis que utiliza e, neste estado das coisas, necessitaria 2 Planetas/ano em 2050. O *Living Planet Report* 2016 (WWF, 2016) apresenta países com maiores déficits relativos a 2012: Qatar, Kuwait, Emirados Árabes, Dinamarca, Estados Unidos, Canadá e Austrália.

A desigualdade brasileira não é mais alentadora. Estudos da OXFAM Brasil indicam, entre 2001 e 2015, a apropriação dos 10% mais ricos de 61% do crescimento econômico, enquanto a fatia dos 50% mais pobres 18%; a concentração de renda de 1% da população alcança 25%⁴. A cobertura dos serviços essenciais está fortemente correlacionada à renda: dados de 2015 apontam 94% de acesso à água para os 5% mais ricos e 62% para os 5% mais pobres e provimento de esgotos abrangendo 80% dos 5% mais ricos caindo a 25% para os 5% mais pobres (GEORGES, 2017). Segundo o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. O Mapa da Desigualdade 2017 (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017) organiza indicadores, onde é reiterada a desigualdade entre as regiões centrais e os distritos periféricos do município de São Paulo⁵. Eis alguns deles (Figura 1):

3 Metodologia utilizada por governos, entidades e empresas, de indicadores de sustentabilidade baseada na quantidade disponível de área de território biologicamente produtivo e água/pessoa.

4 5% dos mais ricos recebem o equivalente aos demais 95%; 60% das pessoas têm renda domiciliar per capita média de até R\$ 792,00/ mês e 80% dos brasileiros vivem com renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais.

5 Os indicadores se referem a Assistência Social, Cultura, Educação, Esporte, Habitação, Inclusão Digital, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho e Renda, Transportes/ Acidentes de Trânsito e Violência.

Indicador/ /Distrito	República	Pinheiros	Perus	Jardim Ângela	Marsilac	São Mateus
Acesso de livros para adultos em bibliotecas municipais/habitante com + de 15 anos	2,97	0,755	0,389	0,018	0	0,021
Acesso de livros infanto-juvenis em bibliotecas municipais/habitante entre 7 a 14 anos	0,483	1,51	0,458	0,048	0	0,029
Centros culturais e afins/ 10 mil habitantes	0,969	1,53	0	0	0	0,066
Cinemas/10 mil habitantes	1,45	3,22	0	0	0	0
Museus/10 mil habitantes	0,808	919	0	0,031	0	0
Teatros/10 mil habitantes		2,3	0	0	0	0
Demanda atendida em creches municipais	79,55	79,65	93,27	62,1	83,54	80,86
Equipamentos esportivos públicos municipais/10 mil habitantes	0	0	0,237	0,248	0	0,461
Domicílios em favelas/ total de domicílios	0	0,081	13,06	19,43	3,11	6,75
Telecentros públicos/ 10 mil habitantes	0,162	0	0,237	0,248	0	0,132
Unidades básicas de saúde públicas/10 mil habitantes	0,162	0,153	0,355	0,59	2,51	0,396
Remuneração média do emprego formal - 2015	R\$2.844,00	R\$4.102,81	R\$2.072,76	R\$1.889,36	R\$1.287,32	R\$2.253,90
Homicídio/10 mil habitantes - 2015	22,92	3,06	9,55	19,83	12,45	13,32
Empregos/ 10 mil habitantes	27.294,03	20.313,14	627,69	464,71	168,38	1.713,49
Número de vezes que o distrito aparece entre os 30 piores distritos em 38 indicadores avaliados	16	-	-	15	23	-
População em situação de rua - acolhidos % sobre população total da cidade	0,336	0,122	0	0	0	0,064
População em situação de rua % sobre população total da cidade	1,18	0,083	0,007	0	0	0,039

Figura 1: Indicadores de Desigualdade.

Fonte: Rede Nossa São Paulo (2017, p. 28-77).

No que tange à concentração imobiliária de São Paulo, 1% dos proprietários detém 25% dos imóveis registrados na cidade, correspondentes a 45% do valor imobiliário municipal e cada proprietário possui em torno de 600 vezes a média nacional de distribuição de patrimônio (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2017). Vejamos algumas concentrações e desigualdades do mesmo estudo (Figuras 2, 3 e 4):

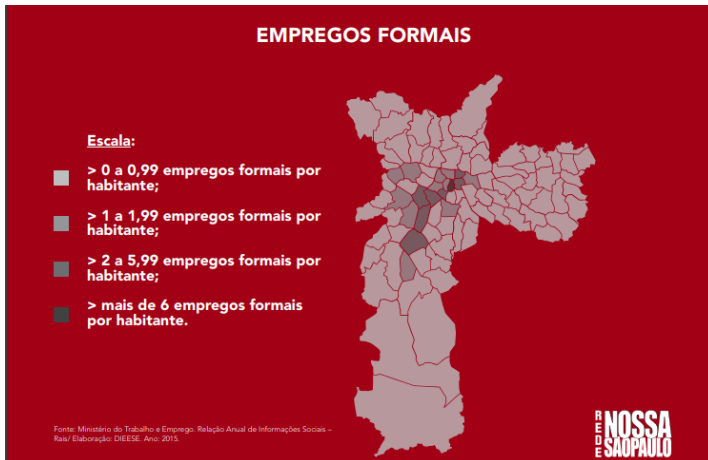


Figura 2: Empregos Formais.

Fonte: Rede Nossa São Paulo (2017, p. 16).

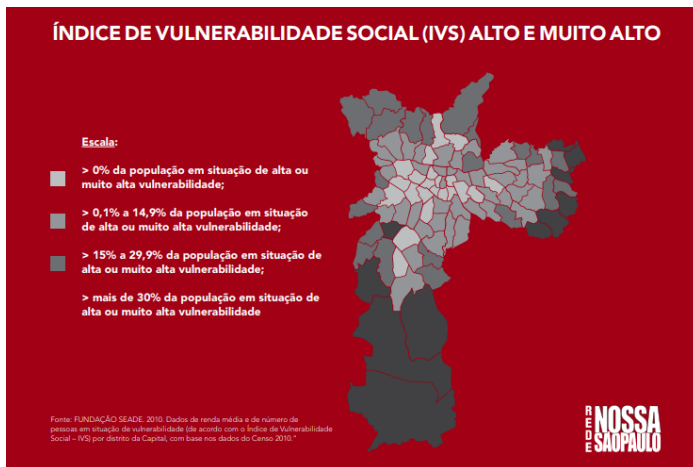


Figura 3: Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) alto e muito alto.

Fonte: Rede Nossa São Paulo (2017, p. 23).

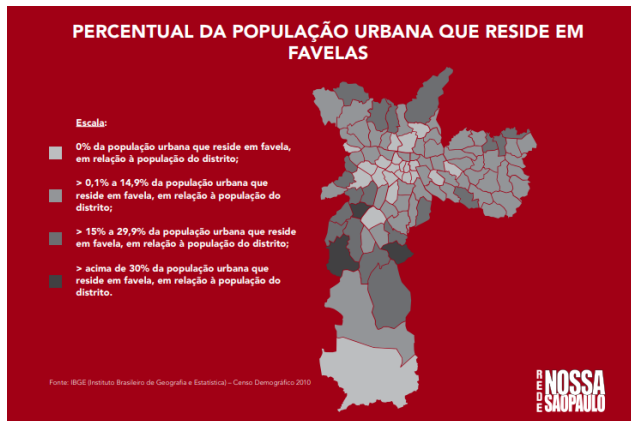


Figura 4: Percentual da População Urbana que Reside em Favelas

Fonte: Rede Nossa São Paulo (2017, p. 21).

Embora a matriz centro-periferia em São Paulo possa ser relativizada, com ilhas de desigualdade em regiões centrais e índices variáveis também em função da ocorrência de condomínios fechados em áreas periféricas - apartados do tecido urbano, o que em si já revela uma anomalia -, indicadores apontam para a permanência de desigualdade de qualidade de vida urbana nas regiões periféricas. Os argumentos ora propostos teriam reiteração muito maior que nos territórios elencados. Talvez pudéssemos generalizar sua constância, grosso modo, a regiões continentais abaixo do Equador, com algumas exceções como a Austrália. Seria por ventura característico das Américas do Sul e Central entre o Atlântico e o Pacífico. É notório que o problema da exclusão de vastas áreas urbanas da definição de cidade – direito e garantia de habitação, infraestrutura urbana, serviços e equipamentos, espaços públicos, trabalho e renda - é praticamente invariável em todas as urbanizações de caráter predominantemente industrial ou terciário ou nas cidades tributárias ou submetidas ao sistema capitalista em termos de globalização da economia, verificável em Paris, Londres, Nova York, Rio de Janeiro, Manaus, São Paulo, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Campinas, Cidade do México, Nova Deli, Mumbai, Pequim, Luanda, Kinshasa, Medellín, La Paz, e assim indefinidamente.

Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana global. [...] Claro que nem todos os pobres urbanos moram em favelas e nem todos os favelados são pobres; [...] em algumas cidades, a maioria dos pobres mora, na verdade, fora da favela propriamente dita. Embora, obviamente, as duas categorias se sobreponham, o número de pobres urbanos é consideravelmente maior: pelo menos metade da população urbana do mundo, definida pelos patamares de pobreza nacional relativa. Além disso, aproximadamente um quarto dos habitantes urbanos (conforme

Fato é que não conseguimos, com todos os pressupostos da arquitetura e do urbanismo modernos como *causa* e não *estilo* (KOPP, 1990), com tecnologia industrial avançada, estados democráticos de direito e representação, premissas e técnicas de sustentabilidade, constituir uma cidade sequer que possa ser denominada inteira e simplesmente como tal – cidade – plena de infraestrutura urbana e cidadania ou, mais amplamente, sustentável no prisma ambiental, social e econômico. Ou então precisamos rever nossas definições de cidade. Sequer conseguimos constituir solução para a questão habitacional, com uma população urbana mundial que, em 2014, perfazia 54% do total e cuja previsão crescimento concentrava-se em quase 90% na Ásia e África, especialmente na Índia, China e Nigéria. Tínhamos, em 2014, 3,9 bilhões de pessoas habitando cidades, população rural de 3,4 bilhões e vinte e oito mega-cidades com mais de 10 milhões de habitantes⁷, com metade dos 3,9 bilhões de habitantes urbanos residindo em centros de até 500 mil pessoas (UN, 2015). Paradigmas de campo e cidade, urbano e rural, desenvolvimento urbano são postos em xeque, apontando para novas hipóteses de como alimentar esse contingente populacional, como abrigá-los, como conviver, como assegurar direitos. Também não conseguimos construir um edifício sequer totalmente sustentável ou autossuficiente⁸ ou sistemas de infraestrutura extensíveis a todos ou um conjunto expressivo de faturas urbanas ou arquitetônicas com baixo impacto ambiental no que tange à extração, fabricação, transporte, instalação, manutenção e geração de resíduos. No estágio da cultura contemporânea, nem sabemos se isto é efetivável.

No nosso âmbito estrito, a realização de insumos para protótipo de Cartilhas ou Cadernos de Técnicas e Sistemas utilizáveis, potencialmente geradores de autonomia para comunidades em regiões de fragilidade sócio espacial e/ou ambiental enfrenta fronteiras entre a expectativa em ser um arcabouço pactuado e sistematizado que possa contribuir para o aperfeiçoamento técnico, geração de renda, estabelecimento de matrizes construtivas eficientes e viáveis dessas comunidades, no sentido de ação política para

6 Davis apresenta médias a partir do UN-Habitat e de várias referências onde constam as maiores populações faveladas/país, como: Etiópia 99,4%; Tanzânia 92,1%; Sudão 85,7%; Bangladesh 84,7%; Nigéria 79,2%; Paquistão 73,6%; Peru 68,1%; Índia 55,5%; Vietnã 47,4%; Irã 44,2%; Filipinas 44,1%; Turquia 42,6%; Egito 39,9%; China 37,8%; Coreia do Sul 37%; Brasil 36,6%.

7 Exemplos de mega-cidades são: Tóquio com 38 milhões de habitantes, Deli com 25 milhões, Xangai com 23 milhões, as Cidades do México, Mumbai e São Paulo com aproximadamente 21 milhões de habitantes (RMSP), Osaka e Pequim com aproximadamente 20 milhões, Nova York e Cairo com 18,5 milhões.

8 Em caráter de exemplo, referenciais do Sistema AQUA-HQE™ estabelecem, para edificações, categorias e indicadores com critérios relacionados a: Relação do Edifício com seu Entorno; Produtos; Sistemas e Processos Construtivos; Canteiro de Obras; Energia; Água; Resíduos; Manutenção; Conforto Higro-térmico, Acústico, Visual e Olfativo; Qualidade dos Espaços; Qualidade do Ar; Qualidade da Água e, no âmbito urbano, a Integração e Coerência do Bairro com o Tecido Urbano, Outras Escalas do Território e Contexto Local; Densidade; Mobilidade e Acessibilidade; Patrimônio, Paisagem e Identidade; Adaptabilidade e Potencial Evolutivo; Preservação dos Recursos Naturais e Promoção da Qualidade Ambiental e Sanitária do Bairro; Água; Energia e Clima; Materiais e Equipamentos Urbanos; Resíduos; Ecossistemas e Biodiversidade; Riscos Naturais e Tecnológicos; Saúde; Estímulo à Integração na Vida Social; Fortalecimento das Dinâmicas Econômicas; Economia do Projeto; Funções e Pluralidade; Ambientes e Espaços Públicos; Inserção e Formação; Atratividade, Dinâmicas Econômicas e Estruturas de Formação Locais.

maior liberdade, emancipação, identidade e possibilidades de resolução de sistemas de caráter imediato ou urgente, ou fracassar na confirmação da exclusão, pobreza, miséria, em conformação a um estatuto de indigência urbana.

Esquadrinha-se a consecução de um trabalho de caráter prático e teórico simultaneamente investigativo e propositivo, no limiar da arte, técnica e conceituação, passível de testes e verificações e o enfrentamento de contingências e estruturas políticas, econômicas e sociais que transcendem a demarcação do estatuto da arquitetura e do urbanismo, mas às quais são submetidas estas disciplinas.

O Movimento Moderno, de gênese europeia na arquitetura e no urbanismo, se pautou por causas socialistas cuja premissa máxima seria acesso pleno de toda população à cidade e ao edifício, garantido pela industrialização, controlados pelo desenho. Esforços da Bauhaus como 'escola' propõem um novo começo a partir da investigação dos materiais, técnicas industriais e metodologia de criação, em uma hierarquia em que o arquiteto seria o grande articulador social e das profissões, no desenho de produtos utilitários, do edifício e da cidade. Os primeiros CIAM buscaram, por cunho cientificista, dimensionar modelos compatíveis com valores do morar urbano com mimese mecânica. No extremo Le Corbusier predica a Arquitetura ao invés da Revolução (LE CORBUSIER, 1924, p. 225-243). A promoção do Estilo Internacional reprime outras tendências formais tais como as expressionistas, acreditando encontrar uma matriz formal/constitutiva passível de generalização em escala mundial aplicável a qualquer território, desde que industrializado, o que seria o alcance máximo da civilização pretendida. Já sabemos dos limiares dessa utopia. Esta arquitetura, em sua primeira fase – estilo forjado como causa – oculta o imperativo de sua *positividade* com respeito ao capital.

No Brasil, uma importação de caráter apressado, cuja altivez de nossos mestres conclama a superação de tempos e modos pela arquitetura, capaz de engendrar a identidade nacional - apesar de sua filiação europeia e em certos casos norte-americana -, exibe seus limites na implantação, como a submissão a um Estado totalitário e populista com práticas muito próximas à ideia de elite da 'corte', na capital republicana do país; mais tarde mantém esse *modus operandi* vinculando-se a um governo desenvolvimentista – se nos referimos ao primeiro governo de Getúlio Vargas e da presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A ambos serviu de símbolo máximo e monumental. Em São Paulo, a crença, advinda do PCB, em considerar a aderência à burguesia nacional um estágio útil e necessário para o desenvolvimento do capitalismo modernizador que superaria nossos arcaísmos estruturais, aliada à classe trabalhadora e cuja consequência culminaria na revolução socialista, predica esta *fase* de aderência como estágio e fundamento para a constituição da soberania nacional frente ao imperialismo.

Se recuarmos no tempo e compararmos as bases de nossa formação perante outros países latino-americanos, é notável que nosso primeiro investimento de autonomia, no início do século XIX, tenha se dado por iniciativa de um reinado de adoção, durante a

fugitiva permanência da família real no Brasil, cuja referência cultural francesa, por sua vez, é de importação à segunda. Nossa independência – pacífica – se fez a partir de decreto de príncipe da mesma corte, forjando um império tropical nos reinados de dois Pedros de Orléans e Bragança, onde a sujeição ao capital internacional, notadamente o britânico, conduziu a atropelada gênese do país como identidade. A abolição da escravidão se dá aqui de maneira tardia e nossa república é promulgada e conduzida, nas origens, pelas forças armadas. Nossas classes dominantes provêm em grande medida de um extrato agrário, escravocrata e ampla porção de nossas elites carrega esse arcaico pretérito.

Em passado mais recente, a estruturação de nossa economia urbana industrial leva ao paroxismo essas tendências. A afirmação é estarrecedora: nós somos um bicho que nem sequer é daqui. Convém expor as vísceras do Ornitorrinco, talvez seja um caminho que nos reste:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para formas mais avançadas e sedimentadas deste; sem embargo, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo. [...] na grande maioria dos casos, as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não somente histórica. Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia – *os teóricos* do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes da oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. (OLIVEIRA, 1975, p. 9)

Em um jogo de espelhos, a relação centro-periferia internacional corrobora a relação cento-periferia interna, uma, reflexo da outra, seja esta última territorialmente definida pelas bordas internacionais, urbanas periféricas geográficas ou intra-cidade. Desmontam-se as teorias de dependência superável, subdesenvolvimento e desenvolvimento no campo internacional do capitalismo, posto que complementares de um só sistema.

O desenvolvimentismo em plena ditadura militar em que estávamos, cuja expansão

em modelo concentrador e excludente se apoiava nos expedientes do subsídio à exportação para evitar a crise dos setores tradicionais, e na manutenção da correção monetária – forma de inflação disfarçada -, resulta no aumento da dívida externa e o descolamento da esfera da produção real para a órbita do financeiro. Esclarece Roberto Schwarz:

Com originalidade conceitual e afinidades trazidas talvez do Nordeste, no polo oposto ao progressismo da ditadura, Francisco de Oliveira imaginava um esquema moderno de viabilização nacional, que convocava o país à consciência inclusiva – por oposição à excludente - como momento de autotransformação. Do ponto de vista econômico tratava-se de criticar o dualismo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), que separava a modernização e os setores tradicionais da sociedade, embora considerando que os benefícios da primeira, caso houvesse ética, poderiam proporcionar assistência humanitária, remédio e ensino à leseira dos segundos. De passagem, pois o adversário não merecia respeito, tratava-se também de refutar os economistas do regime, segundo os quais era preciso fazer crescer o bolo do setor adiantado, para só depois reparti-lo na área do atraso, tese cínica em que ninguém acreditava. [...] Nas águas da Teoria da Dependência, Francisco de Oliveira definia o subdesenvolvimento como uma posição desvantajosa (da ex-colônia) na divisão internacional do trabalho, cimentada por uma articulação interna de interesses e de classes, que ela cimentava por sua vez. [...] os argumentos de Francisco de Oliveira estão sempre mostrando que nada ocorre sem a intervenção da consciência; [...] Presente em tudo, mas enfeitada pelo interesse econômico, esta funciona *naturalmente* e sustenta o descalabro a que ela poderia se contrapor, caso crescesse e mutasse. (SCHWARZ apud OLIVEIRA, 2007, p. 20)

Deu no que deu. Atualmente a mundialização capitalista detém as patentes dos conhecimentos técnico-científicos aos quais, excluídos, temos acesso como cópia obsoleta e descartável, os direitos do trabalho são desmanchados, o que no limite indica a ruptura da divisão social do trabalho, a informalização tenciona o emprego em direção à rele ocupação sem relação salarial, potencializada pelos meios digitais da Terceira Revolução Industrial; a formação de uma nova classe social se descortina, cuja estrutura se revela na mediação exercida pelo Estado, em uma aparente dicotomia - economistas e técnicos associados ao sistema de bancos ou ex-trabalhadores controlando os fundos públicos previdenciários. Figura-se nossa condenação a um estado de exceção permanente do “caráter produtivo do atraso como “condômino” na expansão capitalista”:

O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma de exceção permanente do sistema capitalista na periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como a exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada, keynesianismo “*avant la lettre*” (OLIVEIRA, 1975, p. 131)

Agora a globalização do capital e de financeirização da economia em descolamento da produção revela seus métodos e resultantes no contexto da terra, moradia e, portanto, da cidade, de modo estarrecedor. Raquel Rolnik nos apresenta o pormenorizado estudo a partir de sua experiência como relatora especial para Direito à Moradia Adequada da ONU, onde destacamos:

Em tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais-valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornam-se ativos altamente disputados. Isto tem produzido consequências dramáticas, especialmente - mas não exclusivamente - nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre os territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres. Comunidades ficam, então, sob a constante ameaça de espoliação de seus ativos financeiros. (ROLNIK, 2015, p. 152)

E sublinha:

[...] a colonização da terra urbana e da moradia pelas finanças é um processo global poderoso que, mesmo diante de crises como a de 2008, continua como movimento hegemônico. Ela enraizou-se e penetrou em contextos diversos, sob o protagonismo de atores locais e globais. As políticas habitacionais e urbanas, assim com o urbanismo e a gestão fundiária [...] não foram neutros em relação a esse processo. Pelo contrário, operaram ativamente no sentido de criar as condições materiais, simbólicas e normativas para transformar territórios vividos em ativos abstratos. (ROLNIK, 2015, p. 378)

Ao propor os procedimentos deste ensaio estaríamos reiterando a máxima em que tão somente estaríamos confirmando a exclusão e reduzindo o custo monetário da reprodução da força de trabalho?

Seria possível ainda colaborar, nas palavras de Roberto Schwarz, por meio de uma *ética* e da consciência contrapostas ao imperativo absoluto do mercado? A resposta poderia vir das experiências progressas e em curso no Brasil e na América Latina.

2 | ALTERNATIVAS CONCEITUAIS, MUITO EMPENHO E ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Pelas ruas o que se vê é uma gente que nem se vê, que nem se sorri [...] mas no entanto é preciso cantar, mais que nunca é preciso cantar, é preciso cantar e alegrar a cidade⁹

No universo da cultura, nossos impulsos primeiros na busca de identidade nacional apontaram para um indigenismo idealizado ou um paradoxal neocolonial casado mesmo à Semana de 22. Como foi possível forjar uma identidade nacional pelas elites? Provavelmente através de abstrações - por vezes precipitadas? -, sem força de base popular, onde o

9 Da canção Marcha de Quarta-Feira de Cinzas (Vinícius de Moraes e Toquinho).

irrecuperável autóctone se traveste de herói medieval ou romântico e o que fora colônia passa a ser valor de continuidade na nação independente. É notável e cultíssima a operação de Lucio Costa com respeito à construção de síntese dos métodos e procedimentos coloniais para se deslocar da hipótese do ecletismo, bem como o processo em forjar uma Escola de *Beaux Arts* transmutada em Arquitetura Moderna. Mais notável o plano da cidade (ideal) moderna de Brasília. Aqui em São Paulo construímos em grande estilo um bandeirante ideal – audaz, tenaz e esclarecido - e uma arquitetura exemplar bandeirista – que por vezes o é de fato. Paradoxalmente, uma estrangeira¹⁰ apresenta outra possibilidade, à qual nos referiremos adiante. A aposta na técnica do concreto armado – brutalista ou com possibilidades plásticas sinuosas ou orgânicas – e em certa medida nas estruturas de aço, vai moldar o trajeto da arquitetura moderna brasileira, indiferenciadamente para qualquer programa, do monumento à casa burguesa, ao edifício público e por vezes à habitação social. Bastante aderente ao desenvolvimentismo. A despeito do grau de apuro técnico da engenharia nacional, persistem na indústria da construção civil características anacrônicas rudimentares e de atraso, perversas como exploração e expropriação, no campo da mão de obra e do canteiro. Não é acaso.

Nossa *querelle* entre antigos e modernos, valores absolutos e relativos se dá no tempo de duas gerações. Artigas, na aula inaugural ao retornar à FAUUSP em 1967 (ARTIGAS, 1981), preconiza ao desenho poder *absoluto*, incontinenti, como propósito do *espírito* e mediação entre o projeto e a obra, linguagem de uma técnica construtiva, linguagem da arte – ‘pela mão e cabeça do arquiteto’, juntamos nós aqui. A solução síntese, a que o desenho seria capaz, se delinea para resolver o conflito entre técnica e arte, entre máquina e homem. Quem é esse homem? O homem de um “neo-humanismo filológico e plástico, que simplesmente se inicia, mas que pode vir a ser uma das formas novas de reflexão moderna sobre as atividades superiores da sociedade.” (ARTIGAS, 1981, p. 24). A humanidade assim definida, como missão teria, em seu **fazer histórico**, dois aspectos: dominar a natureza, “criar uma técnica capaz de obriga-la a dobrar-se às nossas necessidades e desejos” (afirmação que se dita hoje faria a ira dos ambientalistas mais ferozes e vamos nos revelar como eventualmente um deles logo a seguir!) e fazer – como “um dom do **amor** [...] as relações entre os homens, a história como iniciativa humana.” (ARTIGAS, 1981, p. 24) (grifos meus). Artigas *eleva* o arquiteto – que está definindo - a artista:

O conflito entre a técnica e a arte prevalece ainda hoje. Ele desaparecerá na medida em que a arte for reconhecida como linguagem dos desígnios do homem. A consciência humana com seu lado sensível e seu lado racional não tem sido convenientemente interpretada como um inteiro, mas como a soma de duas metades. Aos artistas, principalmente, compete conhecer essa dicotomia para ultrapassá-la. (ARTIGAS, 1981, p. 24)

¹⁰ Estamos nos referindo a Lina Bo Bardi. Vale lembrar também a formação europeia de Gregori Warchavchic, Lucio Costa e Rino Levi.

Mas um pouco antes essa ascensão fora desconstruída:

Para desenhar é preciso ter talento, ter imaginação, ter vocação. Nada mais falso. Desenho é linguagem também e enquanto linguagem é acessível a todos. Demais, em cada homem há o germe, quando nada, do criador que todos homens juntos constituem. E como já tive oportunidade de sugerir antes, a arte e com ela uma de suas linguagens – o desenho – é também uma forma de conhecimento. (ARTIGAS, 1981, p. 24)

Com permissão da petulância em ousar ainda discutir esse texto que se tornou postulado, vindo de um arquiteto que informou a trajetória da arquitetura brasileira por quase um século e, não fora por isso, pelas inúmeras leituras e críticas que este texto suscitou de teóricos e historiadores, devemos a licença ao fato histórico, também amplamente estudado, das ideias nele contidas serem refutadas logo depois, por outra leitura sobre desenho, técnica na arquitetura, apresentando homens bem mais encarnados e conflitantes. Me refiro evidentemente a Sérgio Ferro, especialmente aos textos *A Produção da Casa no Brasil*, de 1969 e *O Canteiro e o Desenho*, de 1976. Utilizemos a síntese da apresentação de Pedro Arantes que é definitiva:

Em “O Canteiro e o Desenho”, Sérgio pretende decifrar o mistério da “farsa da construção” e demonstrar que a elaboração material do espaço é mais uma função no processo de valorização do capital do que fruto de alguma coerência técnica ou artística interna à obra. Sua hipótese central é de que o desenho de arquitetura é o “caminho obrigatório” para a extração da mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção de mercadorias – um “detalhe” sintomaticamente esquecido pelas teorias hegemônicas. Segundo Sérgio, cabe ao desenho dar ligadura, servir de molde onde o trabalho idiotizado é cristalizado – por isso ele é mais fôrma do que forma.” [...] A combinação contraditória entre técnica de produção e técnica de dominação, própria do capitalismo, expressa-se, desse modo, de forma mais nítida nos canteiros de obra do que na indústria, afirma Sérgio, pois a ausência da mediação mecânica deixa transparecer com clareza o comando arbitrário da exploração. A especificidade da divisão do trabalho na manufatura é, por isso, a violência – e uma instabilidade sem tréguas – num setor que, teoricamente, deveria buscar a estabilidade e o acúmulo de experiência e saber. Por sua vez, na ausência das distâncias impostas pela mecanização na indústria, são instauradas outras distâncias, a “mediação arquitetônica” (formalismo, volumes, texturas) e o apagamento das marcas do processo de produção, sobretudo por meio da camuflagem dada pelo revestimento (“cujo segredo é fazer do trabalho concreto trabalho abstrato”). (ARANTES apud FERRO, 2016, p. 16)

As engrenagens da máquina são agora expostas, onde as vísceras do *Ornitórrinco* já se destrincharam. Ou será mais do mesmo? O *fazer histórico do homem* perde sua aura amorosa generalizante. E leva a definição daquele homem sublime de roldão. Tudo num só golpe. Estamos enredados nessa trama até então.

Luis Marques (MARQUES, 2016) radicaliza a questão da sustentabilidade definindo como saída única para a civilização e manutenção da espécie humana a superação do

modo capitalista de produção, consumo e desenvolvimento ilimitado. Defende como razões de colapso socioambiental o desdobramento na tríade: da ilusão do capitalismo sustentável, sendo sustentabilidade e capitalismo ideias antitéticas; da falência do princípio de acumulação infinita pautada pelo pressuposto mais excedente = menos segurança; da ilusão antropocêntrica – a ser ultrapassada. Fizemos, a respeito, resenha em outra oportunidade comentando as ideias construídas pelo autor (LUZ, 2017).

Aqui terminamos pelos começos, com nossa tese rudimentar sobre desigualdade, inserindo um comentário anteriormente realizado:

Só há História se existe o homem, mas se houver o fim da humanidade e da História, a Natureza – combalida e cicatrizada – permanecerá. [...] Não somos o ápice e senhor absoluto da cadeia biológica e em descontinuidade com ela simplesmente garantidos pelo primado da consciência; tampouco a adaptabilidade do *habitat* humano na natureza é absoluta ou nos isenta de estarmos sujeitos a ela e suas leis; não somos o centro do Universo como a Terra também não o é. Quantos séculos de Aristóteles a Copérnico, desde Galileu, Kepler, Newton e Einstein. E quanta resistência às teses científicas. Por outro viés, não somos imagem e semelhança de Deus por ele absolvidos como senhores da Terra; já fomos expulsos do paraíso infinitamente abundante e, mesmo que na dor damos à luz nossos filhos e no suor de nossos rostos comemos nosso pão, tornaremos à terra porque dela fomos tomados, somos pó e ao pó tornaremos. E este pó é *lavoisieriano* e constante em massa em um sistema fechado, pois a soma total das massas reagentes é igual à soma total das massas produzidas. Os recursos da *phýsis* não são infinitos. Se “na Natureza nada se cria e nada se perde, tudo se transforma” no breve interregno em que somos vida – apenas uma espécie dentro do processo evolutivo, temos na luta pela sobrevivência também uma batalha com nosso espelho. [...]. Desmonta-se a possibilidade de crescimento econômico contínuo e infinito, cuja tendência à acumulação e concentração passa a ser um fim em si, inclusive do ponto de vista ideológico, onde o capitalismo se legitima pelas promessas da sociedade de consumo cuja segurança, prosperidade e conforto seriam virtualmente alcançáveis pela combinação virtuosa de mercado, políticas econômicas e tecnologia. No entanto os limites físicos e seu esgotamento são evidentes e a relojoaria não tem fonte de energia para funcionar. [...]. Este é um livro que pretende ver e demonstrar o que acha preciso. Preciso no sentido de rigoroso e preciso no sentido de necessário, parodiando Fernando Pessoa, pois afinal sem poesia ninguém vive. (LUZ, 2014, p. 1)

Que seja Freud a afirmar:

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, e até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e de sua ansiedade. Agora só nos resta esperar que o outro dos dois ‘Poderes Celestes’ [...], o eterno

Eros, desdobre suas forças para se afirmar na luta com seu menos imortal adversário. Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado? (FREUD, 1997, p. 111)

3 | OUTRA HISTÓRIA?

*Homo homini lupus.*¹¹

OU

*Morre o burro fica o homem.*¹²

OU

*O jumento é nosso irmão.*¹³

Lina Bardi chega ao Brasil em 1946, consciente do significado de destruição de utopias civilizatórias por duas guerras mundiais na Europa, imprime outra matriz, vislumbrando uma possibilidade de articular erudito e popular em um programa de identidade brasileira via técnica e forma, estritamente amalgamado nos afazeres prosaicos do dia-a-dia. Não cai no ardil da utilização de *temas populares* como *fonte* de motivos apropriáveis como matéria prima para reinterpretação em peças eruditas, valor por si só já arrojado e recorrente desde Beethoven Dvorák, Gauguin, Picasso e, entre nós, Villa-Lobos. No sentido inverso do antropofagismo, que devora e incorpora a cultura externa, Lina ultrapassa o procedimento de embeber o trabalho erudito de fluidos primitivos, autóctones ou populares (BARDI, SUZUKI, 1994). Percebe com clareza a equivalência, sem subordinação, entre as instância erudito-popular, onde descobre analogia profunda de demandas, métodos, processos e resultados. Define um caminho na contramão do programa do PCB, colocando as camadas populares como capazes de imprimir valor e realizar a revolução pretendida, essas mesmas *conduzindo* as elites. É uma reviravolta e tanto:

Lina Bo Bardi não compara a arte popular à erudita idealizando qualquer uma delas. Coloca-as lado a lado, em equivalência, como equiparáveis. Percebe, nas peças anônimas populares, a utilização econômica de materiais, fruto da necessidade premente, e em decorrência desta, a mesma capacidade de racionalidade, seriação, que fundamentava os pressupostos do Desenho Industrial formulado pelo Movimento Moderno, e procura articular esses princípios universalizantes a critérios de identidade encontrados no singular. Acima de tudo Lina Bo Bardi verifica a busca desesperada de existência no mundo, ainda assim uma poética pautada pela necessidade, pela utilidade, pela simplificação, atada à realidade imediata dos materiais (não eram esses os preceitos que deveriam dirigir o desenho da Bauhaus?) [...]. Poderíamos resumir sua compreensão de arte popular como etapa necessária e complementar ao desenvolvimento de um desenho e uma arquitetura modernos, no Brasil, como atividade política, de resistência aos efeitos do imperialismo contemporâneo baseado no capital. (LUZ, 2014, p. 115)

11 Da peça *Asinara* de Plauto (230-180 a. C), dramaturgo romano.

12 Da canção homônima de Jorge Bem Jor.

13 Da canção homônima de Luiz Gonzaga.

É esse justamente o entendimento que se quer evidenciar e associar aos métodos aqui apresentados.

Se podemos encontrar consistência de programas, necessidades, lucidez e autonomia criativa a partir da urgência, procuraremos articulação dos resultados desta Pesquisa em associação aos propósitos de camadas populares, organizadas em comunidades periféricas metropolitanas, como pequenas amostragem, se comparadas à magnitude das populações marginalizadas, tendo como caso piloto inicial comunidades com as quais tivemos colaboração anterior, realizada no âmbito de orientação a Trabalhos Finais de Graduação.

Este delineamento teórico submete o escopo pretendido a indagações de caráter amplo como:

É possível, no campo da arquitetura e do urbanismo, efetivar ações pautadas por um humanismo concreto e concretizável, onde ações de baixo para cima ou ainda melhor, ações lado-a-lado possam articular saberes eruditos e populares às demandas e programas dos reais atores aos quais se destinam com a participação decisória efetiva dos mesmos?

A ruptura da mais-valia e alienação do trabalho, implícitas no modo de produção industrial, pode conformar situações de autonomia?

Se na indústria da construção civil no Brasil o atraso técnico é evidente em relação à mão de obra, com excedente de oferta a custos mínimos e uma relação de trabalho perversa, é possível constituir uma reformulação em pequena ou média escala em manufaturas comunitárias de caráter autônomo, como alternativa *pelo avesso* a sistemas industriais de grande porte, prescindindo de investimentos concentrados?

Estas indagações não são originais nem pioneiras. Procuram se espelhar em um caminho percorrido com idas e vindas, aprendizados e conquistas. Tomo como referência a narrativa de João Marcos de Almeida Lopes, que apresenta sua experiência de quarenta anos articulada à reflexão do panorama histórico das atividades de contingente expressivo de arquitetos das últimas gerações no Brasil, no universo acadêmico, voluntário, semi-voluntário, militante, profissional e de inserção no Estado. Apresenta a influência inicial das realizações uruguaias de participação comunitária e profissional articuladas, atividades acadêmicas impulsionadas por determinados professores na FAUUSP, Belas Artes dos primeiros tempos, UnB, Unicamp, L'Habitat da FAUPUC de Campinas, USP São Carlos, perpassa técnicas e processos de fabricação e construção, possibilidades de articulação e contribuição aos movimentos sociais e protagonistas da luta por moradia até o governo da prefeitura Erundina em São Paulo, lutas e conquistas a partir da redemocratização do país, a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade, a Lei de Assistência Técnica, a tensão institucionalização estatal x movimentos populares e a situação contemporânea, tecendo uma lógica intermediada por sua trajetória de ação em praticamente todos esses campos, tempos e modos disponibilizando referência bibliográfica a respeito (LOPES, 2011).

É propósito desta Pesquisa priorizar técnicas que, em seus materiais, procedimentos

e métodos, contivessem embriões de possibilidades as quais, a partir dos resultados, fomentassem a possibilidade futura de serem confeccionadas em oficinas ou manufaturas de pequeno e médio porte, sem investimento intensivo de capitais, investigando formas de inserção nos territórios mediante ambientes cooperativados solidários, geradores de renda e autonomia. Uma série de estratégias ultimamente têm sido veiculadas em meios diversos como a fabricação de blocos e painéis de plástico reciclado¹⁴, solocimento a partir de moagem de entulho de construções, em bases de cooperação indústria-comunidade¹⁵.

Destaco interessante projeto do holandês Dave Hakkens, *Precious Plastic – machines to recycle plastic waste locally* -, que disponibiliza na internet, suportado por doações internacionais, técnicas de baixo custo para beneficiamento de plástico reciclável, manuais, modelos de espaços de trabalhos, exemplos de maquinaria executável por iniciativa individual, documentação e fórum de discussões, atingindo uma comunidade planetária. Há também o caso de José Alcino Alano, que desenvolveu aquecedor solar produzido com muita simplicidade a partir de materiais recicláveis. Apoiado pelo governo do Paraná, Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, IAP, SUDERHSA e ITGC, disponibilizou manual gratuitamente na internet, com o objetivo de formar agentes multiplicadores através de oficinas práticas¹⁶.

4 | REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Crê-se como extremamente válido o intercâmbio de conhecimentos entre graduação e pós-graduação como gerador de aprimoramento e efetivação do conjunto de hipóteses práticas e teóricas correspondentes, na dimensão adequada a cada etapa. Presume-se desejável, para tanto, a articulação de elementos anteriormente ensaiados no universo da graduação - notadamente os alcançados em Trabalhos Finais -, ao campo mais aprofundado da Pós-Graduação. Considera-se que nossa experiência nestes realizada, onde investigações e identificações conduziram à proposição de diretrizes, projetos urbanos e uma série de projetos de arquitetura comprometidos com as concepções urbanas, configuraram ensaios consistentes em face a determinados distritos das regiões periféricas extremas da RMSP, capazes de constituir embriões preparatórios para a presente investigação. Estes trabalhos têm como premissa a atuação nas frondes urbanas periféricas limites do tecido urbano, em contiguidade a regiões rurais e áreas de preservação ambiental, tencionando as relações homem-homem e homem-natureza, a saber, locais onde o compromisso ambiental é inexorável e evidente e as populações padecem efeitos

14 A empresa Ecotop® beneficiava tubos de pasta de dente rejeitados pela indústria para fabricação de painéis e telhas.

15 A empresa Pedra Verde, coordenada pelo arquiteto André Graziano, caminha nesse sentido.

16 Disponível em: <http://www.arquiteturasustentavel.org/wp-content/uploads/2014/03/Kit_res_17_solar.pdf>.

O registro do aquecedor junto ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial se fez necessário garantindo sua finalidade social, evitando sua utilização para fins comerciais pois seu propósito é gerar renda e emprego para cooperativas de catadores, instituições, associação de moradores, entre outras. Recebeu o Prêmio Super Ecologia 2004, da Revista Super-Interessante, Editora Abril.

extremos de relações sociais de exclusão, com carência de infraestrutura urbana básica, equipamentos e serviços, apresentando fragilidade com respeito à propriedade ou posse da terra. Paradoxalmente esses territórios se caracterizam pela existência de infraestrutura de grande porte, como o Rodoanel Metropolitano, rodovias, sistemas ferroviários, represas de abastecimento e energia ou áreas de Proteção Permanente também de caráter regional, como a Serra do Mar e a Cantareira. Essa contiguidade evidencia contradições do caráter metropolitano.

Abordaram-se os territórios considerando a efetiva parceria e colaboração com as comunidades locais, por meio de suas lideranças, o que transcendeu, em certa medida, as margens do ensino estrito, onde foram buscadas possibilidades de ações voluntárias e realizáveis, embriões para uma atividade de caráter extensionista e de pesquisas complementares, cujos laços constituídos podem se tornar apoios consistentes para uma metodologia de participação.

Determina-se, como campo de investigação territorial, as regiões periféricas de Perus, extremo norte de São Paulo, Fundão do Jardim Ângela e Marsilac, extremo sul de São Paulo, devido ao conhecimento estabelecido previamente com lideranças comunitárias locais e a orientação pregressa dos TFGs a partir de seus levantamentos e identificações, diretrizes e projetos urbanos abarcando as escalas regionais, locais e de recorte pormenorizado bem como os diversos projetos de arquitetura¹⁷. Pretende-se também a inclusão do TFG em Vila Bela, bairro no extremo leste de São Paulo, cuja orientação está em curso neste ano de 2018.

Considera-se que a amostragem de três regiões extremas das bordas metropolitanas de São Paulo, todas com características de interface urbana x rural x ambiental e em situação de fragilidade sócio espacial, seja suficiente como ensaio de possibilidades para definição geral de alternativas e encaminhamento. Essa primeira compilação contém um acervo consistente de ensaios de possibilidades técnicas correlatas e afins aos pressupostos da presente Pesquisa. Ademais foram objeto de apresentação em diversas oportunidades por convite, para representantes das comunidades envolvidas como no caso de Perus e no Fundão do Jardim Ângela e iniciou-se o mesmo procedimento no trabalho em curso em Vila Bela¹⁸.

17 Trabalhos cujo território, metodologia e procedimentos foram compartilhados com o prof. Ms. Antonio Fabiano Jr., na Disciplina de Pré-TFG e TFG durante os anos letivos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, e que têm sido alvo de apresentações em Congressos, artigos e publicações (LUZ, FABIANO, 2014, 2015, 2016, 2017, 2017a). Procurou-se estender os limites estritos do ensino e estabelecendo oportunidades de parceria colaborativa com as lideranças comunitárias locais, alvo de extensão voluntária dos professores e, quando de livre iniciativa, por parte dos alunos, conscientes dos compromissos éticos que abrangem a atividade futura do arquiteto urbanista. Uma destas atividades – Revitavilla II - integrou a 11ª. Bienal de São Paulo, em 2017.

18 Em Perus foram apresentados os resultados do projeto urbano e dos projetos de arquitetura em centro comunitário local, com a presença de representantes comunitários, ocasião em que também foi realizada a doação de livros disponibilizados pelo corpo discente da FAUPUC de Campinas, que passaram a integrar a biblioteca deste centro comunitário e também a biblioteca pública do distrito. No Fundão do Jardim Ângela, o desenvolvimento dos TFGs foi acompanhado pela constante presença de lideranças e representantes locais, com o diretor e vice-diretora de EMEI Chácara Sonho Azul, prof. historiador Antonio Norberto Martins e prof. educadora Shirlei do Carmo – bem como da sra. Maria dos An-

O arcabouço de alternativas e cenários serão investigados e cotejados, pressupondo que compete o aprofundamento em determinados sistemas e materiais a serem selecionados e estabelecidos, para o que apresentamos um elenco de possibilidades:

- segundo sistemas de componentes de construção civil: estruturas, coberturas, vedações, caixilhos, pisos, isolamento térmico, acústico e de impermeabilização, acabamentos;
- segundo sistemas de infraestrutura de pequena e média escala: coleta e tratamento de esgotos; coleta e tratamento de águas pluviais; coleta e tratamento de resíduos orgânicos; coleta e beneficiamento de resíduos recicláveis; energia passiva solar; energia passiva eólica; elementos de apoio ao cultivo agrícola familiar ou comunitária;
- segundo os materiais: madeira roliça, aparelhada, bambu; chapas de madeira, compensadas, aglomeradas, OSB, MDF e outras; argamassa armada; metais em perfis, chapas dobradas ou planas; terra crua; solo-cimento; lajes pré-moldadas ou moldadas in loco; lajes pré-moldadas compostas com vigotas e enchimentos diversos; terra cozida e cerâmicas: tijolos maciços, tijolos furados estruturais ou de vedação, placas cerâmicas; blocos de concreto estruturais ou de vedação; plásticos; fibra de vidro; redes, telas, aramados, trançados e encordoamentos; cordas e cabos de aço; têxteis; tencionáveis; lonas; vidros; material plástico ou misto reciclado em chapas, perfis, lâminas ou moldados; entulho beneficiado; agregados não convencionais.

As etapas de desenvolvimento entrelaçadas de trabalho intencionam:

- constituir fundamentação e arcabouço teórico de entendimento e argumentação suporte sobre alternativas às tecnologias industriais de construção, de grande escala ou convencionais, como possibilidade de constituição de um conjunto de sistemas e técnicas de arquitetura - opções passíveis de constituir autonomia, identidade e independência mais imediata às urgências de comunidades carentes de infraestrutura, moradia, equipamentos e espaços públicos, garantia de posse ou propriedade da terra -, características recorrentes nas regiões da cidade informal, típicas da urbanização metropolitana de São Paulo e sistêmicas nas cidades brasileiras;
- iniciar modelo de investigação bibliográfica de práticas paradigmáticas a partir de determinados coletivos e escritórios de arquitetura com atuação em assessoria e assistência técnica à população de baixa renda e comunidades com fragilidade sócio espacial em São Paulo, elegidas inicialmente as organizações

jos, representante comunitária de importante engajamento e conquistas. Estes representantes foram convidados para audiência das bancas parciais e finais dos TFGs com direito a fala e comentários. Os trabalhos foram apresentados no Fórum de Amigos do Fundão – “As Águas e a Comunidade: o que Fazer? ”, para o qual os professores Antonio Fabiano Jr. e Vera Santana Luz colaboraram, na organização do evento, no convite a participantes como o arq. André Graziano – representante da empresa Pedra Verde, localizada no distrito, beneficiadora de entulho da construção civil, com colaboração comunitária e o grupo Metrôpole Fluvial, da FAUUSP, coordenado pelos arqs. Alexandre Delijaicov e André Takyia, presentes com alunos bolsistas. Alunos dos TFGs de 2016 e 2017 realizaram concurso de cartazes para o evento e camisetas.

Usina CTAH e Peabiru TCA;

- iniciar modelo de investigação bibliográfica sobre práticas paradigmáticas realizadas por coletivos e escritórios de arquitetura brasileiros – a exemplo Ambiente Arquitetura, Brasil Habitat, Grão, Fábrica Urbana, Integra Cooperativa - e latino-americanos com atuação em comunidades com fragilidade sócio espacial, como passíveis de analogia às condições urbanas brasileiras; elencamos algumas atuações significativas, como as realizações de cooperativas no Uruguai, experiências recentes na Colômbia, o trabalho de Alejandro Aravena/Elemental, Cristián Undurraga, Carlos Andrés Restrepo, Elisabeth Milagros Añaños, escritórios e coletivos como AMA, Gabinete de Arquitectura, Al Borde, Supersudaca, Pico Estudio/Espacios de Paz, Ruta 4, Abono ou outros;
- iniciar investigação bibliográfica de sistemas e práticas referenciáveis, realizados por empresas e/ou pesquisas acadêmicas, aplicáveis na escala da arquitetura ou a conjuntos arquitetônicos de pequeno ou médio porte, em saneamento básico - edifício ou de conjuntos - de efluentes por wetlands, zona de raízes, tanques de evapotranspiração, bio-remediação, tratamento por macrófitas, bio-combustão, produção de biogás, cisternas e re-uso de águas e outras técnicas de tratamento em pequena escala, predominantemente em território nacional. Para o escopo e prazos da presente Pesquisa serão investigados sistemas em duas empresas selecionadas dentre as citadas: Terramax, Engaia, Aguapé, Ecosciences, Tecitec, Águas de Juturnaíba ou outras;
- realizar investigações, inventários e proposições de materiais, sistemas e técnicas de confecção, fabricação, montagem, componibilidade de elementos e ensaios de detalhamento;
- aprimorar as premissas metodológicas compreendendo aspectos materiais, sistêmicos, técnicos, de confecção, fabricação e montagem, de componentes, de detalhamento, capazes de fomentar posteriores investigações complementares de transporte e de estimativa orçamentária preliminar;
- organizar insumos para protótipo de Cadernos ou Cartilhas abertas de técnicas e sistemas, como suporte utilizável para demandas comunitárias;
- apresentar o produto final de protótipo de Cadernos e Cartilhas em eventos da comunidade acadêmica.
- Serão priorizados sistemas e materiais que se mostrarem hipóteses consistentes para confecção em oficinas ou manufaturas de pequena ou média escala, facilidade de produção e montagem, como potenciais geradores de autonomia e renda.

5 | OBJETIVOS

Tem-se como objetivo principal a realização de investigações, inventários e proposições de um elenco de possibilidades técnicas aplicáveis de modo alternativo, emergente ou imediato visando constituir subsídios passíveis de utilização no sentido de ampliar a autonomia de comunidades em situação de precariedade sócio espacial.

A diversidade de técnicas, sistemas e processos e as possibilidades de sua aplicação no âmbito da arquitetura e construção civil – desde a habitação unifamiliar a equipamentos coletivos e públicos - e sistemas de infraestrutura de pequena e média escala complementares, pretendem configurar parâmetros para demandas de determinadas comunidades, tendo em vista a aproximação entre modelos teóricos e situações reais, cuja abordagem busque condicionar conhecimento intelectual e erudito da arquitetura às contingências objetivas e tangíveis, tendo como compromisso ideológico o horizonte do humanismo concreto e a procura de constituir um arcabouço socialmente necessário e efetivo. Tem-se ainda a perspectiva de estabelecer um conjunto de formas, modos e procedimentos capazes potencialmente de ampliar o conhecimento das comunidades envolvidas no sentido de suporte para maior capacitação com respeito à construção civil.

Como característica intrínseca pressupõe-se constituir um sistema aberto, constantemente ampliável e adaptável conforme a diversidade de situações tendo, como desdobramento potencial, a capacitação de comunidades em ofícios, para confecção ou fabricação de peças em manufaturas de pequena ou média escala, visando a constituição de espaços de trabalho solidário e geração de renda, como contribuição efetiva, cujo escopo configurado, elencado em Cadernos ou Cartilhas de linguagem ilustrada, direta e objetiva, possa ser um passo no sentido do fortalecimento da identidade e cidadania das comunidades envolvidas.

Como horizonte futuro, que transcende o objetivo atual, pretende-se a desejável participação social sistematizada e aplicação real.

REFERÊNCIAS

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo: LECH Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

BARDI, Lina Bo; SUZUKI, Marcelo (coord. ed.). **Tempos de grossura: o design no impasse**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.

CREDIT SUISSE RESEARCH INSTITUTE. **2017 Global wealth report**, 2017. Disponível em: <<https://www.credit-suisse.com/corporate/en/research/research-institute/global-wealth-report.html>>.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

FERRO, Sérgio; ARANTES, Pedro Fiori (org.). **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREUD, Sigmund: **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GEORGES, Rafael. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: OXFAM BRASIL, 2017.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo: Nobel EDUSP, 1990.

LOPES, João Marcos de Almeida. **Sobre arquitetos e sem-tetos**. 2011. Tese (Livre-Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade São Paulo, São Paulo, 2011.

LUZ, Vera. **Ordem e origem em Lina Bo Bardi**. São Paulo: Giostri Editora, 2014.

LUZ, Vera. Humano e/ou natureza: mal estar? **Resenhas On Line**. São Paulo: Vitruvius, 192.05, ano 17, fevereiro 2017. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/17.182/6424>>.

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Projeto e ato no Fundão do Jardim Ângela**: por uma relação urbano x rural x ambiental na metrópole. Trabalho apresentado no VI Seminário Internacional da AEAULP Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa: A Língua que Habitamos. Trigueiros, Conceição (org.). Belo Horizonte, 2017.

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Por uma relação urbano x rural x ambiental na metrópole: o caso de Marsilac**. In: Trigueiros, Conceição (org.): *Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar*. Volume 1. Lisboa, AEAULP Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014. p. 383-392.

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Marsilac: nas bordas da cultura**. uma busca de paradigmas na relação homem e natureza. In: Veloso, Maísa; Elali, Gleice Azambuja(org.): *Caderno de Resumos 7 Projetar 2015*. Volume 1. Natal, Editora Firenze, 2015. P124-124.

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Por uma relação urbano x rural x ambiental: o caso de Perus**. Trabalho apresentado no II Congresso Internacional de Arquitetura e Sustentabilidade ARQAMAZÔNIA: Cidade e Natureza, Ambiente de Todos. Manaus, 2016.

LUZ, Vera; FABIANO JR., Antonio. **Mundos e fundos: projeto e atos no Fundão do Jardim Ângela. Arqtextos**. São Paulo: Vitruvius, N. 208.04, Projeto Urbano, ano 18, outubro 2017. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/18.208/6741>>.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

LE CORBUSIER. **Vers une architecture**. Paris: Les Éditions G Crès et C., 1924.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. São Paulo: Editora Brasiliense, Edições Cebrap, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O Ornitórrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ONU. **The Rio declaration on environment and development 1992**, 1992. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.151_26_Vol.I_Declaration.pdf>.

ONU. CGDES. COORDENADORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. GOVERNO FEDERAL BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**: transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015>>.

ONU-HABITAT/ROLAC. GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DA HABITAÇÃO. **Habitação social e sustentabilidade urbana. Sustentabilidade urbana**: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes. Textos para as Discussões da Rio + 20, Volume 3. Brasília, 2015.

OXFAM INTERNACIONAL. OXFAM BRASIL. OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE REFIEF/ COMITÊ DE OXFORD DE COMBATE À FOME. **Uma economia para os 99%**. São Paulo: OXFAM, 2017. Disponível em: <www.oxfam.org.br>.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2017**, 2017. Disponível em <http://nossasaopaulo.org.br/portal/mapa_2017_completo.pdf>.

ROLNIK, RAQUEL. **A guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

UN - UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm, 5-16 junho 1972. Disponível em: <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A_CONF.48/14/REV.1&Lang=E>.

UN - UNITED NATIONS; Brundtland, Gro Harlem (org.). **Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future**. 1987. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>.

UN. UNITED NATIONS. DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS POPULATION DIVISION. **World urbanization prospects**. The 2014 revision. New York: UN, 2015. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050> <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>>.

WACKERNAGEL, Mathis; RESS, William. **Our ecological footprint**: reducing human impact on the earth. Canada: New Society Publishers, 1996.

WWF - World Wildlife Found. **Global footprint network**: living planet report 2016: risk and resilience in a new era. Disponível em: <http://www.wwf.nl/custom/LPR_2016_fullreport/>.

SUSTENTABILIDADE E HUMANIZAÇÃO EM UM CENTRO DE REABILITAÇÃO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Mariana Irigoyen

<http://lattes.cnpq.br/1653810196429317>

Luciano Javier Monza Cachán

<http://lattes.cnpq.br/5501584053095040>

ArquiSalud,
Ciudad de Buenos Aires. Argentina

RESUMO: En un predio semi urbano de 3 hectáreas en el Área Metropolitana de Buenos Aires se encuentra en construcción un edificio destinado a albergar un centro de rehabilitación para pacientes con disfunciones motrices y/o cognitivas graves, a lo que se sumará un sector de internación para cuidados paliativos. Contará con un total de 140 camas en un poco más de 10.000 m² cubiertos.

Algunas de las estrategias generales llevadas a cabo en el proyecto son:

- minimizar su huella ambiental, teniendo en cuenta el entorno en donde se desarrollará.
- utilizar eficientemente el terreno, integrando la arquitectura al ambiente natural.
- evitar provocar grandes impactos en el entorno—paisaje que afecten a la temperatura y neutralizar la formación de “isla de calor”
- proteger al edificio y al entorno por medio de techos cubiertos de verde y de piedras que absorban y/o reflejen la luz solar y que al mismo tiempo ralenticen el drenaje de las aguas de lluvia.

- mitigar el ingreso de la luz solar en verano, que pueden ser muy caluroso mediante el empleo de aleros profundos.

- disminuir el consumo de energía y agua a lo largo de su vida útil.

- trabajar con energías renovables complementando algunos de los servicios convencionales.

- colaborar mediante la arquitectura en la recuperación del paciente, dando a todos los espacios en donde permanezca o transite, iluminación natural y visuales hacia el verde exterior.

- generar espacios de estar, comer y terapéuticos cercanos a la internación, más acordes a un espacio de vivienda que hospitalario

PALABRAS CLAVE: Rehabilitación- Salud- Humanización- Impacto Ambiental- Sustentabilidad

SUSTAINABILITY AND HUMANIZATION IN A REHABILITATION CENTER

ABSTRACT: In a semi urban 3 hectares site, located in Buenos Aires Metropolitan Area, it's under construction a building destined to accommodate a physical therapy centre for patients with motor and cognitive grave disabilities, with an area for palliative care hospitalization. It will have 140 beds in 10.000 square meters.

Some general strategies applied in this project are:

- minimize the environmental footprint keeping in mind the local surroundings

- efficiently use the land integrating the

architecture to the natural landscape

- avoid big impacts to the environment that can cause heat island effect,
- absorb and/or reflect sun light so as to protect the building and its surroundings, by covering roofs with grass and stones that also slow down rain water drainage.
- alleviate sun light entry during summer, that can be very hot, by using deep eaves.
- reduce energy and water consumption during buildings life.
- use of renewable energies to complement conventional facilities.
- collaborate through the architecture to patient recovery, giving to every space where a patient can stay or circulate, natural lighting and pleasant visuals
- create living, eating and therapeutic places near to the patient room area, in accordance with a home place rather than a hospital one.

KEYWORDS: Rehabilitation- Humanization- Health- Environmental Impact- Sustainability.

CONSIDERACIONES GENERALES



Vista Aérea

El edificio estará destinado a albergar un centro de rehabilitación para pacientes con disfunciones motrices y/o cognitivas, a lo que se sumará un sector de internación para cuidados paliativos. Contará con un total de 140 camas.

Sin perder el objetivo de que el edificio sirva al fin para el que se creó, fue premisa general de este proyecto desarrollar un edificio sustentable.

Algunas de las estrategias generales llevadas a cabo en el proyecto son:

- minimizar su huella ambiental, teniendo en cuenta el entorno en donde se desarrollará.
- utilizar eficientemente el terreno, integrando la arquitectura al ambiente natural.
- evitar provocar grandes impactos en el entorno—paisaje que afecten a la temperatura y neutralizar la formación de la “isla de calor”
- proteger al edificio y a su entorno con techos cubiertos de verde y de piedras que

absorban y/o reflejen la luz solar, y que al mismo tiempo ralenticen el drenaje de las aguas de lluvia.

- mitigar el ingreso de la luz solar del verano, el cual puede ser muy caluroso, mediante el empleo de aleros profundos.

- disminuir el consumo de energía y agua a lo largo de su vida útil.

- trabajar con energías renovables complementando algunos de los servicios convencionales.

- colaborar en la recuperación del paciente creando estrategias ambientales sustentables, dando a todos los espacios en donde el paciente permanezca o transite, iluminación natural y visuales hacia el verde exterior.

- generar espacios de estar, comer y terapéuticos próximos a la internación más acorde a un espacio de vivienda que hospitalario.

IMPLANTACIÓN

El predio donde se construye el Centro de Rehabilitación se encuentra localizado en una zona suburbana del Área Metropolitana de Buenos Aires.

Tiene una superficie de 30.517,73 m2 con muchos y variados árboles, donde algunos de mayor porte e importancia se localizan hacia el frente, y otros más pequeños se ubican en sus límites, laterales y posterior. Esta distribución del verde nos permite proyectar y construir el edificio sin eliminar ningún árbol.



Predio con arboleda existente

Alineada con la premisa general mencionada de desarrollar un proyecto con criterios de sustentabilidad, hemos implantado el Centro dentro del 75% del lote que no presenta

árboles pre existentes.



Ubicación de especies arbóreas existentes

Implantación –Llenos y Vacío

Estos árboles existentes sumados a los que se han agregado en la etapa de proyecto, se han incorporado al diseño del conjunto edilicio, con un criterio paisajístico así como con criterios bioambientales vinculados al control térmico y de visuales.

VOLUMETRÍA

Con la idea de minimizar su huella ambiental y con el objetivo de integrarse al entorno, se desarrolló un edificio con una volumetría que no impacte negativamente en el mismo. Dado esto tanto por su altura, su materialidad y su trabajo con el verde existente, como por la resolución de sus techos (verdes y con piedras).

Se trata de una construcción de una sola planta de aproximadamente 9.319 m² de superficie cubierta, 698 m² de superficie semicubierta (distribuidas entre las expansiones de los estares de las internaciones, sectores de accesos, estacionamiento de motos y bicicletas del personal y el semicubierto del gimnasio) y 20.500 m² de superficie descubierta (dentro de los cuales se incluyen 2.446 m² de los estacionamientos, de público y personal, más las áreas verdes generales, jardín terapéutico y los patios interiores de expansión y contemplativos).



Planta baja

Si bien toda la construcción es en una sola planta, según los espacios presentan diferentes alturas, destacándose el Hall de Acceso, los Gimnasios y la Pileta Terapéutica como los volúmenes de mayor altura. Así como un sector de cada una de las Unidades de Internación que presentan un techo más elevado e inclinado, donde se ubicarán las salas de máquinas de la Instalación Termomecánica.



Vista desde el ingreso

ORGANIZACIÓN FUNCIONAL

Funcionalmente el Centro está compuesto por Unidades de Internación con un total de 140 camas, más las áreas asistenciales, espacios de apoyo y de confort, tanto del paciente como del personal y los servicios generales.

El edificio se articula en función de una circulación principal horizontal mixta, donde circulan tanto los pacientes y el personal como las visitas, y otra técnica exclusiva que

vincula los locales de apoyo. Esta circulación mixta tiene una dimensión tal que permite, por tramos, que uno de los laterales sea la pista de marcha cubierta para los pacientes, con espacios de descanso en correspondencia con los patios.



Planta baja – Organización funcional y circulatoria

Las internaciones se organizan en 7 Unidades de Internación (UI) independientes de 20 camas cada una. Se propuso para la localización del paciente dentro de las UI sea según el grado de rehabilitación a realizar. Por ello en las primeras UI, se ubicarán los pacientes con mejor pronóstico de recuperación (Unidades 1, 2 y 3) y en las posteriores (4,5 y 6) los pacientes con mayor compromiso tanto motor como neurológico, dejando la Unidad 7 exclusivamente para enfermos paliativos. Además de las habitaciones, cada UI contará con los locales de apoyo necesarios para funcionar (Enfermerías, Depósitos, Offices, Sanitarios de personal y de visita), además de Estar y Comedor, una expansión controlada hacia el patio interior y otra semicubierta exterior que se vincula con el jardín terapéutico. Estas 7 Unidades se organizan en forma similar y se van adosando formando patios. Unos accesibles y que sirven como expansión controlada (los “Patios de Expansión”) y otros que son simplemente para iluminar y tener buenas vistas y son los “Patios Contemplativos”.



Planta Sector: Unidad de Internación

Estas Unidades se complementan con los espacios asistenciales destinados al tratamiento del paciente. Están compuestos por consultorios (de fonoaudiología, psicología, asistencia social, generales), y dos sectores de Terapia Física. El primero, que atendería las primeras internaciones y que se localiza hacia el frente del predio está compuesto por un Gimnasio, 6 boxes de Kinesiología y una Pileta Terapéutica. El segundo, que serviría a las UI 4, 5 y 6, localizado promediando el edificio, y que cuenta con un Gimnasio Protegido y con 3 Boxes de Kinesiología. Lindante a los gimnasios en ambos casos se ubica el sector de Terapia Ocupacional en donde se rehabilita al paciente para el desempeño en las tareas diarias.



Planta Sector: Gimnasio, Terapia Ocupacional, Pileta Terapéutica y Consultorios

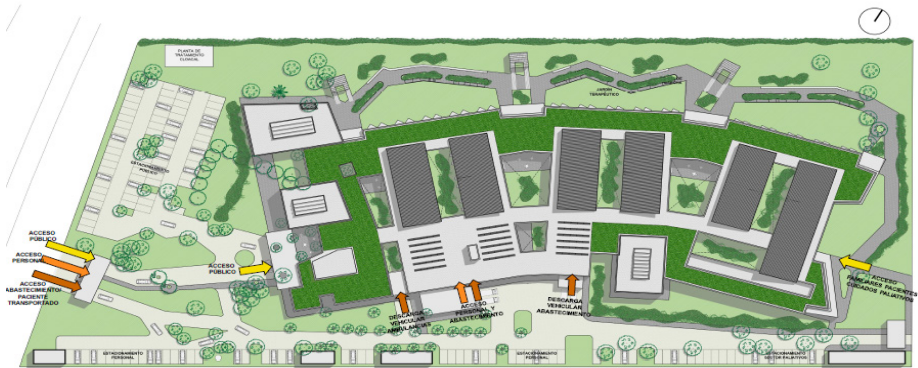


Vista del Gimnasio – Espacios de tratamiento entre arboleda existente

Luego para que todo este Centro funcione, presenta todas las áreas de apoyo: Cocina, Depósitos (Insumos, Ropa Limpia y Sucia, Residuos), Enfermería, Laboratorio, Farmacia, instalaciones para Personal (Vestuarios Generales, Comedor, Dormitorios de personal de guardia), etc.

Respecto a los Servicios Generales algunos se ubican en locales dentro del edificio (Sala de Tableros Eléctricos, Sala de Gases Medicinales, Tanque de Recuperación de agua de lluvia y condensado de equipos de termomecánica) y otros fuera del edificio distribuidos en locales en los límites del predio (Salas de Máquinas de Agua, Grupo Electrónico, Cámara transformadora de Energía Eléctrica, Tanque Criogénico), además de un Depósito General y la Planta de Tratamiento Cloacal.

ACCESOS



Accesos

Planta Conjunto

El Centro presenta un único acceso general desde la ruta con una oficina de control por donde se dan los ingresos de: pacientes, familiares, personal y abastecimiento. Desde este ingreso, los flujos se dividen. El familiar se dirige a la entrada principal del edificio donde puede descender el acompañante, para luego estacionar en el área pública que da hacia el frente o ir directamente hacia el sector de estacionamiento de la internación de paliativos hacia el fondo del edificio. El paciente ingresa con su familiar o transportado en ambulancia. El personal se dirige a los estacionamientos propios para autos, motos y/o bicicletas. El proveedor tiene su playa de estacionamiento y maniobra.

Todos los estacionamientos tienen próximos los ingresos respectivos: de público, y técnicos: de paciente transportado de personal y de abastecimiento. La unidad de Internación de enfermos paliativos tiene un ingreso particular.

El Hall de Acceso está organizado con un sector de informes, un amplio estar, e integrado pero en una ubicación lateral, se encuentra la cafetería con una expansión arbolada. Se intentó lograr con esto que la sensación al ingresar al Edificio sea agradable no solo por el diseño, la iluminación los colores, sino también por los olores, buscando en este caso que el olor predominante sea el del café. A este hall dan los espacios que reciben al paciente y/o al familiar del paciente que llega a internarse: el consultorio de admisión y la oficina administrativa. También se ingresa al área de Dirección y Administración del Centro.

Muy próximo a la entrada se localiza el aula-auditorio para actividades de divulgación a la comunidad.

Desde este hall se ingresa además a la circulación general que estructura todo el edificio.

MATERIALIDAD

Se ha trabajado la envolvente del edificio, tanto la mampostería exterior como las cubiertas, para que conserven la temperatura ambiente según la estación, evitando las pérdidas térmicas en invierno o las ganancias en verano.

Para ello se definió, habiendo calculado el coeficiente de transmitancia térmica, trabajar con paredes compuestas por ladrillos cerámicos o tabique de hormigón al exterior y media pared de tabique de roca de yeso con aislación térmica hacia el interior. Las cubiertas serán de losa de hormigón las cuales se trabajarán con sectores de terraza verde y otras con piedra pometina o similar, siendo en este caso el objetivo, además del de conservar la temperatura exterior, el de evitar el efecto isla de calor tan nocivo para el medio ambiente.

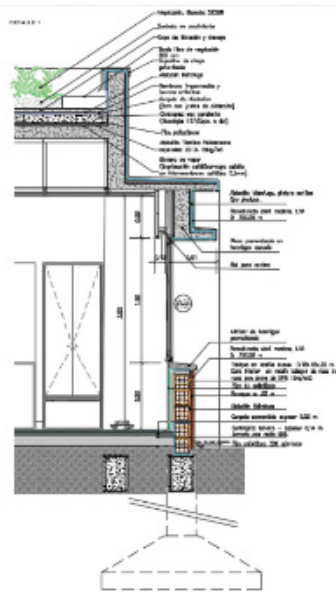


Imagen de referencia de techo verde no accesible

Detalle Constructivo

INSTALACIONES

Las instalaciones ingresarán, desde las salas de máquinas correspondientes, hacia el edificio donde correrán por la circulación principal troncal y desde allí se distribuirán a cada uno de los sectores. Luego se distribuirán por los cielorrasos de cada sector. Además, cada Unidad de Internación tendrá sobre las habitaciones que limitan con la circulación principal y que presentan techos inclinados, las salas de máquinas para termomecánica.

Instalación sanitaria: se trabajará con un sistema de energía mixto para el calentamiento del agua sanitaria, con termostanques convencionales y de energía solar.

El agua de lluvia y de condensado de los equipos de termomecánica será recuperada

en un tanque especial para ser utilizadas para riego y para las válvulas de los inodoros, disminuyendo de este modo la cantidad de agua necesaria. El predio contará con una planta de tratamiento cloacal.



Corte Transversal por Unidad de Internación

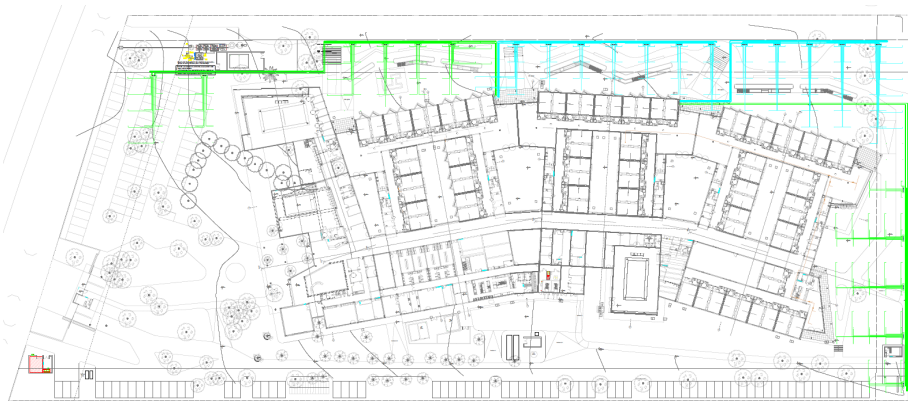
Instalación Termomecánica: se ha proyectado una instalación combinada empleando dos sistemas. El primero es un sistema de tecnología VRF/VRV™ condensado por agua y unidades terminales, y el segundo es un sistema de generación de agua fría/caliente por bomba geotérmica que distribuye agua a Unidades de Tratamientos de Aire (UTAs).

Adicionalmente se compone de un sistema de UTAs para la inyección de aire exterior tratado (TAE) que surtirá el volumen mínimo de renovaciones de aire exterior en todos los ambientes con unidades terminales VRF/VRV™ y el volumen total de renovaciones regulares para las zonas de esperas generales, y circulaciones donde no hay presencia de unidades terminales o evaporadores VRF/VRV™.

Las UTAs suministrarán 100% aire exterior en la red de inyección y estarán conectadas a la red de extracciones que intercambiarán calor con el aire exterior mediante un intercambiador de placas cruzadas (solo Qs) antes de su ingreso al módulo de enfriamiento, el aire extraído del edificio no recircula.

El sistema de agua refrigerada para las UTAs provendrá de condensadores GEO-TÉRMICOS ubicados en las mismas salas de máquinas, estos equipos proveerán el agua fría o caliente que requieren las UTAs

Dado de que todos los sistemas VRF/VRV™ y los equipos Geo-térmicos son condensados por agua, se liberará o absorberá calor del terreno existente mediante el uso de sondas geo-térmicas distribuidas a lo largo del terreno en reemplazo de la torre de enfriamiento tradicional según se especifica en los planos.



Planta distribución pozos geotermia

Todos los locales principales del edificio cuentan con iluminación natural de modo que la iluminación artificial sea solo para cuando no haya luz natural. Se trabajará todo el centro con artefactos de iluminación led para reducir al máximo el consumo de energía eléctrica.

Energía solar: en la cubierta, sobre un sector de las áreas de apoyo del Centro, se ubicaron paneles solares que se utilizarán, como mencionamos, para complementar algunas de las instalaciones del Centro.

RESOLUCIONES BIOAMBIENTALES

Paisajismo: se ubicó el edificio en el predio buscando conservar al máximo la arboleda existente. Se utilizó la misma para generar, además de un ambiente estimulante y agradable, protección del sol en verano.

Se agregaron árboles en sectores puntuales. Árboles de hoja caduca en los patios contemplativos de las Unidades de Internación, de modo de controlar el sol nocivo del oeste en verano. Con el mismo objetivo se agregaron árboles en el frente principal donde está el primer sector asistencial.

Se ubicó en todo el borde del Gimnasio y Terapia Ocupacional centrales, y de la Unidad de Internación de Paliativos una hilera de árboles continúa con el objetivo de tamizar las visuales directas hacia estos sectores.



Planta propuesta paisajismo

También bordeando el camino del Jardín Terapéutico se agregaron árboles para componer paisajísticamente esos espacios.



LAGESTROEMIAS

DIETES GRAND.

PLECTRANTHUS N.

TUBLAGHIA VIOL.

NASELLA T.

SALVIA GREGII B.



PRUNUS C.A.

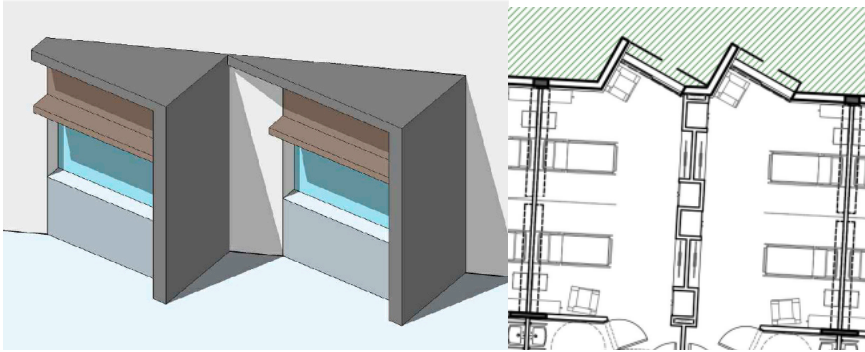
ROBINIA PS FRISIA

SALVIA GUARANIT.

Especies florales y arbóreas en patios y jardín terapéutico

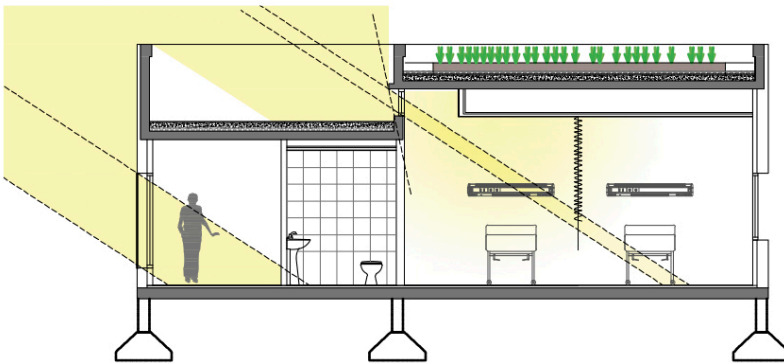
Aberturas: se proponen las aberturas en perfilaría de aluminio con ruptor de puente térmico y doble vidriado hermético.

Desde el diseño, se buscó que las aberturas de las unidades de Internación tengan la misma orientación hacia el norte. Para lograrlo se recurrió a la estrategia de trabajar la carpintería inscripta en un volumen que va variando su inclinación según la orientación de la fachada del edificio en ese sector.



Sistema de iluminación natural en habitaciones, orientación norte

En una cara de la Unidad 1 y otra de la Unidad 7, donde por la orientación se verificó que no ingresaría el sol, se recurrió a estrategias para solucionar esta falencia, ya que consideramos que el sol es vida y estimula favorablemente la recuperación del paciente. En la Unidad 1 la estrategia adoptada fue la de girar la ventana de modo de captar luz solar en invierno y en la Unidad 7 se trabajó con captación de cenital de la luz solar.



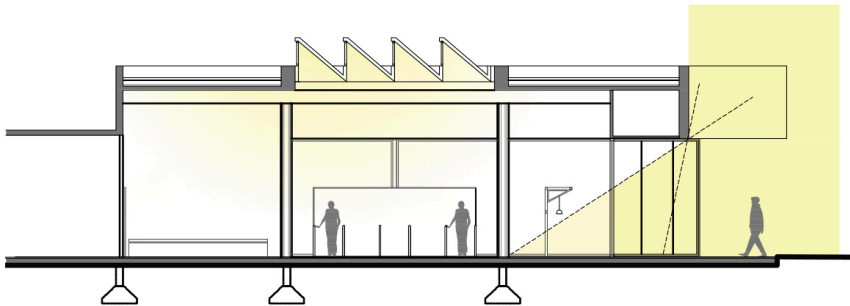
Sistema de iluminación natural en habitaciones unidad 7, orientación sur

Techos verdes: sobre gran parte de las cubiertas de las Unidades de Internación y de los espacios asistenciales se proponen realizar terrazas verdes con material vegetal de bajo mantenimiento y sin riego por goteo. Como se menciona anteriormente esta solución de techos verdes es un gran aliado para contribuir a la aislación térmica, además de permitir evitar el efecto “isla de calor” que generan los edificios. Otros sectores presentan piedras con capacidad de absorción térmica, generando un efecto similar.

Iluminación natural: todos los locales del Centro tienen iluminación natural. La mayoría en forma directa a través del perímetro del edificio o por los patios interiores: de

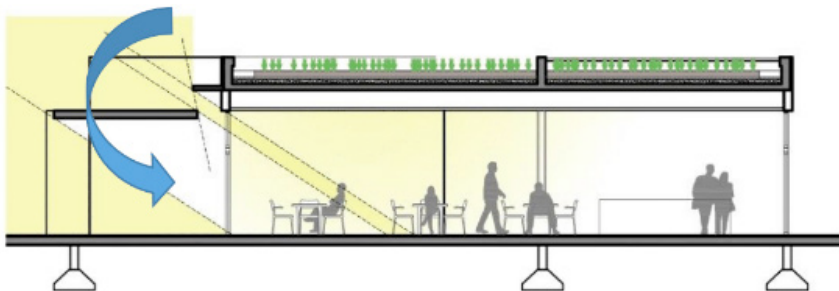
Expansión y Contemplativos.

Se trabajó puntualmente para mejorar la iluminación natural en los locales gran tamaño como Gimnasios, Pileta Terapéutica y Hall de Acceso. Utilizando en los primeros una superficie de iluminación indirecta con aberturas tipo shead y en el Hall con iluminación cenital a través de una raja de luz perimetral. Las circulaciones de ingreso de las internaciones se iluminaron indirectamente a través de una ventana en un lateral del techo elevado.



Iluminación natural indirecta en espacios de gran profundidad con abertura tipo sheads

Expansiones Semicubiertas de las Unidades de Internación: hacia el jardín terapéutico perimetral, cada Unidad de Internación presenta expansiones semicubiertas. Para que puedan ser espacios amables en los calurosos días de verano la misma está ventilada naturalmente a través de una abertura generada por una diferencia de altura.



Expansión semicubierta de estares

La arquitectura como operador terapéutico

Jardín terapéutico: se trabajó el espacio exterior como un jardín terapéutico. Al cual se vinculan todas las Unidades de Internación. En el exterior la unión es a través de

un camino dividido por un espacio verde y comparte un camino recreativo con la pista de marcha con dificultad. Esta última organizada con sectores de diferentes solados (piedra, arena, baldosas, alisado, etc.) y niveles (escaleras y rampas) donde el paciente se ejercita en la marcha sobre diferentes superficies y alturas.



Vista desde la pérgola del Jardín Terapéutico hacia Unidad de Internación 2

En coincidencia con las expansiones de las Unidades de Internación se propone además unas pérgolas con lugares de descanso que permitan al paciente que reciba visitas, hacer un alto en el paseo o salir directamente desde la Unidad de Internación para tener un momento de privacidad.

Otras expansiones de las Unidades de Internación, se dan hacia los Patios Recreativos, con control visual directo desde la estación de enfermería.

Circulación Interior: se propone trabajar esta circulación interior con una idea similar a la exterior, en el sentido que una parte lateral sea una pista de marcha sin dificultad para que el paciente se pueda ejercitar sin tener que salir del edificio, como por ejemplo en días fríos o lluviosos.



Vista del estar de internación – Expansión controlada próximo a cada unidad.

Esta pista se interrumpe ente las Unidades de Internación y presenta bancos para descanso en coincidencia con los patios. Se diferencia por color en el piso y por tener los pasamanos necesarios para que cumpla su fin.



Circulación Principal –Pista de Marcha, calle interior. Elementos orientativos forma y color

Orientación a través del color: cada Unidad de Internación tiene un espacio de depósito/sala de máquinas que avanza formalmente sobre la circulación principal. Cada uno de estos volúmenes tiene un color diferente de modo que oriente al paciente y al familiar rápidamente a la Unidad donde tiene que dirigirse. Estos colores también siguen en los patios respectivos.

CAPÍTULO 3

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS EM EDIFICAÇÃO ESCOLAR E PROPOSIÇÃO DE ADEQUAÇÕES COM BASE NA NBR 9050:2020 E NBR 16537:2016

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 17/08/2020

Karla Alberini do Amaral

Universidade Estadual de Maringá
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/4519188281769708>

Hugo Sefrian Peinado

Engenheiro Civil, M.Sc., Consultor Técnico
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/1591975944797856>

RESUMO: A acessibilidade consiste em permitir, facilitar e garantir o acesso de todas as pessoas com mobilidade reduzida, com deficiências físicas ou mentais a todos os lugares existentes, do cotidiano ou não. Garantir a acessibilidade nas construções presentes e futuras é uma forma importante de inclusão social e de efetivar o direito do indivíduo, sendo, portanto, a adequação de edifícios escolares um caminho imprescindível para a educação de qualidade. Nesse contexto, a presente pesquisa consiste em identificar barreiras arquitetônicas existentes em um edifício escolar da cidade de Maringá-PR e propor soluções em projeto para essas barreiras à luz da ABNT NBR 9050:2020 e ABNT NBR 16537:2016. Para tanto, após a revisão de literatura, deu-se a realização do estudo de campo, que consistiu na visita ao bloco em análise junto de pessoas com deficiência, a fim de analisar as barreiras arquitetônicas e encontrar possíveis soluções a partir de normas e de vivência dos usuários.

Foram, assim, quantificadas as barreiras existentes no trajeto, e quantas vezes elas se repetem em um pavimento do edifício. Após a coleta e análise dos resultados, constatou-se que as barreiras arquitetônicas se assemelham a de muitos outros ambientes e impedem pessoas com deficiência de conviver e desfrutar de inúmeras atividades. Portanto, é necessário maior cuidado com o detalhamento em projeto arquitetônico a fim de adequar estes para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida consigam chegar até as construções e usufruir de maneira autônoma e confortável.

PALAVRAS-CHAVE: Rota acessível; Inclusão; Barreiras Ambientais.

ARCHITECTURAL ACCESSIBILITY: IDENTIFYING BARRIERS IN SCHOOL BUILDING AND PROPOSING ADJUSTMENTS BASED ON NBR 9050:2020 AND NBR 16537:2016

ABSTRACT: Accessibility consists of allowing, facilitating and guaranteeing access for all people with reduced mobility, physical or mental disabilities to all existing locations, daily or not. Ensuring accessibility in current and future buildings is an important form of social inclusion and the guarantee of individual rights, and the adequacy of school buildings is an essential path to quality education. In this context, the present research consists of identifying existing architectural barriers in a school building in Maringá-PR and proposing design solutions for these barriers based on ABNT NBR 9050: 2020 and ABNT NBR 16537: 2016. In this way, after the literature review, a field study was carried out,

which consisted of visiting the school block with people with disabilities, in order to analyze architectural barriers and find possible solutions based on standards and user experience. Thus, the barriers that exist along the way were quantified and how many times they are repeated on one building floor. After collecting and analyzing the results, it was found that the architectural barriers resemble those of many other environments and prevent people with disabilities from living and enjoying numerous activities. Therefore, it is necessary to be more careful with the details of the architectural project in order to adapt them so that people with disabilities or reduced mobility can reach the buildings and enjoy them in an autonomous and comfortable way.

KEYWORDS: Accessible route; Inclusion; Environmental Barriers.

1 | INTRODUÇÃO

A acessibilidade é definida pela ABNT NBR 9050:2020 como a possibilidade e condição de alcance, entendimento, percepção e utilização com segurança e autonomia das edificações, mobiliários, equipamentos urbanos, assim como de todos os espaços existentes e seus elementos, pela pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Esse termo tem uma abrangência bastante grande, visto que, não é aplicável única e exclusivamente às pessoas com deficiência permanente, mas também, às pessoas com mobilidade reduzida de forma permanente ou temporária. Conforme trata o artigo 1º do decreto nº 6.949, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2009, p. 3), “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

Para que a acessibilidade seja possível, é preciso, primeiro, reconhecer e analisar o que e quais são as barreiras existentes, sejam elas arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais, dentre outras, que impedem tais cidadãos de frequentar e desfrutar de tudo o que precisam para ter uma qualidade de vida melhor.

Barreiras arquitetônicas são definidas como quaisquer “obstáculos construídos no meio urbano ou nos edifícios, que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas que apresentam alguma incapacidade transitória ou permanente” (EMMEL; CASTRO, 2003, p. 3). Estas se caracterizam por qualquer obstáculo interno ou externo, em edificações públicas ou privadas (LAMONICA, 2008).

Assim sendo, o estudo das barreiras arquitetônicas contribui, diretamente, na atividade de repensar em como fazer projetos arquitetônicos, sejam eles de edifícios particulares ou públicos, bem como na parte urbana da cidade, no que tange espaços de lazer, locomoção em ruas e avenidas ou qualquer área de convivência, já que, conforme destacam Lascio e Sousa (2000), é na formação do arquiteto que se deve aprender e desenvolver a conscientização para fazer projetos que sejam destinados a todos, sem discriminação. Tal análise favorece as relações interpessoais, contribuindo na compreensão

de que todos precisam ter a oportunidade de se deslocar livremente e com autonomia. E, é importante ressaltar que barreira não se restringe apenas às construções inadequadas pelo seu tamanho ou forma, ela pode ser entendida, também, como falta de algo em determinado lugar, como por exemplo, os pisos táteis ou sinalização de portas, visto que, neste caso, a falta desses elementos se torna um empecilho para uma pessoa com deficiência visual.

Em face ao exposto, existem normas que regulamentam as adequações arquitetônicas para que as edificações possam seguir um padrão, sendo construídas de maneira acessível a todos. Dentre essas normas, está a ABNT 9050:2020 “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, a qual estabelece critérios e parâmetros técnicos para construção, adaptação e instalação do meio urbano e rural e de edificações para que consigam se enquadrar às condições de acessibilidade. Há, também, a ABNT 16537:2020 “Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação”, que, como o próprio nome já remete, prevê diretrizes em termos de sinalização de pisos para a adaptação de edifícios, bem como a elaboração de novos projetos, para pessoas com deficiência visual ou surdo-cegueira. Outra norma, ainda, que compõe diretrizes para a elaboração de projetos acessíveis é a ABNT NBR 14718:2008 “Guarda-corpos para edificação”.

Apesar da existência das normas referenciadas, conforme destaca Cambiaghi (2012, p. 61), elas “constituem referenciais mínimos para garantir funcionalidade, embora não qualidade e conforto”. Essa premissa respalda a necessidade de realização de estudos que identificam barreiras arquitetônicas e proponham medidas corretivas, mesmo aquelas que ainda não compõem algum texto normativo.

Como um edifício escolar é um espaço público de uso coletivo, há uma grande ênfase na necessidade de adequar este ambiente, também, ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, contribuindo para que todos tenham o acesso à educação, garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 2016).

Ao considerar a complexidade e a importância de adequações a um edifício escolar para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o objetivo do presente estudo consiste em identificar barreiras arquitetônicas de edifício escolar na cidade de Maringá-PR e propor adequações em projeto para correção dessas barreiras com base nas normas brasileiras vigentes.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento da presente pesquisa iniciou-se com revisão da literatura, por meio da leitura de artigos, documentos normativos e legislações, tais como, Decreto número 6.949 (Brasil, 2009) e Lei nº 10.098 (Brasil, 2000). Na sequência, deu-se a visita do edifício escolar em estudo com o acompanhamento de estudantes com algum tipo de deficiência, que incluíram pessoas em cadeira de rodas, pessoas cegas e com baixa visão, os quais

foram importantes para a identificação detalhada de barreiras arquitetônicas no trajeto, visto que são elas que passam por esses empecilhos diariamente e, portanto, podem apontá-los com facilidade e, até mesmo, sugerir melhorias para a eliminação das barreiras.

O edifício escolar em estudo apresenta 3.080 m² de área construída, distribuída em quatro pavimentos. Apresenta um total de 46 salas de aula, incluindo laboratórios, 18 banheiros, três cozinhas/copa e quatro depósitos de material de limpeza. Foi estudado apenas um pavimento do bloco, visto que, todos os outros pavimentos necessitam das mesmas adequações que este em análise.

Após a identificação minuciosa das barreiras arquitetônicas, propôs-se adequações para cada uma delas com base nos requisitos trazidos pela ABNT NBR 9050:2020, pela ABNT NBR 16537:2016 e pelos alunos que acompanharam a visita.

3 | RESULTADOS E ANÁLISES

Foram identificadas dez barreiras arquitetônicas no pavimento do bloco escolar em estudo. As barreiras e a ocorrência das mesmas no pavimento são apresentadas no Quadro 1. A localização de cada uma das barreiras no pavimento é indicada na Figura 1.

BARREIRAS	OCORRÊNCIA NO PAVIMENTO EM ESTUDO
Falta de piso tátil em todo o corredor do bloco (barreira “a”)	*
Não há piso de alerta com contraste que indique um objeto fixado em superfície vertical (barreira “b”)	8
Portas com dimensões inacessíveis (barreira “c”)	23
Falta de contraste na lateral dos pisos diferenciando estes das paredes (barreira “d”)	*
Falta de contraste na porta das escadas de emergência (barreira “e”)	8
Falta de sinalização em contraste nos degraus das escadas (barreira “f”)	1
Corrimãos inadequados nas escadas de emergência (barreira “g”)	*
Falta de sinalização em braille para indicação de pavimentos em escadas e número das salas, bem como a falta de mapas táteis na entrada dos blocos escolares e saídas de elevadores para indicar o caminho e a ordem de cada sala (barreira “h”)	*
Bebedouro não acessível (barreira “i”)	4
Pias e divisórias dos banheiros com cor inadequada (barreira “j”)	18

Quadro 1 – Síntese das barreiras arquitetônicas identificadas no interior do bloco em estudo

Nota: * Barreiras consideradas ao longo de todo o pavimento

Fonte: Autores (2020)

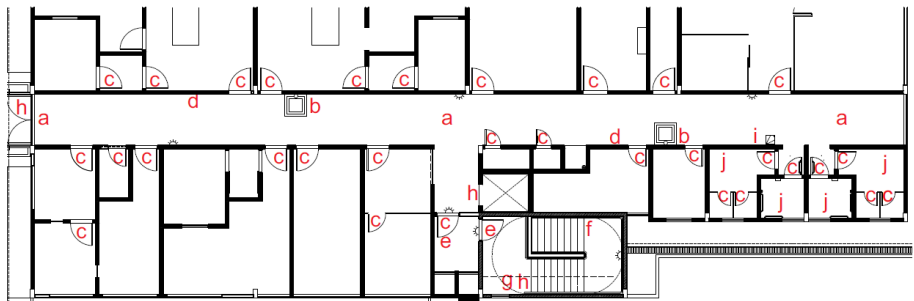


Figura 1 – Localização das barreiras no pavimento em estudo

Fonte: Autores (2020)

3.1 Barreira “a”

Esta barreira consiste na falta de piso tátil-visual no interior do bloco, na parte de corredores, que auxiliaria o direcionamento de alunos com deficiência visual para o interior das salas, banheiros, bem como para qualquer direção.

3.1.1 Solução para barreira “a”

A solução encontrada para esta barreira foi a colocação dos pisos táteis em todo o interior do bloco, nos corredores, sinalizando cada entrada dos laboratórios e salas de aula, como em todas as mudanças de direção, com pisos de alerta tátil para auxiliar deficientes visuais à saberem exatamente quando chegarem em suas salas de destino, como a adequação proposta para uma parte do corredor do bloco (Figura 2). Essa solução está de acordo com a ABNT NBR 16537:2016, a qual especifica as dimensões dos pisos de alerta com larguras e diâmetros mostrados na figura abaixo (Figura 3) e altura do relevo mínima de 3 mm. Além disso, no caso específico, o aluno com deficiência visual acompanhado sugeriu que a cor destes pisos táteis fosse escura, como preta por exemplo, a fim de que haja contraste com o piso adjacente.

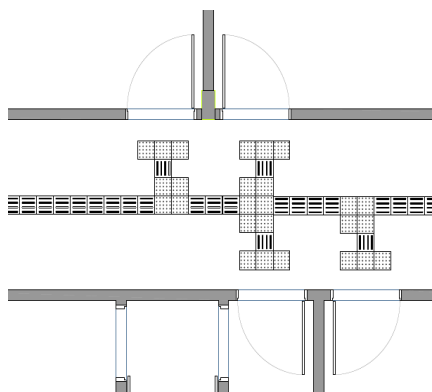


Figura 2 – Exemplo de adequação com piso tátil

Fonte: Autores (2020)

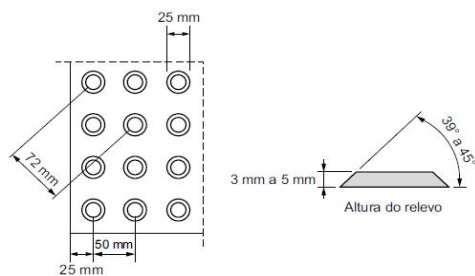


Figura 3 – Dimensões de pisos táteis

Fonte: ABNT NBR 16537:2016.

3.2 Barreira “b”

Tal barreira consiste em não haver piso de alerta com contraste que indique um objeto fixado em superfície vertical, conforme indicado na Figura 4.



Figura 4 – Objeto suspenso sem sinalização tátil visual

Fonte: Autores (2020)

3.2.1 Solução para barreira “b”

A solução encontrada para esta barreira é trazida pela norma ABNT NBR 16537:2016,

que consiste em especificações de altura de objetos suspensos e de como deve ser a sua sinalização, conforme Figura 5. Como exemplo, tem-se na Figura 6 o que foi proposto em projeto para adequar a sinalização de um objeto suspenso no interior do bloco.

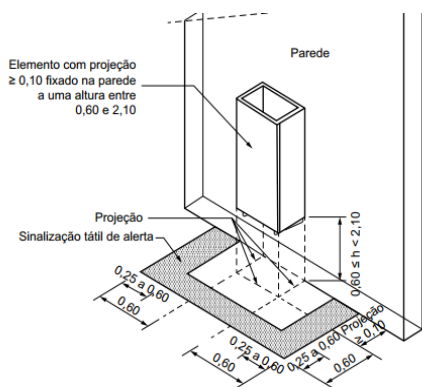


Figura 32 – Objeto fixado em superfície vertical

Figura 5 – Objeto suspenso com sinalização tátil visual

Fonte: ABNT NBR 16537:2016.

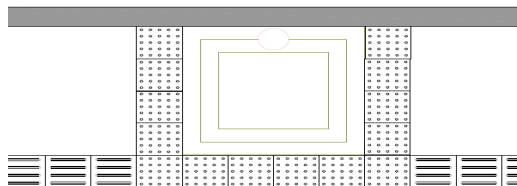


Figura 6 – Objeto suspenso com sinalização tátil visual em planta

Fonte: Autores (2020)

3.3 Barreira “c”

As portas, como exposto na planta baixa do pavimento (Figura 1), não abrem para fora da sala (para o corredor) e sim para dentro da sala, o que dificulta a acessibilidade de pessoas com deficiência, especialmente, com dificuldades físicas. Ainda, tais portas, não tem vão livre de 80 cm ou mais, que seria o correto para deslocamento frontal, conforme a NBR 9050:2020.

3.3.1 Soluções para barreira “c”

A solução encontrada para essa barreira foi de realocar todas as portas a fim de deixar essas de maneira que abram para fora da sala de aula. Além disso, a colocação de portas com, no mínimo, 80 cm de vão livre (o que desconta a espessura da folha da porta e seu batente), quando abertas (Figura 7), é essencial para que a acessibilidade seja respeitada, conforme estabelece a ABNT NBR 9050:2020 (Figura 8).

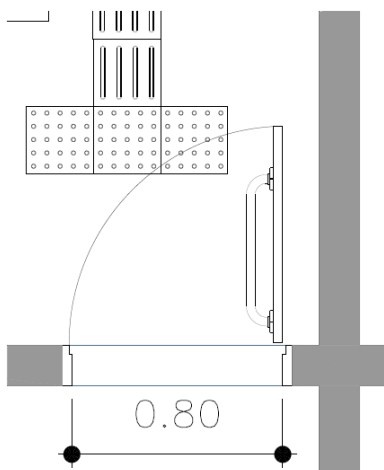


Figura 7 – Medidas mínimas para colocação de portas acessíveis

Fonte: Autores (2020)

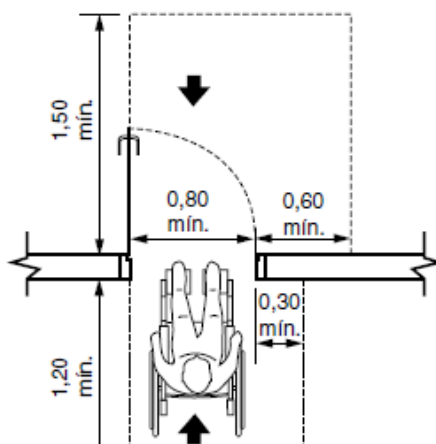


Figura 8 – Medidas mínimas para execução de portas acessíveis

Fonte: ABNT NBR 9050:2020.

3.4 Barreira “d”

A barreira “d” consiste na falta de contraste de cores entre a lateral dos pisos e as paredes, visto que as cores dos pisos e paredes no interior do bloco são muito parecidas. Portanto, uma pessoa com baixa visão ou visão subnormal, por exemplo, não consegue diferenciar parede de chão, o que acarreta na sua dificuldade de deslocamento.

3.4.1 Solução para barreira “d”

Uma das soluções encontradas para a barreira descrita acima foi colocar uma fita ou pintar com uma tinta da cor preta a divisão entre as paredes e os pisos (Figura 9) visto que, o chão e a parede são de cores claras muito próximas e, portanto, uma cor mais escura ajudaria a diferenciar essas duas partes e melhoraria, conseqüentemente, o deslocamento da pessoa com baixa visão ou outros tipos de deficiência relacionadas a esta. Esta solução foi adotada conforme instrução e necessidade do aluno que acompanhou o trajeto.



Figura 9 – Faixas para contraste entre piso e parede

Fonte: Autores (2020)

3.5 Barreira “e”

A porta de emergência, como pode-se analisar na Figura 10, também tem cores muito próximas às do piso (ambos em tons de cinza) o que dificulta a locomoção da pessoa com baixa visão ou visão subnormal, pois, implica na dificuldade deste em ver a existência de uma porta no meio do caminho.



Figura 10 – Falta de contraste nas portas da escada de emergência

Fonte: Autores (2020)

3.5.1 Solução para barreira “e”

A solução encontrada para tal barreira é a colocação de faixas na cor preta (Figura 11), já que a porta tem uma cor clara, e, assim, tais fitas resultariam em um contraste de cores que vai ser satisfatório na melhoria da acessibilidade para a pessoa com baixa visão.



Figura 11 – Contraste nas portas da escada de emergência

Fonte: Autores (2020)

3.6 Barreira “f”

A barreira “f” se destaca pela falta de contraste visual nos degraus das escadas de emergência, o que dificulta a acessibilidade da pessoa que tem baixa visão ou visão subnormal, já que, uma escada inteira da mesma cor e sem marcação alguma nos degraus, como demonstrado na Figura 12, faz com que a pessoa com essa deficiência visual enxergue a escada como sendo uma rampa e, portanto, não tenha segurança ao subi-la ou desce-la.



Figura 12 – Falta de contraste na lateral dos degraus das escadas

Fonte: Autores (2020)

3.6.1 Solução para barreira “f”

A solução encontrada para sanar essa barreira arquitetônica foi baseada na norma ABNT NBR 9050:2020, conforme Figuras 13 e 14, que consiste na colocação de faixas com cores contrastantes aos degraus da escada.

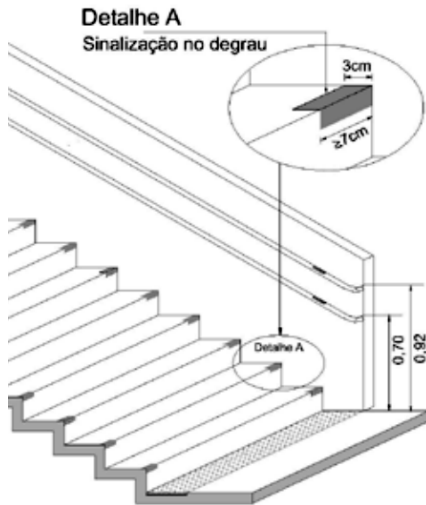


Figura 13 – Solução para degraus de escadas sem contraste

Fonte: ABNT NBR 9050:2020.

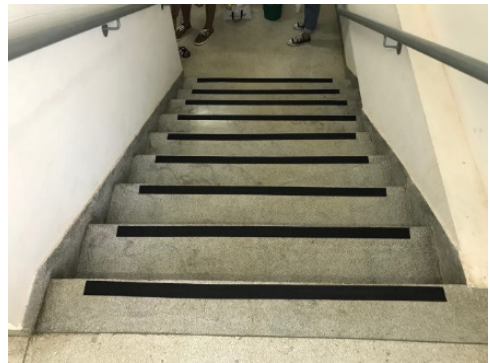


Figura 14 – Solução para degraus de escadas sem contraste

Fonte: Autores (2020)

3.7 Barreira “g”

Tal barreira apresenta-se na forma de corrimãos inadequados para as escadas de emergências do bloco, conforme a Figura 12, já que, estes têm alturas e prolongamentos diferentes das trazidas pela ABNT NBR 9050:2020. Tal norma especifica todas as medidas e morfologia que os corrimãos de escadas devem ter.

3.7.1 Solução para barreira “g”

A solução encontrada para esta barreira consistiu naquela especificada pela ABNT NBR 9050:2020, a qual especifica diferentes alturas para as barras dos corrimões de escadas e rampas, sendo uma barra feita a altura de 0,70m e outro a uma altura de 0,92m em relação a quina do degrau (em escadas), como observado na Figura 15. Ainda, há a caracterização do prolongamento que estes devem ter ao início e ao final dos degraus da

escada, que é de 0,30m.

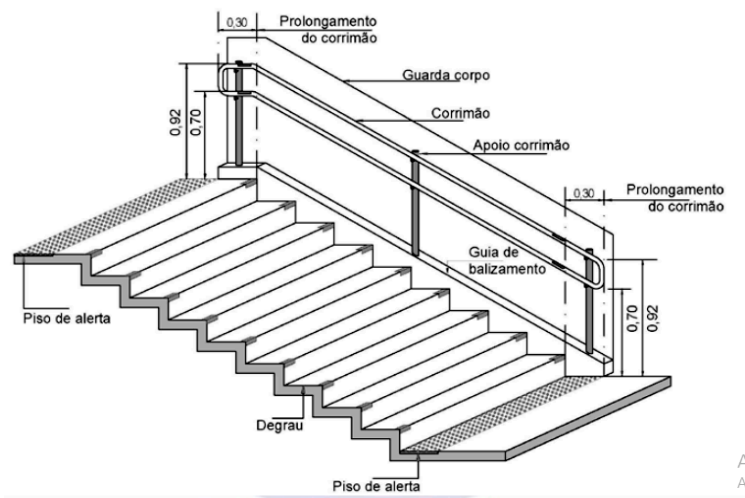


Figura 15 – Solução para corrimãos inadequados

Fonte: ABNT NBR 9050:2020.

3.8 Barreira “h”

Esta barreira consiste na falta de indicação em braille na lateral das portas de salas de aulas, laboratórios, dentre outros ambientes, assim como no corrimão das escadas (com indicação do pavimento) e, ainda, um mapa tátil em todas as portas de entrada do bloco, por exemplo, para que a pessoa com deficiência visual consiga saber qual sua localização no edifício em questão.

3.8.1 Soluções para a barreira “h”

Uma das soluções encontradas para esta barreira foi a da colocação de placa em braille no final do corrimão das escadas em cada andar, indicando o número do pavimento no qual a pessoa está, assim como na lateral da porta das salas, indicando o número da sala. Ainda, outra atitude que deve ser tomada, é a colocação de mapas táteis, como exemplificado na Figura 16, na saída dos elevadores e escadas, bem como na entrada dos blocos, visto que, estes permitem que a pessoa com deficiência visual se localize no bloco e consiga encontrar, com autonomia, a sala que deseja ir.

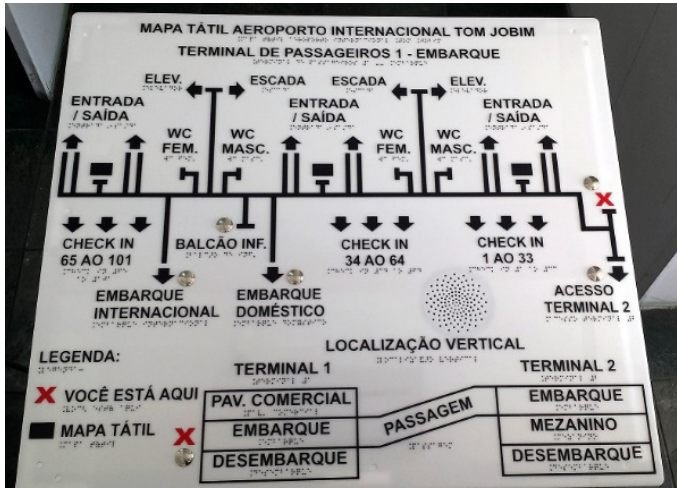


Figura 16 – Exemplo de mapa tátil adaptável para blocos escolares

Fonte: Andaluz Acessibilidade (2018)

3.9 Barreira “i”

Tal barreira consiste em um bebedouro não acessível que há no pavimento, visto que, não tem altura adequada para deficientes físicos ou para pessoas baixas.

3.9.1 Soluções para barreira “i”

A solução encontrada para tal barreira foi a substituição do bebedouro ou a anexação de outro bebedouro ao já existente, que tenha as dimensões necessárias, o que resulta em um bebedouro em duas alturas, acessíveis, portanto, para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida (Figura 17). Um deles deve ter 0,90 m e outro entre 1,00 m e 1,10 m em relação ao piso acabado, segundo ABNT NBR 9050:2020.



Figura 17 – Bebedouro com dimensões acessíveis

Fonte: Autores (2020)

3.9.2 Barreira “j”

Esta barreira também está relacionada ao contraste, no sentido de as pias e divisórias dos banheiros serem da cor cinza, muito próxima à cor do chão e à cor das torneiras das pias.

3.9.3 Soluções para barreira “j”

A solução adotada para tal barreira, levando em conta sugestões e necessidades do próprio aluno com baixa visão que acompanhou no trabalho de campo, foi substituir as pias e divisórias por outras com cores mais escuras.

4 | CONCLUSÕES

Diante do exposto, observou-se a existência de dez barreiras ao longo do trajeto em estudo, que impedem o uso da edificação escolar com autonomia e segurança pela pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. As principais delas, que acontecem ao longo de todo o corredor do pavimento são a falta de piso tátil e a falta de contraste de cores para guiar o deficiente visual, de modo que a maneira de corrigi-las é com a colocação dos pisos táteis e faixas entre a parede e o piso a fim de conseguir o contraste de cores.

Dessa forma, procedeu-se à pesquisa com a determinação das soluções que melhor

se adequem aos trajetos. Destaca-se que as soluções apontadas podem ser aplicáveis a qualquer outro ambiente que possua barreiras semelhantes, no que se refere à adequação do local para o uso e uma melhor qualidade de vida dos usuários que possuam as deficiências contempladas nesse estudo. Em vista disso, conclui-se que há a necessidade de todos esses aspectos serem pensados na etapa de projeto, a fim de evitar reformas, que acabam resultando em decisões não tão interessantes ou que não abrangem todas as pessoas, principalmente em função da falta de espaço.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os integrantes do meu grupo do projeto de acessibilidade que me ajudaram a fazer o trajeto em busca das barreiras bem como procurar soluções para estas. Também, quero agradecer aos alunos com alguma necessidade especial que nos ajudaram a entender melhor como e quais eram as principais barreiras da rota em estudo, a fim de solucioná-las da melhor maneira para que eles consigam usufruir do espaço com mais autonomia e segurança. Quero agradecer, principalmente, ao Professor Hugo Sefrian Peinado, pela oportunidade de participar do projeto de acessibilidade bem como escrever sobre este, já que, tal assunto é de extrema importância e, portanto, precisa ser discutido e levado como um ponto essencial na vida profissional, como arquitetos e engenheiros, na elaboração de projetos arquitetônicos, bem como na vida pessoal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 147. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14718: Guarda-corpos para edificação**. Rio de Janeiro, p.14. 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16537: Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Rio de Janeiro, p.44. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 14 de maio de 2018.

CAMBIAGHI, S.S. **Desenho Universal: Métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. São Paulo: Editora SENAC, 2012.

EMMEL, E.M. G; CASTRO, C.B. **Barreiras arquitetônicas no campus universitário: o caso da UFSCAR**. In: MARQUEZINI, M. C. et al.. (Org.). Educação física, atividades lúdicas e acessibilidade de pessoas com necessidades especiais. Londrina: UEL, 2003. p.177-183.

LAMONICA, D. A. C.; et al. **Acessibilidade em ambiente universitário**: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. Revista Brasileira de Educação Especial, São Paulo, v.14, n.2, p.177-188, 2008.

LASCIO, Giovanna; SOUSA, Ricardo. **Projeto barreiras arquitetônicas**: A arquitetura voltada para os deficientes. Paraíba: UFPB. p. 1-13.

CAPÍTULO 4

A FUNÇÃO RESIDENCIAL NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 03/07/2020

Claudio Antônio Santos Lima Carlos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
<http://lattes.cnpq.br/4471089198784239>
<https://orcid.org/0000-0001-7868-5132>

João Pedro Soares Ferreira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
<http://lattes.cnpq.br/0001321273676723>

Jonathan Trindade

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
<http://lattes.cnpq.br/4750094812503138>

Luiz Philipe Santos da Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
<http://lattes.cnpq.br/7285631428820383>

RESUMO: A pesquisa identifica e analisa os projetos originais de residências para professores, alunos e funcionários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), elaborados no período 1938-1948. Utiliza-se como base teórica o conceito de habitar (Heidegger, Norberg-Schulz, Pallasmaa

etc.) para compreender o *modus vivendis* dos ocupantes originais do campus. Identificam-se na documentação histórica da UFRRJ, atualmente em processo de conservação preventiva, os projetos originais dessas edificações visando a produção de plantas humanizadas e modelos 3D das propostas originais. São realizadas análises comparativas entre os projetos originais, os estados de conservação e utilização atuais das edificações remanescentes. A idéia de propor a presente pesquisa surgiu a partir do projeto de conservação preventiva e digitalização do acervo de desenhos arquitetônicos originais da construção do Campus Seropédica da UFRRJ, apoiado pela FAPERJ (2013-2016). A iniciativa viabilizou a construção do Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos (LabDoc), originalmente vinculado ao Centro de Memória da UFRRJ, cujo acervo constitui uma rica fonte de pesquisa sobre o campus Seropédica, guardando os projetos que lhe deram origem, especialmente os residenciais. A pesquisa viabilizou a detecção e a compreensão das intenções originais do projeto arquitetônico do campus, especialmente no tocante à habitação. No presente artigo, serão apresentados alguns resultados parciais da pesquisa que se restringirão à análise comparativa entre três tipologias residenciais do Campus da UFRRJ: as casas de Reitor, trabalhador e funcionário.

PALAVRAS-CHAVE: Documentação; Conservação; Patrimônio Cultural

THE RESIDENTIAL FUNCTION ON THE FEDERAL RURAL UNIVERSITY OF RIO DE JANEIRO CAMPUS

ABSTRACT: The research identifies and analyzes the original projects of residences for teachers, students, and employees of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ), drawn up in the period 1938-1948. The concept of inhabiting (Heidegger, Norberg-Schulz, Pallasmaa etc.) is used as a theoretical basis to understand the *modus vivendis* of the original occupants of the campus. The original projects of these buildings are identified in the historical documentation of UFRRJ, currently in the process of preventive conservation, aiming at the production of humanized plants and 3D models of the original proposals. Comparative analyses are carried out between the original projects, the current conservation and use states of the remaining buildings. The idea of proposing this research arose from the preventive conservation project and digitization of the collection of original architectural drawings of the construction of the Seropédica Campus of UFRRJ, supported by Research Support Foundation for the State of Rio de Janeiro (FAPERJ) (2013-2016). The initiative enabled the construction of the Laboratory of Conservation and Restoration of Documents (LabDoc), originally linked to the Memory Center of UFRRJ, whose collection constitutes a rich source of research on the Seropédica campus, keeping the projects that gave rise to it, especially the residential ones. The research enabled the detection and understanding of the original intentions of the architectural design of the campus, especially about housing. In this article, some partial results of the research will be presented that will be restricted to the comparative analysis between three residential typologies of the UFRRJ Campus: the houses of Dean, worker, and employee.

KEYWORDS: Documentation, Conservation; Cultural Heritage

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo principal identificar e analisar os projetos originais de residências para professores, alunos e funcionários, no campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), elaborados no período 1938-1948, a partir da documentação histórica existente. Como base teórica da análise proposta, a pesquisa se utiliza do conceito de *habitar* (Heidegger, Norberg-Schulz, Pallasmaa etc.) para resgatar e compreender o *modus vivendi* dos habitantes originais do campus.

Propõe-se também a digitalização das respectivas informações gráficas, com vistas à produção de plantas humanizadas e modelos 3D dos projetos arquitetônicos para, posteriormente, analisar comparativamente as apropriações originais com as atuais. Num terceiro momento, pretende-se analisar o grau de caracterização e o estado de conservação dessas edificações, de seus entornos imediatos, bem como a elaboração de posters com as fachadas principais das tipologias arquitetônicas identificadas. Cabe destacar que essas edificações revelam rígida hierarquia, traduzida pelos seus espaços mais ou menos generosos e localizações próximas ou distantes do Pavilhão Central do campus e da Rodovia BR-465 (antiga Rio-São Paulo), conforme as funções exercidas pelos respectivos ocupantes. Estes aspectos contribuem para a compreensão do

conservadorismo do ambiente acadêmico da Universidade dos anos 1930. No presente artigo, serão apresentados alguns resultados parciais da pesquisa que se restringirão à análise comparativa entre alguns aspectos referentes a três projetos residenciais do Campus da UFRRJ: as casas do Reitor, de funcionários e de trabalhadores.

A idéia de propor a pesquisa surgiu a partir do projeto de conservação preventiva e digitalização do acervo de plantas originais da construção do Campus Seropédica da UFRRJ, desenvolvido com apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no período 2013-2016. A iniciativa viabilizou a construção do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos (LabDoc), vinculado inicialmente ao Centro de Memória da UFRRJ, que passou a se responsabilizar pela guarda do acervo de projetos arquitetônicos que lhe deram origem, atualmente em fase de conservação preventiva e catalogação.

A pesquisa possibilitou aos alunos e professores envolvidos, a partir do contato com plantas e desenhos originais confeccionados no período 1938-1948, descobrir o vasto e rico universo documental acerca do Campus Seropédica, bem como de aspectos de sua história, que viabilizaram a detecção e a compreensão das intenções originais do seu projeto arquitetônico, especialmente, no tocante à habitação. O Campus, originalmente projetado para uma região rural do Distrito de Seropédica, no município de Itaguaí, atualmente integra a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, fato que gerou transformações nos modos de habitar seus espaços, especialmente aqueles voltados ao uso residencial.¹ No tocante à moradia, foi possível observar um significativo acervo que traduz uma grande preocupação dos idealizadores do projeto original do campus em fixar professores, alunos e funcionários no campus, com o máximo de conforto e segurança, considerando-se os respectivos níveis hierárquicos em face da considerável distância do local à cidade do Rio de Janeiro. Há projetos para alojamentos de alunos, residências de trabalhadores, funcionários (de vários níveis), professores auxiliares, catedráticos, reitor e vice-reitor. Por outro lado, também foi possível detectar um cuidadoso detalhamento do mobiliário para essas edificações, especialmente para os alojamentos dos alunos, que permite reconstituir parte do modo de habitar projetado para o campus.

Algumas considerações sobre o conceito de habitar

Fenomenologicamente, o significado que a palavra *casa* encerra, extrapola o sentido de simples abrigo, ou seja, todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa que é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Segundo Bachelard (1981, p.22 e 23) através do devaneio “o passado, o presente e o futuro dão à casa dinamismos que freqüentemente intervêm, às vezes se opondo, às vezes estimulando-se um ao outro”. Ela é capaz de manter o homem protegido das “tempestades do céu e das tempestades da vida”. Nesse sentido, Heidegger

1 - Seropédica foi emancipada de Itaguaí, em 1997, tornando-se município do Estado do Rio de Janeiro até os dias atuais.

(2001, p.127-128) exemplifica: “Na autoestrada, o motorista de caminhão está em casa, embora ali não seja a sua residência; na tecelagem, a tecelã está em casa, mesmo não sendo ali sua habitação. Na usina elétrica, o engenheiro está em casa (...)”. O *habitar* seria o fim que se impõe a todo *construir*, não no sentido concreto de edificar, mas no sentido de “construção” de significados, relações sensoriais e memoriais. “Habitar e construir se encontram assim, numa relação de meios e fins”. O “construir já é em si mesmo habitar”.

O *habitar* precede o construir. Ele está e advém da natureza humana. Ligado ao habitar está o desenvolvimento do sentido de pertencimento e familiaridade a um determinado lugar, enunciado pela ideia de “estar em casa”. Cabe destacar que se entende por lugar, segundo Norberg-Schulz (1984, pp. 6-8), a percepção de “uma totalidade qualitativa de natureza complexa, não podendo ser descrito apenas através de significados analíticos ou conceitos científicos.” Ou seja, o lugar reúne aspectos relacionados à materialidade e à imaterialidade dos ambientes (cores, sons, cheiros, lembranças etc.).

Heidegger (2001, p.128) expressa crítica ao mundo contemporâneo onde não mais se pensa em sentido pleno, que *habitar* é o traço fundamental do homem. Nesse sentido, afirma que não habitamos porque construímos. Ao contrário, “construímos e chegamos a construir à medida que habitamos”. Dessa forma, podemos imaginar ser possível sentirmo-nos em casa, em nossa própria cidade, em nosso próprio bairro ou rua, onde habitamos. A topofilia decorre do *habitar*, originando os esforços comunitários realizados no sentido de conservar sítios históricos, sejam eles “casas-cidades”, “casas-bairros” ou “casas-ruas”, defendendo-os contra aspectos considerados ameaçadores e capazes de desfigurar essa cara sensação de pertencimento proporcionada pelo *habitar*. Pallasmaa (2011, p. 38) sobre esse aspecto observa que a “cidade e meu corpo se complementam e se definem. Eu moro na cidade, e a cidade mora em mim.” Sobre o habitar, Pallasmaa (2017, p. 7) ainda observa que:

O ato de habitar revela as origens ontológicas da arquitetura, lida com as dimensões primordiais de habitar o espaço e o tempo, ao mesmo tempo em que se transforma um espaço e o tempo, ao mesmo tempo em que transforma um espaço sem significado em um espaço especial, um lugar e, eventualmente, o domicílio de uma pessoa. O ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo. É fundamentalmente um intercâmbio e uma extensão; por um lado, o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro, esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental. (PALASMAA, 2017, p. 7)

Deduz-se assim, que o homem habita quando é capaz de orientar-se internamente e identificar-se com um meio, ou experimentá-lo num sentido mais pleno. Habitar indica a relação total do homem com o lugar. Quando o homem habita, ele simultaneamente está localizado no espaço e exposto a certas características do meio (NORBERG-SCHULZ, 1984, p.5). O habitar envolve duas funções psicológicas que podem ser chamadas de

orientação e identificação. Para obter-se uma base existencial o homem deve ser capaz de orientar-se, ele necessita saber onde está. Porém para identificar-se com o meio em que se está, deve-se saber como é o meio onde se encontra. A falta de legibilidade da imagem acarreta a sensação de estar perdido, o que se opõe ao sentido de segurança que está no habitar (Cf. LYNCH, 1980, p.20).

SOBRE MEMÓRIA, DOCUMENTO E ARQUITETURA

O conceito de memória se destaca como referência crucial para os seres humanos. Para Le Goff (2003, p. 419), ela possui a “propriedade de conservar certas informações” que nos remetem “em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Já Maurice Halbwachs não considera a memória apenas como um atributo da condição humana, tampouco como algo que é construído a partir do seu vínculo com o passado, mas sim como resultado de “representações coletivas construídas no presente” que têm como função manter a sociedade coerente e unida. Para Halbwachs a memória tem apenas um adjetivo: coletiva (SANTOS, 2003, p.21). Le Goff (2003, p. 525) observa que a memória coletiva possui a sua forma científica, a história, que se aplica em dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos.

O termo latino *documentum* deriva de *docere*, “ensinar” e assume o significado de “papel justificativo” – domínio policial – e, a partir da virada do século XIX para o XX, para a corrente positivista, de “fundamento do fato histórico”, “prova histórica”. (LE GOFF, 2003, p. 526). Ocorre que, em 1929, segundo Le Goff (2003, p. 530), os fundadores da revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale* e pioneiros de uma nova análise da história, ampliaram a noção e o sentido de documento que passou a abranger aqueles escritos, ilustrados, transmitidos pelo som, imagens, desenhos ou qualquer outra maneira. Estes vinculam a sua existência a da própria história, ou seja, “não há história sem documentos” (LE GOFF, 2003, p.531).

Em função disso, a identificação, a catalogação, a análise e a divulgação de documentação escrita e iconográfica relacionada à arquitetura tornam-se ações fundamentais para uma melhor compreensão de sua importância e trajetória. Trata-se da conservação de um dos pontos que compõem o extenso mosaico de referências materiais que contribuem para a construção e a manutenção da memória coletiva de grupos humanos, tendo em vista que as arquiteturas, especialmente as de uso público, são o *locus* de convivência e vivências coletivas. Além da própria edificação, este mosaico é composto por relatos, lembranças e, sobretudo, pela documentação escrita e iconográfica, tais como, desenhos, projetos, imagens, textos etc. Myriam S. dos Santos (2003, p.19) confirma esse pensamento quando afirma que os objetos e os documentos são capazes de reproduzir parte do que foi vivenciado no passado.

No caso específico das entidades públicas, os arquivos assumem grande importância no processo de perpetuação das respectivas memórias, representando verdadeiros repositórios que testemunham fatos vividos no passado. Os conjuntos de documentos neles guardados, independente de suporte, inequivocamente, são fruto de acumulação proveniente de atividades dessas entidades ocorridas em diversas épocas e sob diferentes contextos culturais e políticos. Após terem cumprido a sua função original (instrumentos de trabalho), transformam-se em evidências do passado, guardando a memória de fatos e intenções concretizadas ou não (Cf. ANGELO, 2009, p.92).

Quando se trata de arquitetura, a documentação histórica (o projeto) é uma relevante fonte de conhecimentos e informações que permitem, dentre outros, a reconstituição precisa das intenções e sentimentos dos respectivos idealizadores (empreendedores e arquitetos). Segundo o Dicionário Houaiss (2001), projetar possui diversos significados, desde atirar, arremessar à distância, até fazer um projeto, planejar, ver a frente. O termo relaciona-se com algo que lançamos ou vislumbramos a frente. No caso do projeto arquitetônico, há uma nítida revelação de uma intenção futura, ou seja, permite a visualização prévia e em escala reduzida, do edifício que se pretende construir. A análise dos projetos arquitetônicos originais de uma edificação nos fornece uma concreta possibilidade de perceber o que se pretendeu no passado e, por comparação, identificar o que realmente foi realizado, executado e de que forma ocorreu e ocorre a sua apropriação.

Por outro lado, o tratamento formal originalmente proposto pelo autor do projeto, traduzido numa determinada linguagem estilística (escala, ritmo, relação entre cheios e vazios, modinatura, articulação dos espaços etc.), torna-se também um importante elemento que possibilita essa reconstrução e análise. O estilo é capaz de, por intermédio do modo de representação, exprimir o modo de percepção, de pensamento e valores de uma determinada classe social ligada a uma determinada época. (BOURDIEU, 2007, p.283) No caso do campus Seropédica da UFRRJ, o estilo neocolonial, curiosamente, foi determinado por decreto, editado pelo governo Vargas, que, certamente, o julgou mais apropriado para caracterizar a arquitetura que iria abrigar atividades ligadas ao ensino e a pesquisa das ciências agrárias e da terra. À tradição da atividade agrária brasileira uniu-se o estilo neocolonial que buscou como essência o resgate das tradições estilísticas brasileiras amadurecidas no período colonial, ou seja, o “rural” foi percebido como neocolonial.

Dentro dessa perspectiva, a arquitetura de grande escala dos principais pavilhões do campus (Pavilhão Central, prédios dos Institutos de Biologia, de Química etc.) reproduz elementos arquitetônicos e ornamentais característicos das arquiteturas religiosa barroca (frontões caprichosos), civil urbana (sobrevargas em arco abatido) e rural (varandas sustentadas por colunas toscanas, no Pavilhão Central). Essas edificações invariavelmente apresentam seus espaços articulados a partir de um pátio central, elemento tradicional introduzido pela arquitetura jesuítica e presente na arquitetura civil rural. No tocante à arquitetura residencial presente no campus Seropédica, objeto do presente estudo,

observa-se a adoção da escala humana em edificações predominantemente, de um pavimento (exceto as residenciais do Reitor e Vice-Reitor), com beirais projetados em cachorros, varandas, janelas guarnecidas por balaustrada de madeira etc.

A preocupação em proporcionar alojamento aos professores e funcionários do campus informa sobre a distância e dificuldades de acesso ao campus, outrora localizado em uma “zona rural” do Estado do Rio de Janeiro. Essas edificações localizadas em áreas marcadas por ambientes bucólicos, com farta vegetação, foram projetadas detalhadamente de forma a espelhar a hierarquia funcional distinguindo-se por área e acabamentos utilizados. O *habitar* no campus Seropédica viabilizou aos moradores originais e também atuais, a construção de laços afetivos com o lugar, inserindo-o de forma indelével em suas memórias coletivas.

Sobre o acervo da UFRRJ

No caso do acervo de plantas relacionadas à memória projetual do campus Seropédica da UFRRJ, observa-se uma infinidade de intenções não concretizadas – não executadas – ou diversificadas (diversos estudos para o mesmo prédio ou elemento). Estas informações permitem constatar os ambiciosos objetivos do Estado Novo de Vargas no intuito de criar um centro acadêmico de excelência nas ciências agrárias, capaz de proporcionar autonomia aos produtores brasileiros do setor. O apuro dos detalhes arquitetônicos e do mobiliário especialmente projetado para os interiores transmite requinte e apuro formal ao conjunto. Por outro lado, também nos permite comparar criticamente soluções projetadas com as executadas, bem como as atuais apropriações dos espaços projetados no passado.

O plano para construir aquela que seria “a primeira cidade universitária brasileira fora da concentração urbana das grandes cidades”, tomou forma em 1938, quando Getúlio Dorneles Vargas era Presidente do Brasil (RUMBELAPAGER, 2005). A iniciativa partiu do então Ministro da Agricultura Fernando de Sousa Costa que, através de uma exposição de motivos, solicitou, em agosto de 1938, autorização do Presidente para iniciar construções de um novo campus para a Escola Nacional de Agronomia, nas terras do que era então a Fazenda Nacional de Santa Cruz. O projeto dos edifícios teria sido aprovado por Vargas ainda em outubro de 1938, tendo a construção do campus se iniciado no ano seguinte. Em 1941, várias edificações já estavam concluídas, mas foi somente em 1948, que o campus, como um todo, foi plenamente ocupado.

Em função da sua importância cultural, o conjunto arquitetônico-paisagístico da UFRRJ foi protegido provisoriamente, em 1998, pelo instituto do tombamento estadual, para, em 2001, ser definitivamente protegido. A iniciativa de proteção foi proposta pela Universidade ao Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC), que a encaminhou ao Conselho Estadual de Tombamento (CET), primeiramente para os painéis de azulejos projetados e pintados pela artista plástica de origem portuguesa Maria Helena Vieira da Silva, localizados no antigo refeitório (atual sala de estudos) do campus Seropédica. Cabe destacar que a obra é a única desta natureza produzida pela artista plástica no Brasil.

Após visita de técnicos do INEPAC, o tombamento foi estendido ao campus Seropédica, na área que guarda sua ocupação original, que inclui seu parque paisagístico, projetado por Reynaldo Dierberger, além de pavilhões e edificações em estilo neocolonial, nele situados. A constatação originou o tombamento estadual dos painéis de azulejos de Vieira da Silva juntamente com o conjunto arquitetônico-paisagístico do campus.

No entanto, a riqueza do conjunto arquitetônico do campus Seropédica não se esgota em seus pavilhões de aulas e de funções administrativas. A previsão do uso residencial em suas dependências, para professores, alunos e funcionários, viabiliza a reconstrução das características do morar, no período 1930-1940, numa região rural, induzindo a reflexões e comparações com as condições atuais. O exercício surge como uma valiosa experiência que contribui para a formação de estudantes de arquitetura, bem como para a informação de docentes da área de arquitetura e urbanismo.

Sobre as residências e a hierarquia

Conforme já descrito, as residências projetadas para o Campus Seropédica possuem uma escala humana em relação aos pavilhões, apresentando plantas compactas e padronizadas segundo rígida hierarquia funcional, diferenciadas por áreas, acabamentos e tratamentos plásticos. Ou seja, quanto maior o status da função exercida na Universidade, pelo ocupante, mais apurada é a arquitetura e mais bem localizada sua residência. Esse aspecto reforça o rígido caráter hierárquico da sociedade brasileira dos anos 1930, especialmente nos âmbitos acadêmico e rural.

Desta forma, as pesquisas revelaram um conjunto de projetos arquitetônicos residenciais unifamiliares completos, onde se destacam com um grande apuro formal e construtivo, as residências do Reitor e Vice-Reitor, sem dúvida, as mais requintadas de uma série hierárquica que também possuía:

- Casas para Professores Catedráticos (Tipos C.1 e C.23)
- Casas para Diretores (Tipos D.1 ao D.8; D.27 e D.28)
- Casas para Funcionários – divididas em categorias (Tipos F.1 ao F.8 e F.21 ao F.24)
- Casas para Trabalhadores, casados e solteiros (Tipos T.1 ao T.9)

No tocante aos alunos, a Universidade oferecia alojamentos coletivos, com divisão por sexo (feminino e masculino), em prédios dotados de três pavimentos, acessados apenas por escadas. Todos os residentes no campus contavam com o conforto de uma infraestrutura de apoio dotada de lavanderia e restaurantes (professores e alunos).

A hierarquia estabelecida lembra as das vilas operárias das primeiras Fábricas de Tecidos de Algodão implantadas no Estado do Rio de Janeiro, a partir do último quartel do século XIX, inspiradas em soluções propostas pelos socialistas utópicos, em seus familistérios. No campus Seropédica, observa-se que essas tipologias residenciais se

encontram localizadas de forma dispersa na área do campus, próximas umas das outras, sem uma setorização perceptível, exceto as casas do Reitor e Vice-Reitor, implantadas em lugar próximo ao Pavilhão Central, em sítio de topografia mais elevada em relação ao restante do campus.

A CASA DO REITOR

A localização da Casa do Reitor, não segue, em termos de implantação, a simetria imposta pelo partido proposto para as principais edificações do campus (Pavilhão Central, Pavilhões dos Institutos de Química e de Biologia). No entanto, esse aspecto passa despercebido ao observador, em função de um eficiente artifício paisagístico que lança mão de uma colina artificial, sobre a qual a residência está implantada em pequeno platô, complementada por massa arbórea que a “oculta” parcialmente na paisagem do campus, destacando as edificações situadas na área plana limítrofe, especialmente o Pavilhão Central.

O partido adotado na implantação da Casa do Reitor colabora para diferenciá-la espacial e arquitetonicamente das demais edificações residenciais do campus, tendo em vista sua ocupação pelo mais alto posto hierárquico da Universidade. O partido adotado repete o mesmo princípio da implantação de algumas casas-sedes de fazendas do período colonial, onde a topografia mais elevada do sítio, onde se localizava, permitia o controle visual da área de domínio do proprietário. Reforça ainda mais esta semelhança, o fato de a Casa do Reitor ter aos fundos, um anexo construído para abrigar uma garagem e a residência do encarregado da Reitoria. Observa-se que a estratégia utilizada na implantação da casa proporciona aos ocupantes, um ambiente arborizado ao seu redor extremamente agradável, característico dos meios rurais. Apesar do citado isolamento visual do restante do campus, obtém-se dele, uma visão privilegiada, a partir da varanda e do terraço localizados no segundo pavimento.

O tratamento externo mimetiza os elementos da linguagem arquitetônica tradicional civil e religiosa brasileira, traduzidos em beirais encachorrados, óculo polilobulado, seteiras etc. Em termos de espaço interno, a residência apresenta em planta-baixa, no primeiro pavimento, gabinete para o Reitor, sala de estar, sala de jantar, alpendre, cozinha, dependências para a “criada” (com acesso independente ao exterior da casa), hall e escada de acesso ao segundo pavimento que possui três quartos, um banheiro, uma varanda e um terraço.



Ilustração 1. Localização das casas de Reitor (1) e Vice-Reitor (2).

Fonte: Google Maps, acessado em 16/4/2018

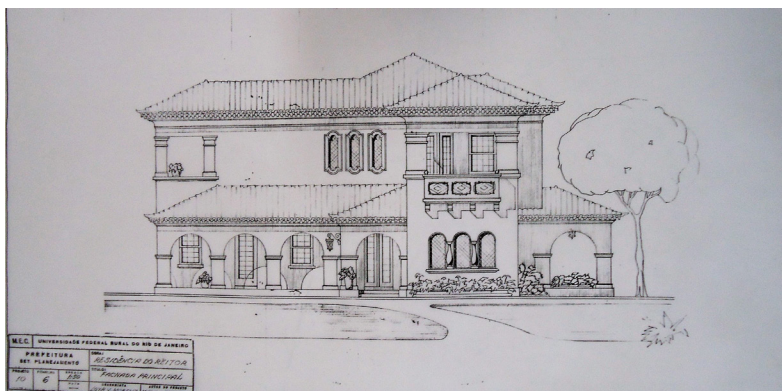


Ilustração 22. Fachada principal da Casa do Reitor. Fonte: Arquivo do Laboratório de Conservação de Documentos da UFRRJ (LabDoc/UFRRJ), foto Priscila Marcondes, 2017.

AS CASAS DE FUNCIONÁRIOS E TRABALHADORES

Os projetos de casas para funcionários e trabalhadores do campus Seropédica da UFRRJ apresentam-se em diversos tipos diferenciados respectivamente, pelas letras F e T, seguidas por números de ordem. Sendo assim, foram até agora identificados os modelos de casas para funcionários F.1 ao F.8, e F.21 ao F.24. Os modelos de casas para trabalhadores apresentam-se em nove tipos diferentes (do T.1 ao T.9), que atendem

demandas por espaço de ocupantes solteiros, casados e casados com filhos.

As residências “T” e “F” possuem tratamento externo bem simples e apresentam invariavelmente um pavimento que é arrematado por coberturas em telhados de duas águas de telhas do tipo canal, com grandes beirais, e fenestração composta por vãos em vergas retas. Elas surgem implantadas em lotes com dimensões bastante generosas, demarcados por cercas em madeira, que possibilitam, em seu interior, o cultivo de frutas e hortaliças, reforçando a percepção e a vivência do caráter rural do ambiente construído do campus Seropédica, por parte dos seus ocupantes. Em termos de plantas-baixas, as casas para funcionários apresentam de um a três quartos, enquanto a de trabalhadores de um a dois quartos. Todas possuem um banheiro, cozinha, sendo que a maioria dos modelos “F” recebem uma copa, com exceção do tipo “F.6”, que possui uma configuração bem mais modesta se comparada a outras de sua hierarquia, apresentando área interna de 60 m².



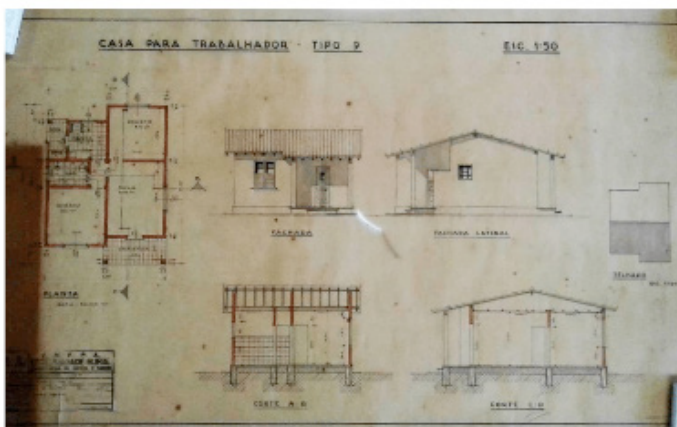
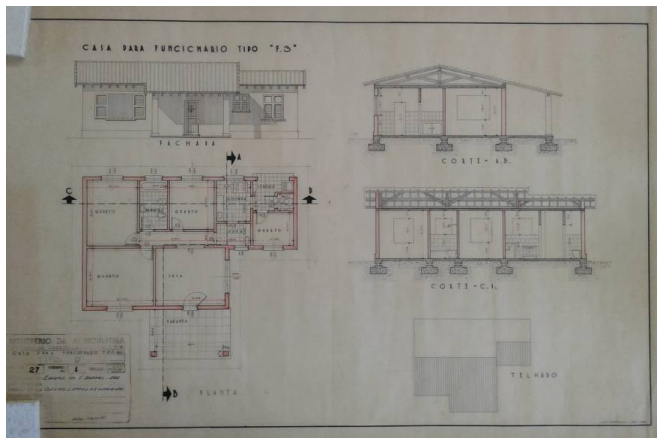
Ilustração 3. Casa de trabalhadores casados, tipo T4, geminadas. Fonte: Google Maps, acessado em 16/04/2018.

O HABITAR NO CAMPUS SEROPÉDICA HOJE

A confrontação entre os projetos originais e o estado atual das edificações é uma etapa ainda não cumprida integralmente pela pesquisa ora apresentada. No entanto, pelos levantamentos iniciais até agora realizados, foi possível observar algumas alterações na apropriação de algumas unidades residenciais que passaram a abrigar outros usos ou se encontram desocupadas. Nesse contexto, pode-se citar o caso de uma das residências para professor catedrático, localizada próximo à Casa do Reitor que se transformou em museu de geologia.

Com relação às unidades destinadas aos trabalhadores e funcionários até agora observadas, o uso residencial continua mantido na maior parte delas, apesar de ter imposto descaracterizações nos elementos originalmente projetados, muitas das vezes substituídos ou alterados morfológicamente (vãos, esquadrias, entelhamentos etc.). Observam-se

também acréscimos resultantes de demandas de seus ocupantes por mais espaço. A falta de um plano de conservação preventiva das unidades residenciais do campus também contribuiu com o passar do tempo, para o comprometimento de suas integridades. Tais fatos transferem para o acervo ora trabalhado, um grande valor documental, tendo em vista que poderá embasar, juntamente com outras fontes de informação, futuras intervenções de conservação nesse valioso conjunto arquitetônico que conta uma parte da trajetória do ambiente construído e social do campus da Seropédica da UFRRJ.



Ilustrações 4 e 5. Casas para Funcionários F.3 e Trabalhadores T.9. Fonte: Arquivo do Laboratório de Conservação de Documentos da UFRRJ (LabDOC/UFRRJ), foto Claudio Lima Carlos, 2017.

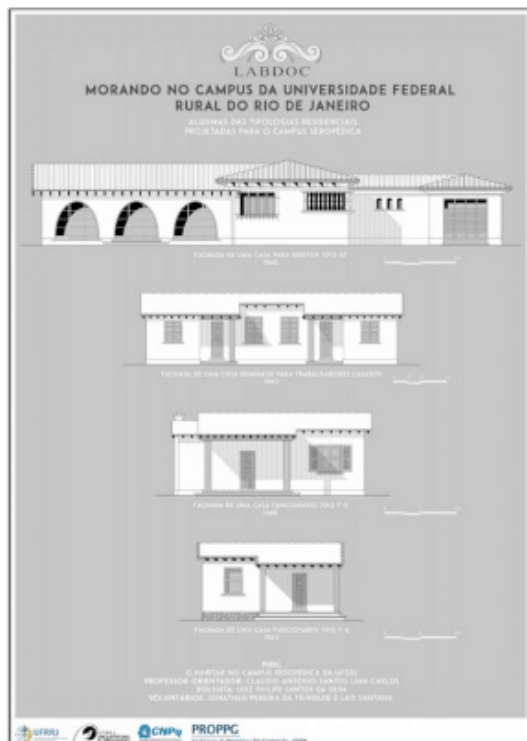


Ilustração 6. Poste com fachadas principais de modelos de casas para Funcionário e Diretor. Autores: Luiz Philipe Santos da Silva e Jonathan Pereira da Trindade, sob orientação de Claudio Lima Carlos 2018.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, Carla Viviane da Silva. **Arquivos e Preservação Documental**, in *Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural/organização* Marcos Paulo de Souza Miranda, Guilherme Maciel Araújo e Jorge Abdo Askar. – Belo Horizonte: IEDS, 2009, PP. 91-96.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1981.
- BOURDIER, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007. (Coleção Estudos, vol. 20)
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da cidade**. Lisboa: Ed. Presença, 1980.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci: Towards Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli, 1984, pp 05 a 23

PALASMAA, Juhani. **Habitar**. São Paulo: Ed. Gustavo Gili, 2017.

RUMBELAPAGER, Maria de Lourdes. **Arquitetura Neocolonial**. Seropédica, RJ: EDUR, 2005.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

CAPÍTULO 5

ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRASÍLIA: SETOR HOSPITALAR LOCAL SUL (SHLS)

Data de aceite: 01/10/2020

Aisha - Angèle Leandro Diéne

Universidade de Brasília/UnB
Brasília-DF

<http://lattes.cnpq.br/4688462694996135>
<https://orcid.org/0000-0002-6297-5386>

Bruna Pereira de Andrade

Centro Universitário de Brasília/ UniCEUB
Brasília-DF

<http://lattes.cnpq.br/4905220180800892>

RESUMO: Esse artigo é resultado da pesquisa acadêmica realizada e orientada sob a supervisão do Professor Ph.D. José Galbinski nos anos 2016 e 2017, em que seguimos como direcionamento teórico as linhas de pensamento dos arquitetos Jan Gehl, autor do livro *Cities for People* (GEHL, 2010) e Edmund N. Bacon, autor do livro *Design of Cities* (BACON, 1974) onde a relação do espaço público e o usuário é de suma relevância. Com base nesse pensamento, esta pesquisa teve como propósito avaliar os espaços públicos, semi-públicos e semi-privados de Brasília com foco no Setor Hospitalar Local Sul (SHLS) que recebia um grande número de usuários em busca de tratamento médico, muitas vezes com dificuldade de locomoção. A partir das condições existentes foram analisados elementos paisagísticos, de urbanização e arquitetônicos que prejudicam a circulação de pedestres e veículos. Com base nessa análise, foram levantados dados quantitativos para posterior

qualificação. O processo de análise, se dá a partir do levantamento de dados dos espaços e seus usos, análise das condicionantes existentes e formulação de planilhas com os dados coletados. Ruas, trechos e lados foram analisados a partir de vinte variáveis julgadas como necessárias e suficientes para atingir os objetivos propostos, nas quais, essas expressam as condicionantes do local. Todas variáveis são aspectos negativos, uma vez que quanto maior é esse número, mais inapropriado é seu uso. Diante desses dados coletados foram formuladas planilhas que unem esse somatório, gerando uma matriz em que seus dados foram submetidos à análise de uma estatística descritiva para obtenção de uma distribuição de frequência de ocorrências. A pesquisa inclui o levantamento e análise de leis municipais e do DF relativas ao uso das calçadas. Com a finalidade de conscientizar o poder público e/ou gestores urbanos das necessidades e urgências de medidas saneadoras que o local carece.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços públicos; Semi público e Privado; Setor Hospitalar Local Sul; Brasília.

PUBLIC SPACES OF BRASÍLIA: LOCAL HOSPITAL SECTOR SOUTH (LHSS)

ABSTRACT: This article is the result of the academic research carried out and guided by Professor Ph.D. José Galbinski in the years 2016 and 2017, in which we follow as theoretical direction the lines of thought of architects Jan Gehl, author of the book *Cities for People* (GEHL, 2010) and Edmund N. Bacon, author of the book *Design of Cities* (BACON, 1974) where the

relationship of public space and the user is of paramount relevance. Based on this thought, this research aimed to evaluate the public, semi-public and semi-private spaces of Brasília with a focus on the South Local Hospital Sector (SHLS) that received a large number of users seeking medical treatment, often with difficulty in locomotion. From the existing conditions, landscape, urbanization and architectural elements that impair the movement of pedestrians and vehicles were analyzed. Based on this analysis, quantitative data were collected for later qualification. The analysis process takes place from the data collection of spaces and their uses, analysis of existing conditions and formulation of spreadsheets with the collected data. Streets, sections and sides were analyzed from twenty variables judged as necessary and sufficient to achieve the proposed objectives, in which they express the conditions of the place. All variables are negative aspects, since the higher this number, the more inappropriate is their use. In view of these collected data, spreadsheets were formulated that unite this sum, generating an matrix in which their data were submitted to the analysis of a descriptive statistic to obtain a distribution of frequency of occurrences. The research includes the survey and analysis of municipal laws and the Federal District related to the use of sidewalks. In order to make the public authorities and/or urban managers aware of the needs and urgencies of healing measures that the site lacks.

KEYWORDS: Public spaces; Semi public and Private; South Local Hospital Sector; Brasilia.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a análise dos usos dos espaços públicos, semi - públicos e semi – privados de Brasília, com enfoque no Setor Hospitalar Local Sul (SHLS), a partir do desenvolvimento analítico da urbanização e do paisagismo, por meio do levantamento de dados quantitativos e qualitativos com base nas condições materiais em que o local se encontra na ocasião, afim de ilustrar e apresentar condições que se mostrem suficientes ou insuficientes para o deslocamento de pedestres e veículos.

A cidade de Brasília ainda mantém enrijecidos traços da época de sua construção, momento em que a falta de urbanização local e setorial condiziam com os poucos usuários da época, em um comparativo com a atual situação. Transcorridos 53 anos de sua inauguração, hoje se faz necessária algumas correções e adaptações ao que se refere à demanda atual, especialmente as ruas e calçadas, visto que é sobre elas que as pessoas se deslocam quando não estão motorizadas. Fato que se agrava no Setor Hospitalar Local Sul (SHLS) pois a maioria dos usuários que permeiam esse espaço, buscam atendimento médico e muitas vezes, apresentam grande dificuldade de locomoção. Segundo o Censo do IBGE do ano de 2010 existem no Distrito Federal 573.800 pessoas portadoras de alguma redução de mobilidade, sendo desses 20% na cidade de Brasília. Desse modo, acresce o fato de que o local não oferece sistema de transporte interno, tendo acesso direto veicular somente pelas vias W3, W4 e W5 Sul. Considerando ainda, que não há transporte público direcionado para o interior dessa área em análise, o tráfego interno de automóveis é considerado relativamente alto e conturbado e aumenta exageradamente o trânsito de

veículos, acarretando expressa dificuldade na mobilidade dos pedestres.

Trazendo como ponto principal dessa investigação, a relação de uso e materialidade, de modo que se avalie as condições materiais existentes dos espaços públicos, identificando-se os elementos arquitetônicos, de urbanização e paisagísticos que inibem e dificultam tal mobilidade, seja ela dos pedestres, do tráfego interno de veículos ou em seu duplo aspecto. Por essa perspectiva, foram norteadas três vertentes para análise: a vertente física, a vertente paisagística e a vertente de uso dos espaços.

O “ESPAÇO PARA O USUÁRIO”

“Vista de cima, da janela do avião, Brasília é uma linda composição... Entretanto, ela é uma catástrofe ao nível dos olhos, escala ignorada pelos planejadores.” (GEHL, 2010; p.197)

O arquiteto Jan Gehl, autor do livro *Cities for People (2010)*, mantenedor do site “Cidades para pessoas” e pesquisador da *Royal Danish Academy of Fine Arts*, em Copenhagem, se referiu brevemente nesse pequeno trecho, sobre a visível dificuldade em caminhar nas ruas da cidade. Tangenciando à essa lógica, o também arquiteto e urbanista Edmund N. Bacon (1910 - 2005), em seu livro *Design of Cities (1974)*, registra os fundamentos dos planos elaborados para a *Philadelphia Planning Commission*, sob sua supervisão durante mais de 20 anos. A fim de criar agradáveis espaços para os pedestres e usuários desses locais, de modo que, a chave para espaços com bons resultados, se dá a partir do desenho urbano:

“Se alguém pode estabelecer uma pista através do espaço que se torna o verdadeiro caminho de movimento de um grande número de pessoas, ou participantes, e pode projetar a área adjacente para produzir um fluxo contínuo de experiência harmônica à medida que se move sobre a pista no espaço, serão criados projetos bem sucedidos nas cidades.” (BACON, 1974; p.34, tradução nossa)¹

Em diálogo com os conceitos teóricos implementados por esses arquitetos e urbanistas, a pesquisa incorpora como método teórico/prático o olhar através da prática do “espaço para o usuário”, seja ao mapear os usos que as pessoas fazem dos espaços das ruas e calçadas e compreendê-los para uma melhor adequação à real demanda dos seus usos pelas pessoas, seja removendo obstáculos ou requalificando espaços ociosos.

MÉTODO DE ANÁLISE

Seguindo a proposta de John Zeisel (1975), o método foi desenvolvido com base em quatro fases. Primeiramente, se estabeleceu de maneira objetiva tópicos que seriam

1 Texto original: “If one can establish a track through space which becomes the actual path of movement of large number of people, or participants, and can design the area adjacent to it to produce a continuous flow of harmonic experience as one moves over the track in space, successful designs in cities will be created.”(BACON, 1974; p.34)

analisados; Segundo, foi realizado o levantamento de dados dos espaços e seus usos; Terceiro, foram analisados e diagnosticados as ocorrências encontradas; Quarto, foram propostas reformulações com vista na melhoria do desempenho do espaço. Desse modo, o levantamento de dados foi efetuado ao longo de toda extensão das ruas, espaços públicos e semi-públicos, inclusive estacionamentos. Assim, tal processo de análise se inicia a partir do levantamento de dados quantitativos e qualitativos dos espaços e seus usos, identificando as condicionantes existentes e a formulação de planilhas com os dados coletados.

Diante disso, vinte variáveis foram selecionadas e julgadas como necessárias e suficientes para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, de maneira que todas elas foram verificadas *in loco* e registradas suas ocorrências nas fichas de Levantamento de Dados (fig.1). Todas elas são aspectos negativos, de modo que quanto maior o número, menos apropriado é o uso do local.

Levantamento de Dados- Ficha															
Rua:		Nota: Lado A - Labo B													
Nº de Trechos:		Ocorrência durante os trechos													
Variáveis físicas	1			2			3			Σ			Unid		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
V01	Largura inadequada da calçada														
V02	Desnível inadequado na calçada														
V03	Piso escorregadio na calçada														
V04	Piso danificado na calçada														
V05	Falta de padron. do acabamento														
V06	Falta de higiene no trecho														
V07	Falta de rampas adequadas														

Variáveis Paisagísticas	1			2			3			Σ			Unid		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
V08	Falta de sombreamento natural														
V09	Falta de mobiliário urbano														
V10	Falta de iluminação adequada														
V11	Falta de parada de veículos														
V12	Falta de sinalização pública														
V13	Falta de jardinagem														

Variáveis de Uso	1			2			3			Σ			Unid		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
V14	Falta de áreas de lazer														
V15	Falta de playgrounds infantis														
V16	Falta de estacionamento público														
V17	Falta de ciclovia														
V18	Falta de vagas de bombeiro														
V19	Falta de disposição de lixeira														
V20	Falta de segurança pública														

Figura 1- Tabela Levantamento de Dados

Assim, o mapeamento foi dividido em ruas, trechos e lados, onde cada rua identificada exclusivamente pelo mapa SHLS foi dividida para melhor detalhamento em trechos de 60 metros de comprimento e não ultrapassando 8 trechos ao todo em cada uma delas (fig.3), sendo assim percorridas ao longo de todo o seu percurso para o levantamento dessas 20 variáveis. O trecho foi analisado a partir dos dois lados que contemplam a rua, intitulados por *lado A* e *lado B*, em que o *lado C* é o somatório dos dois lados analisados. Dessa maneira, dado o somatório dos dados das variáveis de cada trecho (Σ) e anotados em suas respectivas fichas, os dados são transferidos para Matriz de Dados (fig. 2), na qual

foi mantido a formatação de fração submetidas a análise de estatística descritiva.

L	R	Rua 01						Rua 02						ZV			Fz		
		T01			T02			T01			T02			A	B	C	A	B	C
		A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C						
V01																			
V02																			
V03																			
V04																			
V05																			
V06																			
V07																			
V08																			
V09																			
V10																			
V11																			
V12																			
V13																			
V14																			
V15																			
V16																			
V17																			
V18																			
V19																			
V20																			
Z																			

Figura 2- Tabela de Matriz de Dados

Seguimos esse processo de análise nas seis ruas e seus respectivos trechos e lados (fig.4 e 5), gerando uma única planilha de matriz de dados. Nela se identifica os trechos, as ocorrências e a frequência com que essas ocorrem. Acrescentando o fato de que leis municipais e do DF relativas às calçadas fundamentaram parte da análise.

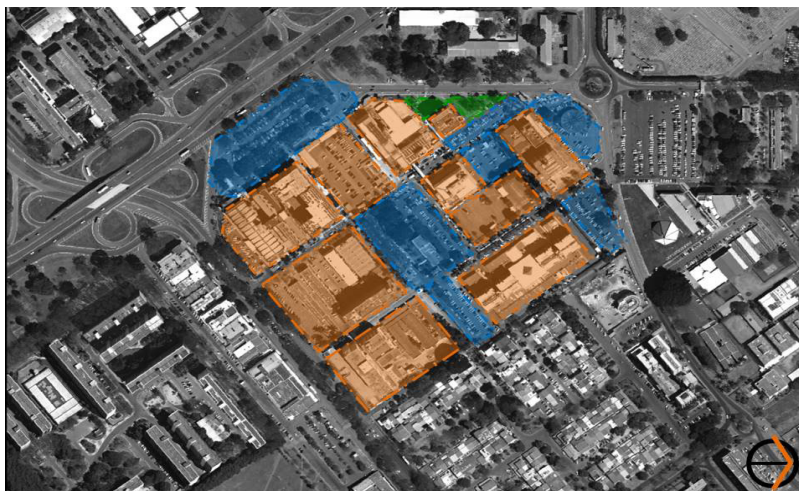


Figura 3- Zoneamento SHLS



Figura 4- Divisão de ruas (R01, R02, R03, R04, R05, R06 e CS)

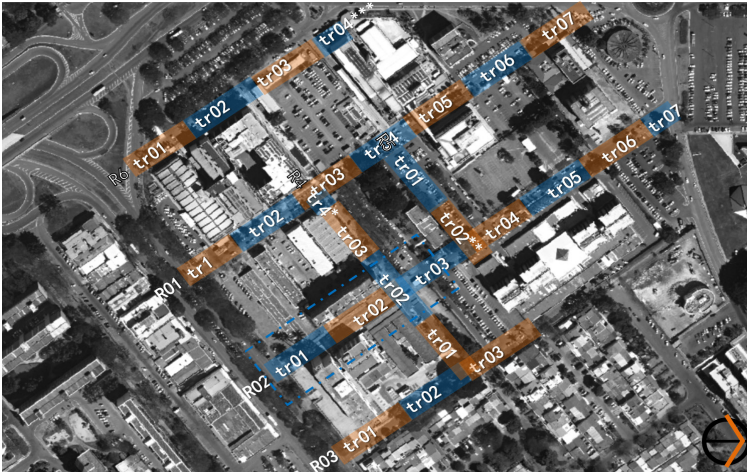


Figura 5- Divisão dos trechos de cada rua (tr01, tr02, tr03, tr04, tr05, tr06, tr07, tr07)

A verificação das ocorrências corresponde a existência da variável analisada no trecho mapeado, assim por exemplo, a *Variável 02 (V02) – Desnível inadequado na calçada (degraus/rampas)* teria o valor 1 no trecho no qual ela aparece podendo ter quantas vezes aparecer, vale ressaltar que esta variável não considera a quantidade de degraus ou rampas, mas sim, a quantidade de vezes em que o fato ocorre. Desse modo, a soma das ocorrências em cada Rua é totalizada na coluna “ Σ ” e de modo simultâneo ao levantamento de dados, foram realizados registros fotográficos de aspectos particulares, para posterior comparação com as análises dos dados coletados.

Nesse sentido, as unidades de medida foram padronizadas, com o propósito de

possibilitar a realização de cruzamento de informações e estudos estatísticos quantitativos comparativos, de modo que, fosse definida como a relação entre o número trechos da rua como denominador, e o número de ocorrências verificadas como numerador. Como por exemplo, uma dada variável em Rua que tenha 6 trechos e 3 ocorrências, foi anotado como valor fracionado de 3/6 na coluna Unidades (Unid.) (fig. 6).

Levantamento de Dados - Tabela

Tipo de Variável	Tabela Levant. de Ocorr. - Levant. B																								Unid.	
	A						B						C						D							Unid.
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6		
Variáveis Nôdas																										
V01	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V02	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V03	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V04	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V05	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V06	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V07	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
Variáveis Partículas																										
V08	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V09	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V11	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V13	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
Variáveis de Rua																										
V14	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V15	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V16	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V17	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V18	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V19	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	
V21	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	

(Note: The table content above is a simplified representation of the dense data provided in the image.)

Figura 6- Tabela Levantamento de Dados – Ocorrência durante os trechos

Figura 7-Tabela Matriz de Dados SHLS

Figura 7-Tabela Matriz de Dados SHLS

Com o levantamento e a formulação da matriz de dados geral do SHLS (fig. 7), duas análises de diagnóstico foram geradas (fig. 8 e 9), a partir da classificação e do agrupamento das variáveis e suas ocorrências, na qual ambas direcionam o olhar crítico para uma futura intervenção no local.

Variável	Ocorrência	Grupo
V01	31	Variáveis físicas
V02	22	
V04	22	
V07	22	
V05	17	
V03	12	
V06	11	
V09	34	Variáveis Paisagísticas
V10	34	
V08	30	
V13	23	
V11	19	
V12	12	
V15	37	Variáveis de Uso
V17	37	
V14	33	
V20	32	
V19	31	
V18	14	
V16	13	

Figura 8- Análise 01 - Tabela de classificação decrescente das ocorrências

Ocorrências	Repetição	Variáveis
11	1	Falta de higiene no trecho
12	2	Piso escorregadio na calçada Falta de sinalização pública
13	1	Falta de estacionamento público
14	1	Falta de vagas de bombeiro
17	1	Falta de padron. do acabamento
19	1	Falta de parada de veículos
22	3	Desnível inadequado na calçada Piso danificado na calçada Falta de rampas adequadas
23	1	Falta de jardinagem
30	1	Falta de sombreamento natural
31	2	Largura inadequada da calçada Falta de disposição de lixeira
32	1	Falta de segurança pública
33	1	Falta de áreas de lazer
34	2	Falta de mobiliário urbano Falta de iluminação adequada
37	2	Falta de playgrounds infantis Falta de ciclovia

Figura 9- Análise 02 - Tabela de classificação crescente das variáveis

PERSPECTIVANDO MELHORIAS DA PERFORMANCE DO SHLS

A pesquisa do Setor Hospitalar Local Sul (SHLS) teve como finalidade a análise das condicionantes existentes para uso e de conscientização do poder público, gestores urbanos e a própria comunidade das necessidades e urgências de medidas saneadoras que o local carece, desde a questão de desníveis, larguras, acabamentos, materiais de revestimento, colocação de mobiliário urbano até os acessos às redes de infraestrutura urbana e paisagismo. Na tentativa de propor relativas melhorias da *performance* dos espaços públicos e de suas calçadas do SHLS. Em destaque a falta de mobilidade dentro do local, tem como uma das soluções, o planejamento de um transporte público interno como uma extensão do existente ou a implantação de ciclovias com bicicletas compartilhadas, de modo que o local se torne mais acessível e atrativo com a implantação de paisagismo adequado, incorporando ao Setor Hospitalar Local Sul uma nova funcionalidade não se restringindo ao serviço hospitalar.

REFERÊNCIAS

/CPHDForums. Clarendon Main. Aspx

_____. *Life Between Buildings: Using Public Space*. Washington,DC: Island Press, 2011.

_____. *Considerações fundamentais* [O Estado de São Paulo, 13 jan.1988]. In: Costa, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1995, p.323.

_____. *Considerações fundamentais* in Costa, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo / Brasília: Empresa das Artes / UnB, 1995. p.323

_____. *Relatório do Plano Piloto de Brasília- Brasília, cidade que inventei*. Brasília, CODEPLAN, DePHA GDF, 1991. 2ª edição, 2010

BACON, Edmund N. *Design of Cities*. N.Y. Penguin Books, Revised Edition 1976.

BACON, Edmund N. *Design of cities*. London: Thames and Hudson, 1974.

BARNETT, Jonathan. *An Introduction to Urban Design*. N. Y. Harper & Row Publishers, 1981 p.163.

CLARENDON, **Sector Plan**. Disponível in : <http://www.arlingtonva.us/departments/PHD/forums/clarendon>

COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada 1985/87*. In: Plano Piloto 50 anos, cartilha de preservação de Brasília, p.89. Brasília DF Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2009.

COSTA, Maria Elisa. *Superquadras*. In Marcílio M. Ferreira e Matheus Gorovitz, A Invenção da Superquadra. Brasília, IPHAN 2009, p.89.

CUNHA, Ary. *Visto, Lido e Ouvido*. Brasília, Jornal Correio Braziliense, 01/07/12.

Da MATTA, Roberto. **A cidade e a rua-Espaço, Cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro Ed. Rocco, 5ª. Edição, 1997.

GALBINSKI, José. **Crônica de um passante**. Brasília: Correio Braziliense, Caderno Cidades, 2012.

GEHL, Jan. **Tamanho e beleza não são tudo**. São Paulo: Revista VEJA, entrevista, Páginas Amarelas, 29/08/2012.

GHIRARDO, Diane. **Arquitetura Contemporânea-Uma História Concisa**. São Paulo; Martins Fontes, 2002

GOLDENBERGER, Paul. **A Lição Das Ruas**. São Paulo: Revista VEJA, entrevista, Páginas Amarelas, 23/11/2011.

GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília-Cultura Urbana e Arquitetura na America Latina**, Cap.IV: *Brasília-O museu da vanguarda*. Belo Horizonte; Editora UFMG, 2005.

JAN, Gehl. **Cities for people**. Pan American Copyright Conventions, 2010.

LIBESKIND, Daniel. **Breaking Ground-An immigrant's Journey from Poland to Ground Zero**". N.Y. Riverhead Books 2005, p.195.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. S.P. Editora WMF Martins Fontes,

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Rua, símbolo e suporte da experiência urbana**. In: www.n.a.u.org, Núcleo de Antropologia Urbana USP, S.P. 2000.

MOHOLY-NAGY, Sibyl. **Matrix of Man, An Illustrated History of Urban Environment**. N.Y. Praeger Publishing 1968, cit. in p.274.

PERRY, Clarence Arthur. **The Neighborhood Unit**. Monograph One. New York: New York Regional Plan Vol. 7, 1929.

PINTO, Maurício Faria; GALVANESE, Horácio Calligaris. **Requalificação do Centro de São Paulo-Projeto Corredor Cultural**. In: VARGAS, Heliana Comin et alii (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos-objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2a. Edição, Cap.4, 2009.

ZEISEL, John. **Sociology and architectural design**. Russell Sage Foundation, 1975.

CAPÍTULO 6

OFICINA PARTICIPATIVA DE INTERVENÇÃO URBANA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UMA PRAÇA

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 21/07/2020

Larissa Leticia Andara Ramos

Universidade de Vila Velha.
Vila Velha-ES, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2687764478783021>

Ana Paula Rabello Lyra

Universidade de Vila Velha.
Vila Velha-Es, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/7838650581814622>

Nayra Carolina Segal da Rocha

Universidade de Vila Velha.
Vila Velha-Es, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/6062056465275523>

Raquel Corrêa Mesquita

Universidade de Vila Velha.
Vila Velha-Es, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/3171615102130067>

Fernanda Roza Maranhão

Universidade de Vila Velha.
Vila Velha-Es, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/6530721270829990>

Suzany Rangel Ramos

Universidade de Vila Velha.
Vila Velha-Es, Brasil.
<http://lattes.cnpq.br/9224393411668015>

RESUMO: Um espaço público que atenda as reais necessidades de seus usuários apresenta maior possibilidade de garantir a vitalidade urbana. Para que este espaço contemple os

elementos que a comunidade anseia, workshops colaborativos, envolvendo diferentes atores, são ferramentas eficientes na construção coletiva de ações de melhorias, principalmente quando vinculada à extensão universitária. Considerando esse contexto, o presente artigo expõe a experiência da Oficina Participativa realizada no âmbito do projeto de extensão “Adote uma Praça”, que buscou ressignificar, através de uma proposta de intervenção urbana, o espaço público da praça Argilano Dário, localizada em área de vulnerabilidade social do município de Vila Velha, estado do Espírito Santo. Além da participação dos moradores e de lideranças comunitárias, a ação envolveu discentes e docentes da graduação e do mestrado em Arquitetura e Cidade, de modo a pensar coletivamente propostas de intervenção urbana viáveis, a partir das carências e demandas locais. Os participantes dividiram-se em grupos de trabalhos e, após o mapeamento das potencialidades e vulnerabilidades do local, foram conduzidos pela equipe do projeto de Extensão a desenhar e indicarem alternativas de melhorias para a praça. Ao final, as propostas foram compartilhadas com vistas na requalificação do ambiente da praça, enfatizando, assim, a importância de workshops colaborativos, vinculado a extensão universitária como ferramenta para planejar o espaço público. **PALAVRAS-CHAVE:** Espaço público, Extensão Universitária, Workshops Colaborativos. Participação popular. Desenho urbano.

COLLABORATIVE URBAN INTERVENTION WORKSHOP: THE CASE OF SERVICE-LEARNING STUDIOS “ADOTE UMA CASA”

ABSTRACT: One public space that offers the real needs of its users presents a greater possibility of guaranteeing urban vitality. For this space to contemplate the elements that the community longs for, collaborative workshops, involving different actors, are efficient tools in the collective construction of improvement actions, especially in the service-learning studio activity. Considering this context, this paper exposes the experience of the Collaborative Workshop carried out in the service-learning studio activity “ Adote uma praça”, which proposal were to redefine the public open space of the Argilano Dário Square, located in the social vulnerability area of the Vila Velha city, State of Espírito Santo. In addition to the participation of residents and community leaders, the action involved students and teachers of the graduation and the masters in Architecture and City, in order to collectively think of viable intervention proposals based on local needs and demands. The participants were divided into work teams and after mapping the potentialities and vulnerabilities of the site, they were encouraged to draw and indicate, according to their expectations and needs, proposals for improvements to the square. At the end, the proposals were presented and discussed in order to requalifying the urban environment of the square, emphasizing the importance of the collaborative workshops, linked to the service-learning activity as a tool for planning the public space.

KEYWORDS: Public space. Service-learning studios. Collaborative workshop. Community participation. Urban design.

1 | INTRODUÇÃO

Todas as pessoas possuem o direito de usufruir dos espaços da cidade de forma equitativo e saudável e, para que isso aconteça de forma plena, é necessário que a cidade seja viva. A cidade viva, segundo Gehl (2014), é aquela que convida as pessoas a caminhar, pedalar ou permanecer nos espaços livres que ela oferece. É ainda aquela que enfatiza e prioriza o pedestre, propicia maior circulação de pessoas e maior vivência urbana, contribuindo para uma cidade mais agradável, segura e humana.

Os espaços públicos devem permitir a integração social e serem convidativos para todo tipo de necessidade humana. Quando bem equipados, arborizados, seguros, acessíveis e com um desenho urbano adequado, conseqüentemente, são bem frequentados e contribuem para a qualidade ambiental e urbana.

As praças são espaços públicos essenciais para a vitalidade urbana e o enriquecimento sociocultural da cidade. Favorecem o convívio e a troca de experiências, intensificando o senso de pertencimento da população. Geralmente são espaços localizados em pontos estratégicos da cidade, facilitando, assim, a agregação de pessoas. As praças são, ainda, espaços livres de uso público de maior influência dentro da malha urbana, com a função de incentivar a vida comunitária.

Tendo em vista que a praça, espaço público promotor do lazer e da integração tem

a função de acolher os moradores de seu entorno; planejar e projetar espaços envolvendo estes usuários contribuem para a melhor apropriação e utilização do espaço, a partir de propostas mais condizentes com as reais necessidades da população.

Neste sentido, a efetividade de uma proposta de intervenção deve estar diretamente relacionada com as ações humanas que acontecem no local, visto que a vitalidade urbana, abordada por Jacobs (2000) é garantida, também, através dos olhos na rua a partir da presença de pessoas nos espaços públicos.

Na cidade de Vila Velha-ES, município estudo deste trabalho, verifica-se uma carência de espaços livres de uso público que se relacionam com a população, incentivando as relações sociais e estimulando as práticas esportivas e de lazer. A falta de planejamento urbano, o adensamento populacional e o processo de urbanização da cidade resultaram na substituição de ambientes naturais por espaços construídos. Estudos realizados nas Regionais Administrativas Grande Centro e Grande Ibes demonstram a inexistência de uma visão sistêmica dos espaços públicos existentes. As praças são compartimentadas nos bairros, com influências locais, não abrangendo toda a população residente, além de muitas delas necessitarem de intervenções que as tornem mais convidativas, acessíveis, seguras, ativas e confortáveis (RAMOS; JESUS, 2017).

Com o enfoque de atuar como ponte entre a academia e a realidade urbana periférica; a graduação e a pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha-ES desenvolvem pesquisas e ações de extensão. Tais atividades visam aproximar e envolver o estudante com a realidade dos segmentos sociais vulneráveis locais, acreditando na responsabilidade socioambiental e urbana do profissional arquiteto e urbanista.

Uma dessas ações de extensão é projeto “Adote uma Praça” que surge da necessidade de contribuir para a qualidade ambiental e urbana dos espaços públicos de bairros com vulnerabilidade social do município. O projeto atua na comunidade, auxiliando na elaboração de propostas de intervenção em praças identificadas como potenciais para recreação, esporte e lazer, sob a premissa da construção de cidades mais dignas e inclusivas.

Neste contexto, a oficina participativa é uma ferramenta fundamental do supracitado projeto de extensão, que surge na forma de ação integrada e participativa entre academia e comunidade. Visa, a partir de um diagnóstico participativo e um mapeamento coletivo, auxiliar à comunidade a identificar potencialidades e vulnerabilidades bem como possíveis alternativas de melhorias de seus espaços públicos, segundo expectativas e necessidades locais.

Segundo Pereira (2018), as oficinas de caráter participativo que possibilitam o debate, a construção e produção de mapeamentos, objetivam para além da interação entre os diversos universos sociais e institucionais, reconhecer e compreender as realidades culturais e socioambientais locais presentes.

Em meio a um modelo de gestão brasileiro patrimonial, com práticas clientelistas e

de pouca transparência, sem permitir que população possa ser legitimamente representada; as oficinas participativas são consideradas canais de participação e confronto, nas quais os atores sociais possam expressar seus anseios, orientando a administração pública no atendimento de suas necessidades (FREITAS, 2015).

Vale ressaltar que a participação popular constitui-se, a partir da Constituição Federal de 1988, como recurso da ação política e apresenta-se como pré-condição da prática democrática brasileira. A participação popular permite, ainda, a sociabilidade através da inserção de diversos atores nos processos de construção da vida social (FREITAS, 2015).

Sendo assim, o presente trabalho compartilha a experiência de extensão universitária da Oficina Participativa de Intervenção Urbana no âmbito do projeto de extensão “Adote uma Praça”, vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo e ao Mestrado em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha-ES, cuja proposta busca ressignificar o espaço público da praça Argilano Dário, localizada no bairro Boa Vista II, área de vulnerabilidade social do município.

O trabalho demonstra a potencialidade da rede de troca entre universidade e comunidade para a elaboração de uma proposta de intervenção urbana que atenda às necessidades dos usuários. Enfatiza-se ainda que a proposta projetual pensada junto a população garanta um sentido de apropriação e pertencimento por parte dos usuários, estimulando os mesmos a buscarem a viabilização das propostas junto ao Poder Público e iniciativas privadas.

2 | O PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UMA PRAÇA

O projeto de Extensão “Adote uma Praça” atua sobre a vertente de realizar, junto às populações carentes do município de Vila Velha-ES, propostas de intervenção para melhoria de praças com vulnerabilidade social e de suas conexões estruturantes. Foi elaborado em consonância com a missão e os valores institucionais ao qual está vinculado, sendo sensível às causas sociais e culturais e atuando com inovação, comprometimento e cidadania. O projeto complementa e integra as ações extensionistas vinculadas ao Núcleo de Estudos e Práticas (NEP) da Universidade, além de estar atrelado aos grupos de Pesquisa “Paisagem Urbana e Inclusão” e “Dignidade Urbana”, vinculados ao Mestrado de Arquitetura e Cidade, da referida Instituição.

O projeto realiza intervenções junto as comunidades, acreditando que a proposta projetual pensada coletivamente com a população garanta um interesse maior por parte da comunidade local. A partir desta proposta, moradores terão oportunidade de buscar sua viabilização junto à prefeitura e iniciativas privadas para sua execução, processo facilitado a partir do momento em que os moradores tenham a proposta já elaborada. Visa ainda contribuir para a qualidade de vida urbana e a construção de cidades mais dignas e inclusivas, através de espaços acessíveis, ativos, confortáveis, sociáveis e seguros.

Trata-se de uma proposta aplicada de intervenção que tem a participação direta da população nas fases de análise e concepção projetual, por meio da ferramenta oficina participativa, foco deste artigo. O projeto contempla etapas amplas que visam subsidiar o estudo através da teoria e da análise espacial e comportamental, onde são aplicados conhecimentos técnicos da área de arquitetura e urbanismo, envolvendo uma equipe técnica de docentes, discentes e profissionais voluntários.

O projeto abrange uma série de etapas, contemplando a contextualização do tema, identificação da praça objeto de estudo, construção de parcerias, elaboração do diagnóstico, oficina participativa de intervenção e, por fim, desenvolvimento da proposta projetuais e apresentação aos moradores.

Com base na descrição do projeto, neste trabalho serão apresentados os resultados da oficina participativa realizada na Praça Argilano Dário, que envolveu a equipe técnica de professores, alunos voluntários da graduação, pós-graduação e a comunidade para analisar e discutir as possíveis propostas de intervenção. Destaca-se que, durante as etapas iniciais do projeto de Extensão, buscou-se o envolvimento e a parceria da equipe técnica da prefeitura municipal, porém a mesma não colaborou no fornecimento de dados e de plantas técnicas, e também não manifestou interesse na participação da oficina participativa.

3 | A PRAÇA ARGILANO DÁRIO

A praça Argilano Dário, objeto de intervenção, pertence ao bairro Boa Vista II (Figura 1). Seus limites confinam com os bairros Boa Vista I e Residencial Coqueiral, onde a ruptura entre eles pode ser identificada pela tipologia de ocupação de suas construções. São bairros predominantemente residenciais, compostos, em sua maioria, por autoconstruções de 2 a 3 pavimentos



Figura 1: Localização da praça no contexto do Bairro Boa Vista II.

Fonte: Figura gerada pelo ArcGIS, modificada pelos autores, 2018.

Segundo Censo IBGE (2010), o bairro Boa Vista II possui uma população de 3.515 habitantes, sendo quase 75% em idade produtiva (15 a 64 anos) e cerca 20% crianças e adolescentes (faixa etária de 0 a 14 anos). Vale ainda destacar que aproximadamente 50% dos moradores possuem renda maior que um salário mínimo, e os demais, cerca 28% da população, possuem renda igual ou inferior a um salário mínimo (IBGE, 2010).

Em relação aos aspectos físico-ambientais, a praça possui cerca de 4.000 m², topografia acentuada e está situada abaixo do nível da rua, fatores estes que geram uma barreira física e visual da praça em relação ao seu entorno. O espaço é bem ventilado, pois as construções ao redor são de baixo gabarito, entretanto, o interior da praça é árido, com ausência de vegetação e pouca permeabilidade do solo.

Em julho de 2016, a praça passou por reformas, em detrimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)¹ firmado entre o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e a Prefeitura de Vila Velha (PMVV). Atualmente, a praça encontra-se desprovida de vitalidade e subutilizada devido à falta de infraestrutura, acessibilidade e manutenção. Ademais, na praça não existem lixeiras e as quadras descobertas possuem piso asfáltico, inviabilizando o uso em dias quentes. É ainda cercada por muros altos e com carência de espaços de permanência com bancos. Nas mediações não há faixas de pedestre, dificultando o acesso à praça e sua conexão com o entorno (Figura 2).



Figura 2 – Imagens da situação atual da praça Argilano Dário.

Fonte: Acervo da Pesquisa, 2018.

¹ O TAC teve como objetivo reduzir os impactos ambientais e urbanos provenientes da construção do empreendimento comercial “Shopping Vila Velha” nos bairros adjacentes (MPES, 2013).

A falta de acessibilidade e de elementos atrativos no interior da praça são os principais fatores que contribuem para o esvaziamento da área, gerando abandono, ruptura da malha urbana, segregação espacial e insegurança. Além disso, os condomínios residenciais murados que predominam na região negam o espaço, funcionando como fragmentos introspectivos isolados e sem integração com o entorno e seus espaços públicos.

4 | A OFICINA PARTICIPATIVA DE INTERVENÇÃO URBANA

A Oficina Participativa de Intervenção Urbana, intitulada “Ressignificando o espaço livre de uso público da praça Argilano Dário”, foi realizada em abril de 2018, nas instalações da sede de Associação de Moradores do bairro Boa Vista II, anexo a praça. Foi conduzida por um grupo de professores e alunos do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha, que juntos compõem a equipe do Projeto de Extensão “Adote uma Praça”.

Vale destacar que a ferramenta Oficina Participativa vem sendo aplicada em atividades de extensão anteriores, vinculadas a grupos de pesquisa Institucionais, tendo sempre o intuito de propor integração entre os diversos atores no pensar e produzir o espaço urbano.

A oficina aconteceu em uma manhã de sábado, teve duração de quatro horas e foi dividida em cinco momentos: Exposição da Oficina (1); Divisão dos Grupos de Trabalhos (2); Diagnóstico e Mapeamento Coletivo (3); Proposições Projetuais (4) e, por fim, Apresentações dos resultados (5). A figura 3 a seguir ilustra os cinco momentos em que a oficina participativa foi estruturada.



Figura 3: Infográfico de Metodologia de Oficina Participativa.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

A oficina iniciou-se com um café de confraternização, oferecido aos moradores, que serviu também para atrair os participantes e aproximar os integrantes. A divulgação da oficina ocorreu através de cartazes fixados em pontos estratégicos (universidade e comércios locais) e também nas redes sociais, apoiado pelo presidente da associação de moradores de Boa Vista II.

A primeira parte da oficina foi destinada a exposição do Projeto de Extensão “Adote uma praça” e também da apresentação da ferramenta Oficina Participativa, ilustrada na Figura 4 (A). Após a explicação, os participantes (cerca 30 atores sociais) foram divididos em Grupos de Trabalho (GTs) heterogêneos, os quais, auxiliados por monitores e com base em uma legenda previamente definida pela equipe, elaboraram um mapeamento coletivo das potencialidades e vulnerabilidades da praça.

Em relação as potencialidades, os grupos foram orientados a assinalar elementos que estimulassem a atração de pessoas, gerando vitalidade e segurança para o espaço público; características estas a serem exploradas de forma a garantir a segurança e apropriação da comunidade local. Na identificação das vulnerabilidades, as equipes apontaram pontos fracos e indicaram elementos que necessitavam serem revistos e melhorados de forma a garantir a vivência urbana da área de intervenção. As imagens da Figura 4 (B e C) ilustram essa etapa da oficina.



Fig. 4 - (A) Apresentação da Oficina. (B e C) Identificação das potencialidades e vulnerabilidades.

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão, 2018.

O mapeamento das potencialidades e vulnerabilidades utilizou os indicadores presentes no “Manual dos Espaços Públicos” (CONEXÃO CULTURAL, 2016), que considera, para uma boa qualidade do espaço público, quatro características, são elas: a) Acessibilidade e Conectividade, b) Usos e Atividades, c) Conforto e Imagem e d) Sociabilidade.

De acordo com o “Manual dos Espaços Públicos” (CONEXÃO CULTURAL, 2016), há algumas qualidades e características para definir as condições de um espaço público,

com destaque para a localização e características das praças. Estas devem ser: a) acessíveis, com lugares adequados e adaptados para que pessoas de todas as idades, com ou sem deficiência física ou mobilidade reduzida, utilizem os ambientes de forma autônoma; b) ativas, com oferta de atividades variadas e situações para que as pessoas usem o espaço com segurança; c) confortáveis, com mobiliário e equipamentos adequados às diferentes opções de atividades ao ar livre, além de uma vista agradável, áreas verdes, áreas sombreadas, boa iluminação e atributos convidativos; e também d) sociáveis, com espaços que estimulem o encontro entre as pessoas.

Antes do mapeamento, tais aspectos qualificadores foram ilustrados e os participantes foram orientados quanto aos critérios de análise. Na sequência, cada GT recebeu adesivos com cores frias determinadas para indicação das potencialidades e cores quentes destinadas às vulnerabilidades. Como resultado deste momento, foram gerados mapas de potencialidade e vulnerabilidade da praça, a partir da visão dos moradores.

Após a identificação dos pontos positivos e negativos, foi sugerido aos ofícios realizarem uma setorização propositiva que representasse seus desejos para o espaço, a partir dos aspectos identificados. Nesta etapa foi incentivado que os próprios participantes ilustrassem graficamente suas expectativas e necessidades, através de desenhos e setas indicativas, ficando a cargo dos monitores apenas auxiliar e nortear os moradores para não desviarem a atenção em relação a atividade (Figura 5).



Figura 5- Moradores em ação na etapa propositiva.

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão, 2018.

As propostas e soluções projetuais contemplaram, em especial, as seguintes diretrizes, presentes no Quadro 1.

Categoria	Diretrizes projetuais
Acessibilidade e conectividade	Possuir conexão com o bairro e ser acessíveis a todos, atendendo a NBR-9050/2015.
Conforto e Imagem	Criar lugares para as pessoas, enfatizando a identidade do lugar, respeitando a paisagem local e explorando as sensações de conforto térmico, visual, olfativo, acústico e tátil.
Usos e Atividades	Promover a diversidade e a sociabilidade. Integrar grupos sociais eliminando barreiras físicas e sociais; dando suporte ao equilíbrio e equidade com ênfase ao domínio público.
Sociabilidade	Pensar em espaços que contribuam na promoção do convívio e interação social.

Quadro 1: Diretrizes contempladas nas propostas projetuais, segundo categorias

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2018

Como resultado (Figura 6), foram esboçadas propostas de setorização que refletissem o desejo da população para o espaço público da praça, a serem consideradas na realização do Projeto de Intervenção. Após este momento, a última etapa da oficina foi a exposição das propostas dos grupos, na qual os próprios moradores expressaram suas opiniões e sugestões para a praça.



Figura 6. Ilustração da proposta de setorização dos Grupos de Trabalho

Fonte: Elaborado durante a Oficina Participativa de Intervenção Urbana, 2018.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se com este trabalho a relevância, em processos participativos e inclusivos, de workshops colaborativos que buscam considerar a atuação de diversos atores, interessados em ações que qualificam o espaço público em que estão inseridos. Tratam-se de ferramentas essenciais para compreensão das necessidades dos moradores, que vão além das proposições que o poder público municipal determina para os espaços públicos.

Neste contexto, a oficina participativa foi uma etapa fundamental no processo de desenvolvimento do projeto de extensão “Adote uma Praça”, tendo em vista a possibilidade de extrair informações dos moradores e usuários locais acerca das reais necessidades do espaço.

A partir da visão compartilhada ente usuários (moradores do bairro Boa Vista II) e técnicos (docentes e discentes), foi possível reconhecer demandas e carências quanto à qualidade socioambiental dos espaços livres de uso público, em especial aspectos relacionados à acessibilidade, conforto, sociabilidade, segurança e atratividade, foco desta análise.

A reflexão sobre aspectos qualificadores do espaço público da Praça Argilano Dario englobou elementos que com a contribuição dos moradores, incluíram fatores relacionados a: “Acessibilidade e Conectividade”; “Usos e Atividades”; “Sociabilidade” e “Conforto e Imagem”, estimulando, assim, que moradores identificassem pontos positivos e negativos do espaço público e pensar propostas de intervenção relacionadas aos aspectos pontuados.

Considerando as análises da praça realizadas, foi possível perceber que as vulnerabilidades e potencialidades indicadas foram semelhantes entre os grupos. Os perigos físicos e a falta de acessibilidade foram destacados, por ambos os grupos, como pontos negativos, em função das rampas muito inclinadas e da falta de proteção no entorno das arquibancadas. Em relação ao “conforto e imagem” da praça, os apontamentos foram, sobretudo em função da falta de manutenção e cuidado com o espaço, resultando em uma aparência de degradação.

Os “usos e atividades” foram destaques positivos nas análises dos grupos, visto que a praça, apesar da falta de manutenção, possui equipamentos previstos para atender jovens, adolescentes e crianças. Percebeu-se também que a “sociabilidade” foi mencionada pelos moradores por meio da solicitação de feirinhas e locais para piquenique. Ambos os grupos manifestaram a preocupação com o uso de drogas no local, proveniente principalmente porque atualmente o lugar da praça é inóspito.

Refletindo sobre as proposições, percebe-se que os anseios e necessidades também se aproximam. Ambos os grupos apontam o resgate do bocha, a mudança do piso da quadra, a melhoria das rampas, a continuidade do pomar, o incentivo para a presença de barraquinhas e de um palco para apresentações culturais. Tais atividades afirmam o desejo da população em se apropriar do espaço da praça.

Nygaard (2010) destaca a importância da participação de diversos atores sociais na aplicação de uma metodologia participativa, contudo, vale enfatizar a dificuldade do envolvimento do poder público municipal na obtenção de informações e dados para realização das ações de extensão, em especial da presença de técnicos da prefeitura municipal na oficina participativa. Apesar do não envolvimento, a ação integrada conseguiu proporcionar um ambiente de debate envolvendo atores sociais, docentes e discentes da graduação e pós-graduação, com intensa troca de vivências e de experiências, onde os grupos de trabalho atuaram de modo proativo e coletivo.

Enfatiza-se, assim, a validade da experiência da ferramenta Oficina Participativa no âmbito da extensão universitária que além de promover a relação dialógica entre agentes institucionais e atores sociais, também favoreceu ações de planejamento e desenho urbano, sob a premissa da qualidade e equidade socioambiental do lugar.

REFERÊNCIAS

CONEXÃO CULTURAL. **Guia do Espaço Público**. Conteúdo: Project for Public Spaces, Jeniffer Heemann e Paola Caiuby Santiago. 2ª edição. 2016. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/guia-do-espaco-publico.pdf>> Acesso em: 11 2019.

FREITAS, Leana Oliveira. Políticas públicas, descentralização e participação popular. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 113-122, jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802015000100113&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 ago. 2018.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JACOBS, J. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO (MPES). PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE VILA VELHA. **Termo de Ajustamento de Conduta**. Vila Velha, 18 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/2185a970-4dad-4a33-b52d-a2d411f603ea.pdf>> Acesso em 04 mar. 2019.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

PEREIRA, Denise de Alcântara. Oficinas de Intervenção urbana na periferia metropolitana. **Cadernos do PRO ARQ**. n. 29, p. 31- 44, 2018.

RAMOS, L. L. A.; JESUS, L. A. N. **Áreas Livres de Uso Público e Áreas Verdes do Município de Vila Velha- ES**: Um Estudo Sobre A Regional 1 - Grande Centro. Relatório de Pesquisa FUNADESP, 2017.

CAPÍTULO 7

RELAÇÕES PORTO-CIDADE E O IMPERATIVO DA RESPONSABILIDADE: ANÁLISE DA ABORDAGEM DO PLANO MESTRE DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE PARANGUÁ

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 21/07/2020

Kellen Smak

Instituto Federal do Paraná
Paranaguá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6362679281361293>

Sidney Reinaldo da Silva

Instituto Federal do Paraná
Paranaguá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6150026983273466>

Rogério Baptistella

Instituto Federal do Paraná
Paranaguá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/6012274792691891>

RESUMO: Este trabalho busca estabelecer um paralelo entre a crítica ao ideal de desenvolvimento estabelecida na obra *O Princípio Responsabilidade* do filósofo alemão Hans Jonas e o conceito de progresso apresentado em documento institucional e de gestão elaborado pela administração dos portos de Paranaguá e Antonina. Busca-se avaliar se a atenção dedicada à relação com a cidade e todas as sociabilidades que a compõem, bem como à vida que orbita em torno do porto, é suficiente já que analisamos o porto a partir de uma concepção de responsabilidade de natureza ética e política. Ao indicarmos o porto enquanto uma tecnologia, busca-se compreender se o significado da comunidade portuária é estritamente tecnicado nos documentos oficiais,

sendo a sua relação com o porto empobrecida, uma vez que este não é responsável em relação ao destino da cidade. Além disso, busca-se compreender as contradições carregadas em seu bojo, considerando tal relação frágil, do ponto de vista ético, mas economicamente fundamental. Para tanto, partimos do princípio responsabilidade enquanto quadro teórico para observar a relação ética e técnica do porto com a cidade de Paranaguá a partir daquilo que é explicitado em documentos oficiais. Isso porque formula-se que há o risco de uma catástrofe que ronda a humanidade se considerarmos que a exploração de recursos naturais de forma desenfreada para o atendimento aos anseios do ideal de progresso, da industrialização e do desenvolvimento tecnológico culmina com a incompatibilidade da permanência da vida humana na terra, sendo indispensável pensar em caminhos alternativos ao desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Porto-Cidade. Princípio Responsabilidade. Progresso.

PORT-CITY RELATIONSHIPS AND THE IMPERATIVE OF RESPONSABILITY: ANALYSIS OF THE MASTER PLAN APPROACH OF THE PORT COMPLEX OF PARANGUÁ

ABSTRACT: This work aims to establish a parallel between the criticism of the ideal of development established in the work *The Imperative of Responsibility* of the German philosopher Hans Jonas and the concept of progress presented in an institutional and management document prepared by the administration of the ports of Paranaguá and Antonina. It seeks to assess

whether the attention devoted to the relationship with the city and all the sociability that compose it, as well as to the life that orbits around the port, is sufficient since we analyze the port from an ethical and responsible conception of responsibility. policy. By indicating the port as a technology, we seek to understand whether the meaning of the port community is strictly technified in official documents, and its relationship with the port is impoverished, since it is not responsible for the destination of the city. In addition, it seeks to understand the contradictions they carry within, considering such a fragile relationship, from an ethical point of view, but economically fundamental. Therefore, we start from the principle of responsibility as a theoretical framework to observe the ethical and technical relationship of the port with the city of Paranaguá from what is explained in official documents. This is because it is stated that there is a risk of a catastrophe that surrounds humanity if we consider that the exploitation of natural resources in an unbridled way to meet the aspirations of the ideal of progress, industrialization and technological development culminates in the incompatibility of the permanence of human life on earth, and it is essential to think of alternative paths to development.

KEYWORDS: Port-city relationships. Imperative of Responsibility. Progress.

1 | INTRODUÇÃO

Refletir acerca da questão da responsabilidade no Porto de Paranaguá não é possível caso não haja um enfoque sobre as relações existentes entre países centrais e periféricos, no que se refere às relações de trabalho e à subserviência ao grande capital e à Organização Mundial do Comércio. Isso implica, de maneira bastante profunda, na necessidade de um modelo de desenvolvimento que respeite a realidade local e vá além de relações de subordinação que regem a lógica das atividades portuárias, ora estabelecidas.

É possível identificar contradições bastante evidentes no que se refere a uma análise mais detida do papel do porto na cidade de Paranaguá; ele pode ser visto como progresso ou subordinação, a depender do prisma de observação, porque, caso seja adotado um ideal de desenvolvimento baseado nos países europeus e norte-americanos, o porto possui um papel de suma importância na balança comercial do país. Por outro lado, há que se pensar na evasão de riquezas de um país como o Brasil uma vez que, ao exportar a nossa natureza o porto passa a se constituir de um mecanismo logístico ao integrar uma estratégia de desenvolvimento que necessita ser analisada a partir de uma perspectiva geopolítica global uma vez que, ao exportar commodities, são exportados também nosso próprio mundo e a nossa realidade. Dessa forma é necessário verificar em que medida a exportação de bens de consumo agrícolas provenientes de agricultura extensiva compreendem o modelo de exportação a partir de Paranaguá e, portanto, reafirma um modelo predador de desenvolvimento a qualquer custo, no qual o porto se encaixa como engrenagem de um mecanismo extrativista e monocultor.

O porto, concebido como aparato tecnológico, necessita ser observado dentro de um contexto geopolítico considerando o que se chama de desenvolvimento sustentável,

conceito que vem sendo apresentado como uma alternativa para a garantia do equilíbrio entre os aspectos econômico, ambiental e social do planeta.

Até o período pós-guerra, o conceito de desenvolvimento foi norteado pelas ideias de crescimento, aumento e avanço. Após Harry Truman cunhar o termo subdesenvolvimento, em meados da década de 40, o progresso passou a ser visto como hegemônico, sendo um objetivo a ser atingido por todos os países, independentemente de suas especificidades locais (PIZZI, 2005).

Já na atualidade, o mesmo conceito vem sendo utilizado com duas conotações: i) eficácia técnica de um sistema social ou ii) atendimento às necessidades humanas. Para Furtado (2000), porém, tais concepções apresentam ambiguidades intrínsecas uma vez que tal desenvolvimento técnico acaba por ser condicionado por interesses econômicos hegemônicos. Isso porque a ampliação do uso das tecnologias, que acabou por alijar os trabalhadores do controle do seu trabalho tornando-os seres instrumentalizados, em vez de emancipar, aprisiona (CARVALHO, 1987; ANTUNES, 1990).

O progresso técnico-científico que carrega consigo a ideia de dominação da natureza, no sentido de produzir conhecimentos que sejam capazes de gerar o aprimoramento e o prolongamento da vida humana, pode ser associado a um ideal cartesiano de utilização da natureza, (MARICONDA, 2003, p. 466) sem perder de vista a utopia baconiana de exercício do poder advindo do conhecimento (saber).

Esse valor do controle da natureza como derivado do progresso tecnológico da humanidade parece gerar um antagonismo no que se refere ao valor da liberdade humana. Consoante a essa concepção ambivalente entre progresso e liberdade, Feenberg (2015, p. 17-18) ressalta que o progresso pode proporcionar avanço, mas também gera a destruição da vida. Segundo ele,

[o] desenvolvimento de tecnologia moderna, na sua forma presente, parece indiferente para com os limites do ambiente e da vida humana, destrutiva não apenas na criação do novo, mas sim de forma absoluta, ameaçando o bem-estar e a sobrevivência de uma maneira que os antigos ofícios nunca fizeram. (FEENBERG, 2015, p. 18).

A partir de tal reflexão, pode-se inferir que o modo de vida ocidental, dada a sua racionalidade orientada para o progresso, não dá garantias às futuras gerações. Sendo assim, pensar o progresso a partir de uma perspectiva de alteridade torna-se condição sine qua non para a perenidade da humanidade.

Feenberg e Jonas encontram-se em lados distintos da reflexão acerca da tecnologia. Enquanto este propõe uma visão negativa da técnica, centralizada em seus efeitos nocivos e nos riscos advindos dela, aquele trata a técnica a partir do conceito de tecnocracia, propondo uma transformação na tecnologia sobretudo em seu aspecto político. Para Feenberg, a tecnologia precisa ser democratizada enquanto que para Jonas ela necessita ser humanizada (OLIVEIRA, 2013). Contudo, tal humanização pode ser aproximada do

conceito de democratização da técnica. Para Oliveira (2013)

Feenberg ajudaria a compreendermos a tese jonasiana, na medida em que as contraposições teóricas nascidas dessa aproximação não só explicitam diferenças interpretativas, mas estendem um fio argumentativo que aproxima as duas posições teóricas aparentemente opostas: ambas recusam a ideia de um destino, ambas recusam a ideia de neutralidade da tecnologia, ambas apostam na possibilidade de transformá-la a fim de submetê-la aos interesses humanos – éticos, sociais e políticos (OLIVEIRA, 2013, p. 4-5).

A técnica, embora benéfica para a humanidade, também apresenta a ambivalência de seu lado indissociável controverso e obscuro. Para Jonas (2006), a técnica apresenta uma promessa de utopia de um mundo maravilhoso e, ao mesmo tempo, uma ameaça apocalíptica de destruição. Importante salientar que, para ele, a técnica moderna e a tecnologia são sinônimas e o alcance da técnica na atualidade se deve ao fato de que ela está presente em todos os âmbitos da vida humana. Por essa razão, a técnica é objeto de reflexão filosófica. Isso porque “[o] alcance do agir humano foi modificado pelo desenvolvimento e está relacionado ao potencial tecnológico moderno e às deformações ideológicas introduzidas na modernidade” (ALENCASTRO, 2009, p. 19).

O emprego indiscriminado das tecnologias, no meio ambiente e sobre o próprio ser humano, não é passível de reflexão a partir de uma ética tradicional considerando quatro características fundamentais: i) toda a relação com o meio por meio da técnica (téchne) era neutra, se considerarmos que ela não afetava a natureza das coisas nem a do sujeito que dela fazia uso; ii) a relação ética era centrada na relação humana e, por isso, era essencialmente antropocêntrica; iii) o ser humano era considerado constante, cuja essência não poderia ser transformada pela téchne; iv) o bem e o mal, do ponto de vista do agir, eram próximos o suficiente para que não houvesse a necessidade de preocupação com o futuro. (FONSECA, 2012).

A questão que permeia o pensamento jonasiano é o relacionamento entre o ideal de progresso e os impactos na vida humana e não humana em todos os sentidos. Por se tratar de um ideal utópico, a tecnologia se mostra ambivalente uma vez que seus efeitos nocivos tendem a ser ocultados quando o homem e a natureza se tornam objetos de sua técnica. Segundo o autor “na forma moderna da técnica, a techne transformou-se em um infinito impulso da espécie para adiante, seu empreendimento mais significativo”. (JONAS, 2006, p. 43). Tal impulso leva a crer que o progresso desmedido é uma vocação natural da humanidade que necessita buscar a superação e a realização de feitos cada vez mais impressionantes como uma forma de realização do seu destino. Tal concepção, leva ao êxito do homo faber sobre o homo sapiens dando à tecnologia, que assume uma centralidade, um significado ético que ela jamais teve. (JONAS, 2006, p. 43). As potencialidades sobre aquilo que ainda se pretende produzir (potencial de progresso futuro) requerem uma responsabilidade que transcenda os limites do presente e esteja alinhada com um

dever, ainda indeterminado. Uma vez que a esfera pragmática está entremeada ao agir, a elaboração moral necessariamente precisa aproximar-se do agir humano. (JONAS, 2006, p. 44).

2 | RELAÇÕES PORTO-CIDADE E A PERSPECTIVA DA RESPONSABILIDADE

O complexo portuário de Paranaguá e Antonina é composto pelos terminais de Paranaguá e Antonina, administrados pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), além dos terminais de uso privado (TUP) Cattalini e Terminal Porto Pontal do Paraná (TPPP). Ele está localizado na Baía de Paranaguá, estado do Paraná. Nossa análise está centrada principalmente no Porto de Paranaguá, que compõe tal complexo, e está localizado na margem sul da mesma baía. Sua localização pode ser observada na figura que segue:



Figura 1 – Polígono do Porto de Paranaguá com definição da área de abrangência
Fonte: Plano Mestre Complexo Portuário de Paranaguá e Antonina (2016)

É importante observar que a proximidade de instalação do terminal portuário em relação à cidade é grande ao ponto de os limites se confundirem. A área no entorno do porto é adensada e o comércio marítimo na região remonta o século XVI (PM, 2016). No documento do plano mestre o complexo portuário é dado como o principal fator de desenvolvimento econômico dos municípios do litoral do Paraná, sendo Paranaguá o município com o maior IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), indicador que busca abranger dimensões relativas à renda, à educação e à saúde. O discurso da integração do porto à cidade como agente de desenvolvimento pode ser explicitado

por meio do enaltecimento de programas direcionados ao setor produtivo da cidade, à orientação de caminhoneiros nos pátios e à conscientização de crianças e jovens acerca da importância da atividade portuária para a cidade.

Outro dado importante é que proximamente ao polígono do porto, há diversas comunidades que habitam a região há anos, de forma irregular. O documento busca descrevê-las como destituídas do direito de acesso à região: “No caso da Vila Becker, trata-se da invasão por mais de 500 famílias de uma área inserida na Poligonal do Porto que, atualmente, encontra-se cercada por empresas que movimentam cargas de alto risco” (PM, 2006, p. 220). Neste ponto, especificamente, podemos notar que o acesso à área é negado a essas populações, uma vez que o desenvolvimento da atividade econômica impossibilita a coexistência de uma sociabilidade urbana e de uma integração com as áreas privilegiadas e de entorno do porto. Na figura abaixo Pode-se verificar no mapa a proximidade da comunidade da Vila Becker com o terminal marítimo, além de outros pontos de relevância comercial para a região que configuram uma acessibilidade a recursos importantes para a sociabilidade das populações locais: comércio, escolas, templos religiosos e facilidade de transporte público com acesso às zonas centrais da cidade:

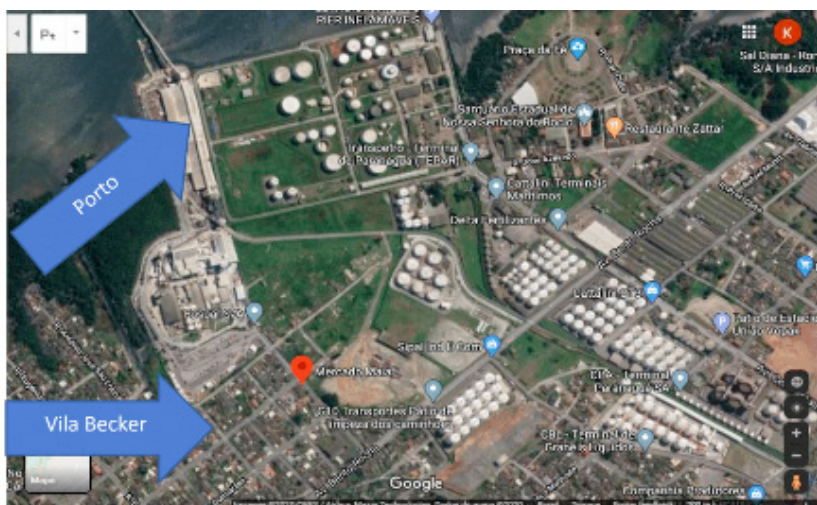


Figura 2 – Localização Geográfica da Vila Becker (Paranaguá – PR)

Fonte: Google Maps, 2020.

A desapropriação da Vila Becker foi determinada pela justiça no ano de 2009, com a condição de realocação das famílias para uma área considerada fora de risco. Mais de 420 famílias foram realocadas, sendo que 232 foram destinadas para a região do Porto Seguro (PM, 2006). A distância em relação a nova região pode ser verificada no mapa abaixo em

que se traça uma rota entre a Vila Becker e o Bairro do Porto Seguro, ambos no município de Paranaguá:



Figura 3 – Distância entre a Vila Becker e o Bairro Porto Seguro.

Fonte: Google Maps, 2020.

As regiões distam, entre si, cerca de 12,4km quando percorridos de carro, sendo um trajeto de cerca de 20 minutos. A distância percorrida por meio de linhas de transporte público torna-se ainda maior. Contudo, há uma importante reflexão neste caso: a desapropriação das ocupações irregulares no entorno do porto, uma região com infraestrutura de comércio e acesso a serviços essenciais, e a realocação de tais famílias para um bairro novo, com acesso reduzido a serviços configuram o que Godoy (2002) trata como conflitos que são concebidos no bojo das relações entre porto e cidade implicando na redução da qualidade de vida desses habitantes e a sua consequente marginalização.

A dinâmica e a forma de vida dos moradores, durante e após o processo de realocação, sofreu importantes alterações impactando inclusive na quebra dos vínculos estabelecidos e da identificação com o novo local. Nega-se dessa forma o acesso às áreas centrais da cidade denotando uma importante valorização do aspecto estritamente econômico e técnico da função portuária em relação à cidade.

Da mesma forma, é fundamental analisarmos o perfil da movimentação de cargas no Porto de Paranaguá no período de janeiro de 2010 a setembro de 2019. Pode-se observar que cerca de 69% do total de cargas transportadas por longo curso correspondem à exportação, enquanto que os demais 31% foram cargas exportadas a partir do terminal

portuário de Paranaguá:

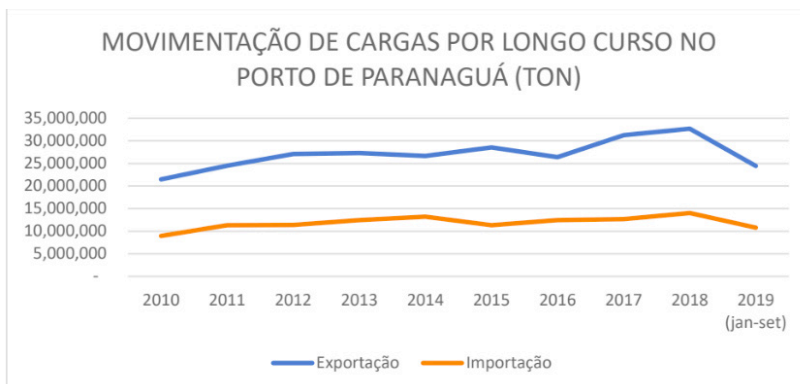


Figura 4 – Movimentação de cargas por navegação de longo curso no porto de Paranaguá

Fonte: Os Autores. Elaboração a partir de dados da ANTAQ (2019)

Embora tal movimentação possa ser suficiente para afirmar que a balança comercial se mantém favorável (ou seja, há maior volume exportado que importado), é necessária uma análise mais aprofundada acerca dos gêneros movimentados no terminal portuário. Ao observar os grupos de mercadorias exportados a partir do porto, tem-se o seguinte cenário:

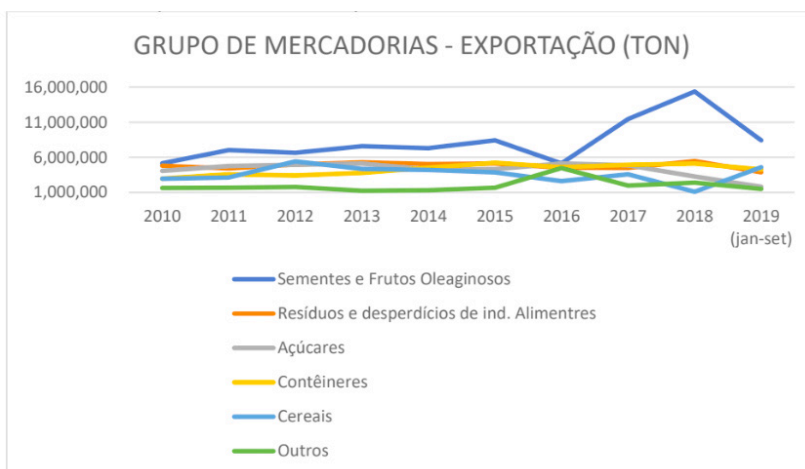


Figura 5 – Grupo de mercadorias exportadas

Fonte: Os Autores, a partir de dados da ANTAQ (2019)

Pode-se observar que não há variações significativas nos tipos de grupos de mercadorias que são exportados pelo porto. O gênero mais representativo são sementes e frutos oleaginosos que correspondem a cerca de 30% de todas as exportações do período acumulado, sendo seguido por Resíduos e Desperdícios de Indústrias alimentares, com 18%, e açúcares, com 16%. A partir dessa análise, corrobora-se a ideia de que a exportação a partir do Porto de Paranaguá é composta, sobretudo, por commodities e produtos provenientes de atividades extensivas.

Na medida em que se observam as movimentações de carga importadas pelo porto, pode-se perceber que segue:

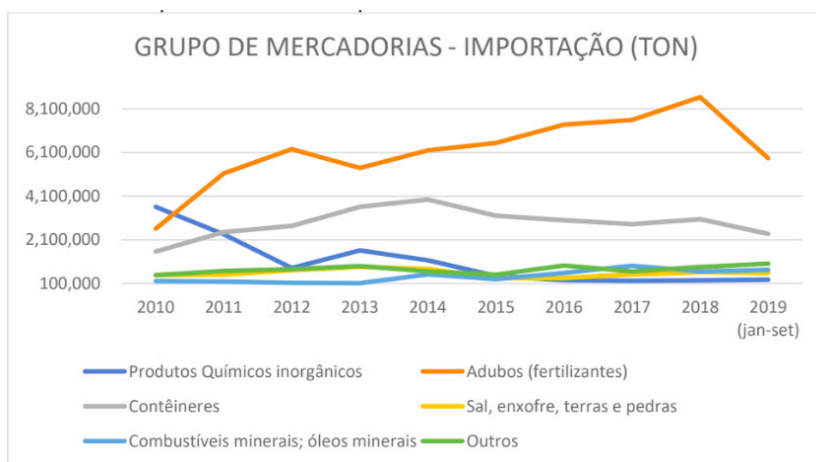


Figura 6 – Grupo de mercadorias importadas
 Fonte: Elaboração a partir de dados da ANTAQ (2019)

Mais da metade (52%) de todos os gêneros importados por meio do porto de Paranaguá no período acumulado é composta por adubos (fertilizantes), cuja principal destinação é a agricultura extensiva. A partir de tal análise, observa-se que as atividades de importação e de exportação reforçam a relação de exportação de commodities para a manutenção de um modelo de exploração que, para Gudynas (2009), embora desempenhem um papel chave na economia nacional por serem considerados como motores do desenvolvimento econômico, também são fontes de controvérsia em virtude de seus impactos econômicos, sociais e ambientais e ocasionam o que o autor denomina de novo extrativismo.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de documentos institucionais, como o Plano Mestre, é fundamental para que se possa observar as dicotomias existentes na relação entre o porto e a cidade. Tal análise

busca estimular a reflexão acerca das relações conflitantes existentes, sobretudo no que se refere as discussões acerca da disparidade entre o progresso científico e o desenvolvimento econômico que supostamente são trazidos pela atividade portuária e a limitação da responsabilidade ao nível jurídico, sem preocupação com o dever de tal população. A responsabilidade abrangente, na definição jonasiana, possui um comprometimento moral de manutenção da humanidade e perenidade da vida. Os dilemas éticos que envolvem o desenvolvimento local são substancialmente mais profundos que questões essencialmente legais. É possível afirmar que, com base nos documentos institucionais, o porto cumpre todos os requisitos legais (responsabilidade jurídica) para o exercício de suas atividades. Contudo, a exploração da natureza, a valorização do aspecto econômico, o estímulo ao comércio de commodities e à exportação estão associados a modelos de desenvolvimento pautados em um ideal que não pode ser aplicado à realidade de países periféricos como o Brasil. Não há uma busca por um modelo de desenvolvimento compatível com as características da nossa estrutura social, nem que valorize as comunidades locais.

O que o porto traz para a cidade precisa ir além das questões relacionadas à empregabilidade. Sua responsabilidade deve estar associada à contribuição das questões formativas da comunidade em seu entorno. O porto, portanto, é estritamente tecnicizado a ponto de empobrecer a sua relação com a comunidade portuária, sendo eticamente frágil porém economicamente fundamental. O diálogo entre a relação com a cidade apresentada no documento institucional mostra-se contraditório quando comparamos com os dados referentes aos exemplos aqui apresentados: o da realocação das populações da Vila Becker e a análise dos transportes de carga a partir do terminal portuário. Isso reflete, portanto, o discurso tecnicista da fala institucional e, portanto, incompatível com um sentido amplo de responsabilidade e perenidade de todas as formas de vida existentes na região.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Mário Sérgio Cunha. Hans Jonas e a proposta de uma ética para a civilização tecnológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 13-27, jan./jun. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/14115/10882>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Carvalho, Ruy de Q. **Tecnologia e Trabalho Industrial**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

FEENBERG, Andrew. **Tecnologia, Modernidade e Democracia**. Lisboa: MIT Portugal, 2015.

FONSECA, Lilian Simone Godoy. Hans Jonas e Martin Heidegger em diálogo sobre a técnica. **Horizonte Teológico**. Belo Horizonte, v.11, n.22, p.27-42, jul./dez. 2012.

FURTADO, C. Reflexões sobre a crise brasileira. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, nº 57, pp. 3 – 8, julho de 2000.

GODOY, A. Reestruturação produtiva e Polarização do mercado de trabalho em Paranaguá-PR. **R paran. Desenv.**, Curitiba, n. 99, p. 5-25, jul./dez. 2000

GUDYNAS, Eduardo. El día después del desarrollo. **América Latina en Movimiento**. n. 445, p. 31-33, 2009.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MARICONDA, Pablo Rubén. **O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor**. *Sci. stud.*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 453-472, Sept. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Jan. 2019.

OLIVEIRA, Jelson. Democratizar e Humanizar a Tecnologia: Andrew Feenberg e Hans Jonas In: **V TECSOC: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE**. 2013.

PIZZI, Jovino. **O desenvolvimento e suas exigências morais**, 2005. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf>>.

PLANO MESTRE COMPLEXO PORTUÁRIO DE PARANAGUÁ E ANTONINA. **Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina**. Relatório. Paranaguá, 2016.

CAPÍTULO 8

DA MORFOLOGIA URBANA AO RESTABELECIMENTO DE MARCOS CULTURAIS: ESTUDO APLICADO A UM NÚCLEO GERMINAL MUNICIPAL

Data de aceite: 01/10/2020

Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU
São Luís/ Maranhão - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3703578487017855>

Lorena Gaspar Santos

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU
São Luís/ Maranhão - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9563088831519684>

Melissa Almeida Silva

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU
São Luís/ Maranhão - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/1155454400928895>

Rianny Silva dos Santos

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU
São Luís/ Maranhão - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0292511156771069>

Walter Gomes Goiabeira Filho

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU
São Luís/ Maranhão - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9545809231833354>

Wellington Jorge Cutrim Sousa

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU
São Luís/ Maranhão - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0208563616423743>

RESUMO: O restabelecimento de marcos culturais ancorados em cenáculos religiosos históricos vincula-se à morfologia urbana e ao caráter diacrônico das cidades. Evidências sugerem que o desenho urbano pode moldar a forma como as pessoas respondem ao ambiente construído, da mesma forma que as dinâmicas humanas podem interferir na performance cidadina.

PALAVRAS-CHAVE: Performance Urbana; Revitalização Urbana; Desenho Urbano; Patrimônio Histórico; Turismo Cultural.

FROM URBAN MORPHOLOGY TO THE RESTORATION OF CULTURAL MARKS: A STUDY APPLIED TO MUNICIPAL URBAN NUCLEI

ABSTRACT: The restoration of cultural landmarks anchored in historical religious cenacles is linked to urban morphology and to the diachronic character of cities. Evidences suggest that urban design can shape the way people respond to the built environment, just as human dynamics can interfere with city performance.

KEYWORDS: Urban Performance; Urban Revitalization; Urban Design; Historical Heritage; Cultural Tourism.

INTRODUÇÃO

No contexto das dinâmicas cidadinas, o componente humano urbano detém importante protagonismo frente ao contexto das dinâmicas cidadinas, que, por sua vez, motivam estudos os quais, num movimento crescente, definem

a relação homem-ambiente como um conjunto de elementos indissociáveis, no qual as interligações obedecem a uma lógica unívoca, cuja natureza e intensidade subordinam-se à cultura urbana e às questões de escala.

Experimentos realizados no âmbito do Laboratório da Habitação e Inovação da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA – têm subsidiado algumas evidências quanto à resposta da infraestrutura urbana disponível em recortes territoriais às dinâmicas humanas a ela impostas, com aplicações que vêm sendo implementadas em diferentes recortes espaço-tempo da região metropolitana de São Luís.

No tocante à materialidade, as cidades revelam-se ambiente propício para o desempenho das diferentes dimensões da vida humana urbana. A natureza diacrônica desses ambientes permite a acomodação das diversas manifestações humanas, que se dividem em duas dimensões: aquelas de natureza mais pragmática, isto é, consideração das coisas de um ponto de vista prático como o trabalhar, o produzir, o deslocar e as que se revelam dinâmicas, cujas essências são de caráter mais subjetivo, consubstanciando uma dimensão abstrata, por vezes efêmera, tais como festivais, festas típicas, eventos ou rituais ancestrais, feiras e tantos outros.

As dinâmicas citadinas são regidas, de um modo geral, por essas duas dimensões, pelo peso exercido por cada uma delas, a partir do qual se definem a vocação e a natureza predominante de cada cidade. Este entendimento ganha força na medida em que se compreende o repertório dos elementos de composição (separada e conjuntamente).

O estudo foi motivado pela inquietação da população católica local diante do abandono deste equipamento social urbano e da perda acentuada de seu significado cultural. Partiu-se então de um pressuposto focado num conjunto de proposições, que visavam à interrupção do gradativo processo de perda referencial derivada da desconstrução do núcleo originário municipal.

Assim, o texto explora dois eixos fundamentais norteadores dos procedimentos de investigação: I. As visitas exploratórias ao núcleo germinal da cidade, de modo a permitir tanto a identificação de sua dimensão histórica, como a compreensão das dinâmicas humanas urbanas impostas ao território; II. O contexto narrativo acerca do mito religioso vinculado à figura da Santa que precede ao enredo da sua inserção no contexto embrionário da cidade, a fim de promover a delimitação da área de estudo a partir do marco histórico da igreja-matriz.

Simultaneamente, dar-se-á especial enfoque aos aspectos que permitem sistematizar a mobilização e as dinâmicas impostas ao território, as características destes fenômenos e também os componentes infra-estruturantes disponíveis na sede municipal.

O MITO DE NOSSA SENHORA DA LUZ E A SUA INFLUÊNCIA NO DESENHO URBANO

O aspecto ritualístico é abordado tendo em vista os impactos de dimensão espacial e de representatividade cultural, potencialidades capazes de contribuir para o processo de revitalização do lugar. Neste sentido, adotou-se o termo “mito” num sentido mais amplo para explicar a vinculação existente entre o contexto religioso e histórico e a materialidade urbana constituída a partir da igreja-matriz, uma vez que não se pretende discutir conteúdos de natureza teológica, nem mesmo filosófica, acerca da doutrina e seus preceitos.

A origem do mito acerca de Nossa Senhora da Luz remete ao período dos quarenta dias após o nascimento do Menino Jesus denominado “quarentena” ou “período pós-parturiente”, segundo o qual, as mulheres que se apresentavam nesta condição ficavam proibidas de participar de eventos e de missas que ocorriam no Templo de Jerusalém, aceitas somente após a realização de oferendas para a purificação do corpo. (GONZÁLEZ, 2009)

Registros dão conta de que Maria levou sua oferta para Jerusalém e apresentou Jesus aos sacerdotes, dando início à festa em que foram definidos o cântico de São Simeão e a missão de trazer a “Luz”, consolidando-se assim, o ritual da Festa de Nossa Senhora da Purificação. Segundo a cultura popular e ainda associado a este evento, existem relatos de aparições até o ano de 1400 D.C, quando uma imagem da Santa teria surgido, pela primeira vez, nas Ilhas Canárias (Espanha). Em função desse acontecimento, os nativos passaram a denominá-la padroeira das ilhas, atribuindo-lhe o título de Nossa Senhora das Candelárias.

“Iban dos pastores guanches a encerrar su ganado a las cuevas cuando notaron que el ganado se remolinaba y no quería entrar. Buscando la causa miraron hacia la embocadura del barranco y vieron sobre una peña, casi a la orilla del mar, la santa imagen la cual creyeron estar animada. Como estaba prohibido a los hombres hablar o acercarse a las mujeres en despoblado, le hicieron señas para que se retirase a fin de que pasase el ganado. Pero al querer ejecutar la acción, el brazo se le quedó yerto y sin movimiento. El otro pastor quiso herirla con su cuchillo. Pero en vez quedó herido el mismo. Asustados, huyeron los dos pastores a Chinguano, a la cueva-palacio del rey Acaymo, para referirle lo acontecido.” (Fray Alonso de Espinosa, 1594).

A referência a Nossa Senhora das Candelárias como “Nossa Senhora da Luz” deu-se em Portugal, a partir do relato de uma aparição em sonhos notificada pelo português Pero Martins, natural de Carnide (povoado próximo a Lisboa), durante as missões portuguesas na África, período marcado pelas Grandes Navegações rumo a territórios desconhecidos, em meio a muitas dificuldades. (ARAÚJO, 1977)

Relatos dão conta de que, de volta a Portugal, Martins teria notado a presença de luzes e, ao segui-las, deparou-se com um local com as mesmas características da Revelação, sítio destinado à construção de uma ermida, um ambiente composto de pedras

e de uma fonte natural, que se acreditava milagrosa. Assim, em 1463, com o auxílio da comunidade, Martins deu início à construção da edificação, finalizada um ano depois.

A ermida foi considerada de grande importância para Portugal, o que levou a Infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel I, a tomar a decisão de patrocinar a reforma da igreja, atribuindo-lhe uma estrutura melhor e possibilidade de receber outras instalações, posteriormente anexadas ao edifício principal. O projeto incluiu a construção de um hospital e de um convento, que se destinavam a suprir as necessidades da comunidade local e também a prestar auxílio aos peregrinos.

A sequência de fatos, portanto, relaciona o mito à incorporação de elementos tanto arquitetônicos quanto urbanísticos à composição dessa cidade. Existe estreita correlação entre os espaços edificados e a plataforma de área livre, localizada em frente à igreja e à lateral do convento. O ambiente externo acomoda os eventos da Feira da Luz. (ALMEIDA, 1997)

O NÚCLEO GERMINAL E O SEU PROCESSO DE EXPANSÃO

Os marcos embrionários citadinos do município de Paço do Lumiar, Maranhão, datam do início do século XVII, período em que tropas portuguesas, lideradas pelo capitão Mathias de Albuquerque, expulsaram os povos nativos - os índios Tupinambás - que habitavam a região, após disputas territoriais travadas com os franceses, pois estes últimos intencionavam inserir o plano da França Equinocial na região da Ilha de Upaon-Açu. (MORAES, 1860)

Por causa da confluência de interesses da Coroa Portuguesa e da Igreja Católica, as terras reconquistadas foram posteriormente doadas à Companhia de Jesus, em 1628. Quando da expulsão dos jesuítas de todas as possessões portuguesas, o Marquês de Pombal elevou o território conquistado ao patamar de vila, em 1760.

Nesse contexto, um ano depois, o governador Joaquim de Melo e Póvoas renomeou a aldeia de Anindiba, que passou a se chamar Vila de Paço do Lumiar, devido à similaridade com a Freguesia do Lumiar, nos arredores de Lisboa, em Portugal. A importância da antiga igreja jesuíta de Nossa Senhora da Luz revelou-se já no ano de 1764, quando foi promovida a Matriz da Freguesia do Paço do Lumiar, a despeito de ter permanecido na condição de isolamento por muito tempo.

Através da Lei estadual nº 1.890, datada de 07 de dezembro de 1959, a localidade do Paço do Lumiar foi desmembrada, dando origem a dois municípios independentes, os municípios de Paço do Lumiar e de São José de Ribamar, respectivamente.

Figurando como a sétima maior cidade do estado do Maranhão, com população estimada em 122.420 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017), Paço do Lumiar comporta-se como uma cidade satélite no contexto metropolitano de São Luís. Com predominância de população de menor poder aquisitivo,

caracterizado pelo rendimento médio de 1,7 salários mínimos e Índice de Desenvolvimento Municipal de 0,724. O município possui características de cidade-dormitório.

O desmembramento gerou mais isolamento do ponto de vista geográfico, limitando a vida social dos munícipes às poucas festividades relacionadas ao culto à Nossa Senhora da Luz, na Igreja Matriz, o que preservou o vínculo da comunidade com a figura religiosa.

Do ponto de vista da morfologia urbana é possível visualizar a divisão do município em dois núcleos ou pólos, um de natureza germinal histórica e cultural, e o outro, de vocação político-econômica, correspondendo à área antes ocupada pelo antigo Sítio Anindiba. O primeiro é a sede municipal do Paço do Lumiar, onde se situa o recorte de estudo; o segundo fica localizado no litoral sudeste da região metropolitana de São Luís.

A partir desse núcleo germinal, foram construídas as primeiras moradias ao redor da cada vila, ocorrendo depois a extensão do município em direção ao norte e ao noroeste, explicando-se assim, as subseqüentes unidades de povoamento anexas aos dois municípios.

A (RE)CONEXÃO DO TRAÇADO URBANO COMO DIRETRIZ DE PROJETO

O contexto histórica da consolidação deste núcleo e o peso dessas referências quanto ao processo de expansão da cidade configuram-se como pressupostos para o restabelecimento de usos principais a partir dos quais, outros usos, de natureza complementar, poderão contribuir para compor um repertório de dinâmicas urbanas mais ativas, capazes de estimular o cerzimento da configuração desconexa existente.

A partir da compreensão do significado e da representatividade da unidade arquitetônica religiosa como marco político, cultural e social para o desenho do território, é possível o estabelecimento de diretrizes, que apontem para a (re)conexão e para um equilíbrio nos processos de adensamento urbanos, em que a igreja e a praça possam funcionar como referenciais compositivos no cerzimento do traçado embrionário com os demais bairros.

Observando-se o desenho urbano resultante percebe-se que o espaço da praça sofreu várias intervenções ao longo das diferentes gestões municipais, procedimentos que impuseram caracteres que nem sempre dialogam nem com o contexto da igreja nem com o contexto citadino do núcleo.

Do ponto de vista morfológico, atualmente, o espaço da praça apresenta-se como uma grande plataforma pavimentada em acabamento em concreto, com equipamentos urbanos espaçados, não constituindo ambientes claros de vivência, no cotidiano.

Os fatores contribuiram para a condição de isolamento, rumo ao quase esquecimento da sede municipal identificados foram: I. A implantação das diferentes fases do bairro foi financiada pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), entregue em 1982, um projeto com características de cidade dormitório, com 4.666 unidades habitacionais populares, em um

partido arquitetônico marcado por uma forte setorização de usos, passando rapidamente, a constituir o maior bairro da região metropolitana, impactando drasticamente na área de influência do distrito sede, retirando-lhe a relevância nos contextos político e econômico; II. O pouco investimento em infraestrutura urbana no núcleo germinal, somado à gradativa diminuição na oferta de equipamentos sociais urbanos na área; III. O deslocamento e a dispersão das representações políticas, das atividades do comércio, da cultura e de serviços para o bairro do Maiobão, que vinha recebendo mais investimentos em infraestrutura.

Entre 2000 e 2010, houve um forte crescimento da construção habitacional, através da iniciativa do Governo Federal de diminuir o déficit de moradia através do programa intitulado “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), situação que não contribuiu para o desenvolvimento urbano da cidade, impondo-lhe uma configuração ainda mais fragmentada, com blocos condominiais isolados entre si, cercados e dissociados do traçado urbano.

O CENÁCULO RELIGIOSO NA PERSPECTIVA DO RESTABELECIMENTO DA VITALIDADE URBANA

Os cenáculos religiosos são espaços que acomodam manifestações de cunho cultural e são pensados em alinhamento com a doutrina religiosa à qual se vincula, caracterizam-se pela forte representação simbólica, onde os ambientes incorporam elementos da expressão da fé.

O traçado urbano originário de grande parte das cidades brasileiras recebeu forte influência do repertório ritualístico cristão, em especial, católico, como fomentador desses espaços, uma vez que, historicamente, as praças públicas tendiam eram anexas às igrejas e paróquias das comunidades, estabelecendo uma forte relação entre as dinâmicas e o marco referencial arquitetônico e urbano, conferindo certa tipicidade aos cenáculos religiosos.

Vinculados tanto aos aspectos ritualístico e edificado, respectivamente, o fenômeno das procissões católicas constituem-se como um dos mais significativos no que tange à capacidade de congregar a comunidade em torno de uma demonstração de fé. São eventos de natureza efêmera, representativos da cultura local e impactantes do ponto de vista da demanda por equipamento urbano.

Eventos desta natureza estimulam o envolvimento emocional e tendem a fortalecer princípios de coletividade, e, por esse motivo, espaços religiosos acabam funcionando como importantes polos geradores fluxo e de vivência urbana dentro de uma comunidade, estimulando interações sociais através da fé.

Assim, compreender as dinâmicas humanas urbanas rotineiras e também, as efêmeras, associadas ao ambiente são paradigmas para um repensar os espaços de forma mais responsiva às demandas.

O CONCEITO DE VITALIDADE URBANA COMO DIRETRIZ PARA UMA SOLUÇÃO RESPONSIVA ÀS DEMANDAS LOCAIS

O conceito de vitalidade abrange ao conjunto dos elementos compositivos, ao repertório material e imaterial contido no recorte em estudo, o que inclui, especialmente, as atividades socioeconômicas ativas na área, de natureza formal e informal.

Jacobs (2000) ressalta que o “[...] problema da insegurança não pode ser solucionado por meio da dispersão das pessoas, trocando as características das cidades pelas características dos subúrbios”.

Neste sentido, os pressupostos que contribuem para aumento no grau de vitalidade urbana no local: I. Ambientes pouco ativos ou inativos, de baixa densidade humana, acabam por tornarem-se um problema por seu baixo grau de vitalidade urbana, pois demandam cada vez mais atenção, do ponto de vista da segurança pública; II. A diversidade de usos dos imóveis influencia positivamente às vivências urbanas, promovendo um maior uso do espaço, o que traz riqueza para o ambiente das ruas, especialmente na modalidade a pé; III. Ambientes que propiciem passeios agradáveis, com conforto e acessibilidade, eventualmente, arborizados, iluminados, limpos, munidos de infraestrutura urbana contribuem significativamente para cidades mais responsiva. A rua deve ser compreendida como um ambiente vivencial, uma vez que “se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona” (JACOBS, 2010).

A percepção do grau de vitalidade de uma rua passa pela análise de três quesitos distintos, porém, relacionados: I. A nitidez na separação entre o espaço público e o espaço privado; II. A existência dos “olhos da rua”, o olhar daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber o público estimula a segurança de todos os usuários; III. A calçada deve funcionar como um ambiente vivencial onde os usuários possam transitar ininterruptamente, também para aumentar o número de olhos atentos.

[...] “O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos. Não devem se sentir ameaçadas por eles de antemão” (JACOBS, 2010).

Ao longo do processo, o mapeamento dos problemas e das potencialidades do ambiente construído permitiu a compreensão do contexto urbano no recorte e o estabelecimento de diretrizes com vistas à revitalização do Largo de Nossa Senhora da Luz e à conexão com o território circundante.

Concomitantemente, o trabalho de análise de imagens georreferenciadas das áreas demonstrou um crescimento substancial nas manchas de ocupação por condomínios multifamiliares de padrão baixa renda, sendo estruturas muradas e sem qualquer conexão direta com a rua, exceto por guaritas, um tipo bastante presente nas redondezas, que tira

partido de valores menores dos terrenos residuais.

Apesar da vocação simbólica de cenáculo religioso, ora referencial para o município, o Largo da Luz apresenta-se como um espaço público aberto, uma extensa área de pavimento tipo concreto modular, que somado à repertório de infraestrutura deficiente, e a outros problemas até aqui elencados, que ainda não se habilita para os usos a que se propõe como praça, encontrando-se subutilizado, servindo majoritariamente ao estacionamento de veículos em seu perímetro.

DAS ESTRATÉGIAS E DOS PROCEDIMENTOS APLICADOS

O método de estudo da área previu a adoção de estratégia multimétodos, em que procedimentos analíticos são realizados a partir da produção de matrizes temáticas. O procedimento permite analisar o objeto de estudo a partir de uma espécie de dissecação dos elementos compositivos formadores do território em recorte, em desenhos contendo repertório tanto qualitativos, quanto quantitativos, os quais servem de base para diagnósticos e posteriores recomendações projetuais com foco na revitalização da área.

O procedimento de análise valeu-se de dados qualitativos e quantitativos levantados em campo, em seguida categorizados, sistematização que permite que os elementos sejam convertidos numa linguagem gráfica de camadas, as matrizes temáticas. Cada matriz, portanto, representa uma categoria de elementos de composição presente nas dinâmicas urbanas da área em recorte.

Esta etapa é a parte forte do procedimento analítico do experimento, constituindo-se em ponto chave para a pesquisa, pois as sobreposições das matrizes permite uma confrontação entre os dados exibidos em mapas e as percepções registradas originalmente (eventualmente, hipóteses) nas oportunidades de percurso exploratório empreendidas na área, permitindo a interpretação das particularidades e inter-relações entre os diferentes componentes identificados.

O procedimento metodológico em sua fase de análise para produção de diagnóstico, utilizou-se de um total de dez matrizes temáticas, quais sejam: I. Fluxo Viário; II. Uso e Tipologia das Edificações; III. Concentração e Fluxo de Pessoas; IV. Espaços Livres e Edificados; V. Fachadas Ativas e Inativas; VI. Hierarquia Viária; VII. Linhas de Ônibus; VIII. Segurança; IX. Ventilação e Vegetação; X. Sensação Térmica. E a partir da matriz base, seguiu-se a leitura das dinâmicas urbanas impostas ao território analisado.

A configuração da praça denota grande potencial para a reincorporação do uso religioso, reinterpretado à luz das demandas religiosas atuais, de modo possa ser acomodado de forma mais eficiente, destacado como cenáculo religioso, contemplando áreas propícias para absorver as manifestações culturais religiosas e de naturezas afins.

Ressalta-se, ainda, a necessidade da incorporação de uma agenda de eventos, especialmente de cunho religioso, a serem promovidos nesses ambientes, sendo

necessários a incorporação de funções associadas ao pedestrianismo, ao urbanismo ativo de baixo impacto e a um grau de vitalidade urbana mais elevado, condições que, atualmente, praticamente inexistem no município.

A investigação demonstrou que a (re)conexão do núcleo germinal com as áreas adjacentes, economicamente ativas, prescinde de soluções projetuais que convertam problemas identificados na área em estudo em oportunidades dentre as quais: I. A possibilidade de integração efetiva entre essas diferentes áreas, que ao mesmo tempo são ativas e contribuem para a configuração morfológica pulverizada, oportuniza um pensamento mais sustentável e economicamente viável para a implantação de projetos infra estruturantes, em especial, de abastecimento de água e de saneamento; II. A mitigação dos problemas gerados a partir do superadensamento imposto pelos condomínios do MCMV, que têm exercido peso excessivo sobre a infraestrutura urbana, já insuficiente para a demanda, elevando o consumo e inviabilizando a capacidade de absorção do fluxo nas vias públicas, estas últimas, subdimensionadas para a demanda atual, especialmente nos horários de maior tráfego de veículos; III. A proposição acerca da mobilidade urbana pensada a partir de uma matriz logística cujo desenho se apresente mais adensado no sentido de um traçado integrador, com ênfase na acessibilidade humana, o que certamente, se impõe como um desafio ao raciocínio do superadensamento fragmentado, presente nos monoblocos condominiais horizontais e verticais, modelos extensivos e cercados, sem quaisquer conexões com o ambiente citadino.

Neste sentido, a necessidade de abordagens multidisciplinares para um reposicionamento da gestão municipal, tomando por base esse potencial não só de expansão, mas de crescimento de forma estratégica para o contexto social e econômico metropolitano.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isidoro. **A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré**. São Paulo, Brasil. 2005.

COSTA, Mozart Alberto Bonazzi da. **A talha no estado de São Paulo: determinações tridentinas na Estética Quinhentista, suas projeções no Barroco e a fusão com elementos da Arte Palaciana no Rococó**. 2014. 276 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LORENZETTO, Mário S. **A origem das procissões no Brasil e a memória das onze mil virgens**. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/colunistas/em-pauta/a-origem-das-procissoes-no-brasil-e-a-memoria-das-onze-mil-virgens>>. Campo Grande. 2017. Acesso em 10 jan. 2018.

Ministério das Cidades. **Anteprojeto da Lei de Política Nacional de Mobilidade Urbana, Cartilha de Mobilidade**. 2005

MOREIRA AZEVEDO, C. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, vol. C-I. Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores. 2000.

Paço do Lumiar (MA). Prefeitura. 2018. Disponível em:<<http://www.pacodolumiar.ma.gov.br>>. Acesso em: jan. 2018.

PORTAS, Nuno. **A Arquitectura para Hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal**. Lisboa, Portugal: Augusto Sá da Costa LTDA. 1964.

SABOYA, Renato T. de. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 1: Densidade de usos e pessoas**. Archdaily, 18 nov. 2016. Disponível em:<<https://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>>. Acesso em 10 jan. 2018.

O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, AS TEORIAS CLÁSSICAS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ÀS CARTAS PATRIMONIAIS

Data de aceite: 01/10/2020

Ronaldo André Rodrigues da Silva

PUC Minas/Brasil, ICOMOS-Brasil, TICCIH-Brasil, APPI-Portugal
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: O conceito de patrimônio industrial tem buscado se afirmar no Brasil como uma importante área de preservação e conservação da história e da memória da cultura material. A diversidade e pluralidade de formas de expressão do patrimônio cultural possibilita sua inserção no rol de elementos de reconhecida importância para a sociedade e resgata as relações entre o homem e a sociedade segundo uma perspectiva centrada em questões relacionadas ao mundo do trabalho. Os conceitos de patrimônio cultural e patrimônio industrial encontram-se mutuamente aplicados às diversas interpretações e diferentes formas de representatividade da cultura, desde elementos da cultura local e nacional ao reconhecimento por órgãos internacionais de preservação do patrimônio, como a UNESCO, o que permite uma ampliação do leque de elementos representativos das múltiplas culturas dos diferentes povos. Busca-se, então, realizar algumas considerações acerca das relações existentes entre as teorias clássicas da conservação e restauração e as cartas patrimoniais que tratam os conceitos voltados à preservação do patrimônio industrial. Constrói-se, assim, uma análise preliminar das relações

estabelecidas entre os elementos de patrimônio industrial e os valores relativos aos monumentos de Alois Riegl e princípios fundamentais da restauração de Camillo Boito. Posteriormente, apresentam-se as cartas patrimoniais voltadas aos elementos industriais, principalmente à sua conservação e preservação. Por fim, ao vislumbrar tal panorama apresenta-se uma possibilidade de ampliação da visão de cultura, da memória e da história a partir da leitura de um patrimônio específico, o industrial, alicerçado nas múltiplas relações entre as sociedades, seus grupos e a ciência e tecnologia.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Industrial, Conservação, Restauração, Cartas Patrimoniais.

ABSTRACT: The concept of industrial heritage has sought to assert itself in Brazil as an important area for the preservation and conservation of the history and memory of material culture. The diversity and plurality of forms of expression of cultural heritage allows its insertion in the list of elements of recognized importance for society and rescues the relations between man and society according to a perspective centered on issues related to the world of work. The concepts of cultural heritage and industrial heritage are mutually applied to different interpretations and different forms of representativeness of culture. From elements of local and national culture to recognition by international heritage preservation bodies, such as UNESCO, it allows for an expansion of the range of elements representing the multiple cultures of different peoples. It seeks, then, to make some considerations about the relations existing between the classic theories of

conservation and restoration and the heritage charts that deal with the concepts aimed at the preservation of the industrial heritage. Thus, a preliminary analysis of the relations established between the elements of industrial heritage and the values related to the monuments of Alois Riegl and fundamental principles of the restoration of Camillo Boito is constructed. Subsequently, the heritage charts focused on industrial elements, mainly their conservation and preservation, are presented. Finally, when looking at this panorama, there is a possibility of expanding the vision of culture, memory and history from the reading of a specific heritage, the industrial one, based on the multiple relations between societies, their groups and science and technology.

KEYWORDS: Industrial Heritage, Conservation, Restoration, Heritage Charts.

11 O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA MULTIDISCIPLINARIDADE

O conceito de patrimônio cultural tem sido recentemente ampliado, sendo agregada ao conceito tradicional a patrimonialidade material e imaterial e pensadas a natureza e a diversidade como fatores preponderantes ao seu conteúdo. Tais fatores determinam uma ampliação na percepção do conceito que engloba as ciências humanas, já tradicionalmente inscritas em suas definições, mas também as exatas (patrimônio tecnológico e material) e as da saúde e biológicas (patrimônio genético). Sua ampliação leva a uma desconstrução e reconstrução dos parâmetros até então utilizados, pois são necessários novos olhares para o entendimento da abrangência. A necessidade de inclusão de aspectos que envolvam a identidade e identificação dos grupos sociais a que pertencem os elementos patrimoniais, torna-se necessário avaliar como a tradição, os costumes, as mudanças culturais interferem na percepção desses elementos e desenvolvem a memória e a história dos lugares a que pertencem, das comunidades que os delimitam e a sua identidade social. (Cagriota, 2009).

As diferentes relações estabelecidas com o tempo e com o espaço determinam as mudanças nas percepções entre as tradições e sua importância para a construção das diversas identidades – individuais e coletivas. Os novos modelos patrimoniais e culturais redefinem essas identidades e levam à identificação de elementos que tendem a contribuir para uma nova relação entre passado-presente-futuro, entre memória-história e entre indivíduo-coletividade.

A inclusão de parâmetros ‘novos’ ao conceito de patrimônio tem procurado aproximar ainda mais os temas correlacionados à condição dos elementos considerados essenciais à memória e à história de lugares e grupos sociais. As questões relacionadas à monumentalidade, à particularidade e à identidade têm sido redefinidas ou reconstruídas segundo o entendimento de diversos grupos envolvidos, direta e indiretamente, que se consideram responsáveis pela preservação e conservação de determinado patrimônio, mas principalmente por sua memória e identidade, seja individual ou coletiva. Com tais referências reconstruídas, as oportunidades para se discutir e incluir o patrimônio industrial dentre aqueles considerados como patrimônios culturais tem permitido amplas discussões.

Outra questão relativa ao patrimônio cultural e à construção de seu conceito refere-se

às relações estabelecidas com o contexto urbano, com a comunidade, ou seja, a sociedade em que se encontra inserido. A partir da dinâmica estabelecida para as relações sociais entre o contexto social e o contexto estrutural urbano que a compõe tem-se, em particular, a relação construída quanto ao entendimento do conceito dos monumentos que se fazem presentes e se descobrem na medida em que determinam uma relação de compreensão entre a formação da sociedade e o monumento. Essa necessidade de representatividade se faz segundo a relação de pertencimento e de identidade criadas.

Dessa forma Choay (2011) apresenta o conceito de patrimônio histórico o qual compreende

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (p. 11).

Na apresentação do conceito, Choay (2011) trata o patrimônio como algo representativo da comunidade em geral e que a ela se determina por uma relação de identidade e identificação. Dessa forma, os diversos sentidos dados ao patrimônio e sua diversidade de representações significa uma representação de certa hereditariedade social, ao mesmo tempo síncrona (a partir dos diversos significados que compreende segundo a memória e a história reveladas por ele) e assíncrona (pois se revela segunda as interpretações subsequentes determinadas pelo tempo futuro em relação aos significados e signos que toma ao longo do tempo). Assim, torna-se necessário diferenciar o patrimônio histórico, que se constrói a partir da identificação três grandes categorias – remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Posteriormente incluem-se as diversas formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados, suntuários e utilitários, também denominados de arquitetura menor, arquitetura vernacular e arquitetura industrial. (Choay, 2011).

Assim, percebe-se que os conceitos desenvolvidos para descrever patrimônio se ampliam, sendo agregados ao conceito tradicional e atrelados à patrimonialidade material e pensado a partir de sua natureza e diversidade. Além das novas formas de ‘pensar’ o patrimônio emergem também com maior intensidade o patrimônio imaterial e o patrimônio intangível.

Complementarmente, Argan (1992) apresenta tal mudança na interpretação do patrimônio em função de novas interpretações dos monumentos urbanos, principalmente no que se refere à transformação de uma anterior razão comemorativa e didática, para posteriormente, e na atualidade, passar a uma transformação social. A busca por uma representação da cultura de massa que se concilia com a historicidade torna-se diferenciada daquela anteriormente construída a partir de uma perspectiva ideológica a

partir de premissas anteriormente dadas.

A dinâmica proposta ao entendimento do conceito de monumento histórico recai então em sua constante mudança de perspectivas de interpretação, pois as mesmas ocorrem a partir do olhar e da percepção de indivíduos ou grupos acerca de seu significado ou sua significância. As diversas representações e interpretações dadas ao patrimônio se tornam resultado da história do lugar, da cultura do lugar e da memória do lugar. Para Argan (1992), a cristalização e a manifestações da história das cidades ocorre a partir das mudanças por elas sofridas e provocadas ao longo do tempo e cuja essência não compreende leis evolutivas, mas características antagônicas baseadas em tendências inovadoras e ao mesmo tempo conservadoras.

A contrapartida entre inovação e conservadorismo afeta a condição do patrimônio pois, em busca da modernidade, da inovação, do desenvolvimento e da “novidade”, muitas vezes se tem uma destruição construtiva e de modernização que, em nome do progresso técnico e social, da melhoria de condições de vida, da higienização e da qualidade de vida se determina a substituição de alguns elementos patrimoniais por outros edifícios ou equipamentos sociais que proporcionaram uma vida melhor. (Choay, 2011). Em favor de sua conservação e preservação, há vozes discordantes que diante das constantes ameaças, permitem desenvolver uma consciência quanto ao valor científico, estético, memorial, social e urbano dos diversos elementos que representam a sociedade moderna, e também a sociedade industrial avançada. Essa possibilidade de interpretação do patrimônio, a partir da sua capacidade de representar os mais diversos grupos, de recorrer à cultura de massa como identidade do “lugar do outro”, do “outro lugar” ou mesmo do “não-lugar”. A capacidade de interpretar o monumento segundo a informação por ele repassada ao outro, criando-lhe uma identificação e até mesmo uma identidade, determina uma transformação do próprio elemento e do espaço que ele ocupa e o circunda.

A transposição do monumento por vezes distorce e mesmo o destitui de seu significado de memória e história, sendo por vezes não reconhecido como monumento, por sua não-representação. Deve-se, portanto, questionar os reais valores e significados dos diversos monumentos históricos, sua representatividade social, cultural, histórica e de memória. Argan (1992) apresenta questionamentos acerca dos significados dados e concebidos aos novos espaços culturais cujo conjunto de informações e interpretações por vezes podem definir desde seu real valor histórico e de significação, ou mesmo sua banalização. O processo definidor de monumentalização do espaço ou dos elementos que o compõem deve procurar não perder de vista os signos e significados que esse tem para com aqueles que o percebem como referência de memória e de história. Ao mesmo tempo busca-se identificar as possíveis causas para um possível esvaziamento do significado cultural e mesmo identificar os motivos que levaram a tal situação.

As possíveis reflexões vindas a partir dos monumentos e dos monumentos históricos devem, de maneira geral, possibilitar uma autonomia disciplinar que permitir construir e

reconstruir significados que permitam definir uma dinâmica contínua a sua existência. Entretanto, Argan (1992) apresenta uma certa dificuldade na relação estabelecida entre o “antigo” e o “novo”, entre os elementos significantes do passado e os elementos do presente e do futuro. Assim, um entendimento dos monumentos e monumentos históricos como elementos carregados de signos e significados, muitas vezes se define pelos grupos e sociedades que os identifica e que lhes propõe uma forma de comunicação e integração com o passado, a partir da memória e da história. Ao mesmo tempo, os processos de comunicação definem uma fluidez e transitoriedade da sociedade contemporânea, em que as constantes e sequenciais mudanças em todos os processos moldam e definem uma cultura “nômade e camaleônica”. Tal dicotomia na interpretação dos monumentos leva a “um grande problema cultural da arquitetura moderna ... a reanimação dos centros históricos, que não se podem condenar a uma existência puramente de museu”. (Argan, 1992, p. 249).

Uma possível resposta a tal problema constitui na definição de um papel político e social do patrimônio cultural, que segundo Argan (1992) se define a partir da função do arquiteto (atualmente definida pelos responsáveis pelo patrimônio cultural, local ou nacional) em que se compreende a cidade como

[...] uma entidade histórica absolutamente unitária, e uma das grandes tarefas culturais... é resgatar as periferias de uma condição de inferioridade ou até mesmo de semicidadania. E isso só se pode conseguir estabelecendo em toda a cidade uma circulação cultural, uniforme que a torne, realmente, um sistema de informação. (p. 249-250).

A unicidade de reconhecimento dos monumentos passa pela construção de seus diferentes significados a partir das interpretações dos grupos que os percebem. Não se pode deixar de incluir quaisquer que sejam os grupos envolvidos no processo de construção de seu significado, mas deve-se fazê-lo segundo uma dinâmica de reconhecimento do mesmo a partir do momento atual vivido e do passado por ele significado a partir de reminiscências da memória e da história por ele representados.

2 | O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E A ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

As origens do conceito de patrimônio industrial remontam a meados do século XIX, quando se expande a revolução Industrial e se desenvolvem a partir do grande número de equipamentos e acessórios industriais que constituem a evolução de diversas áreas do conhecimento, dentre elas a hidráulica e a eletromecânica, bem como as áreas industriais como têxteis, metalurgia e siderurgia. Antes dos anos 50 do século XX, as referências à expressão vinculavam-se à necessidade de identificação, preservação e conservação do patrimônio industrial britânico a partir das estruturas, artefatos e lugares que poderiam identificar o passado econômico e as atividades sociais a ele relacionadas.

Para Palmer e Neaverson (1998), pode-se dizer que o campo se institucionaliza nos anos 50 do século XX, quando o termo arqueologia industrial foi popularizado por Michel Rix, apesar de suas origens se apresentarem ao final do século XIX. Dentre os precursores se tem o português Francisco de Sousa Viterbo que publicou em 1896 o artigo “Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos” e dos primeiros a utilizar a expressão “arqueologia industrial”, fazendo dela uma nova disciplina para pesquisadores e educadores em relação aos restos e remanescentes do passado das atividades industriais, memórias das pessoas, das técnicas e da tecnologia.

O termo foi aceito somente na década de 60 do século XX como aquela área específica de estudos em que não havia uma preocupação centrada no patrimônio material, mas, também, nas reminiscências das sociedades, levando-se em consideração os parâmetros sociais e culturais que definiam a sociedade industrial (Minchinton, 1983). O primeiro livro e o primeiro periódico foram publicados por Kenneth Hudson em 1963, nos quais ainda se cita a Mr. Donald Dudley, professor de latim da Universidade de Birmingham, que utilizava a expressão ‘arqueologia industrial’ em suas palestras (Hudson, 1965; Trinder, 1992).

Em 2003, através da Carta de Nizhny, o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) construiu conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial os quais abarcavam o seguinte conteúdo:

O **patrimônio industrial** compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refino, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A **arqueologia industrial** é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, os assentamentos humanos e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação e pesquisa mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial. (TICCIH, 2003)

Estes conceitos e demais princípios relacionados ao patrimônio industrial foram reafirmados na 17ª Assembleia Geral do ICOMOS (International Council of Monuments and Sites) em novembro de 2011, ao se estabelecer os Princípios de Dublin, que definem parâmetros para documentar e compreender as estruturas de patrimônio industrial, bem como os sítios, áreas e paisagens industriais, incluindo-se seus diversos valores.

Houve também a proposição em assegurar uma proteção eficaz e a conservação dos elementos de patrimônio industrial, sua conservação e manutenção; e apresentar e

comunicar as dimensões e valores patrimoniais das estruturas industriais e seu entorno com o propósito de incentivar e fomentar a consciência pública e corporativa para apoio, formação profissional e pesquisa próprios à preservação do patrimônio industrial.

Pode-se afirmar que o patrimônio industrial possui características peculiares que lhe garantem certa particularidade quando destacado em relação ao patrimônio cultural. A natureza e a escala diferenciadas determinam uma maneira única ao se tratar sua definição e sua identificação e identidade. A classificação de edifícios ou aspectos arquitetônicos não permite abarcar as infinitas possibilidades de identificação do patrimônio industrial, uma vez que se pode considerar que todo o território de influência das organizações – sejam industriais, comerciais ou de serviços, sejam urbanas ou rurais – possui formas de expressão materiais e imateriais que remetem ao patrimônio industrial. Assim, devem ser consideradas as formas de expressão imateriais, como o *savoir-faire*, a evolução da técnica e da tecnologia que se baseiam em conhecimentos e se apresentam expressas de maneira não-material. (Choay, 2001).

Dentre as diversas possibilidades de patrimonialização dos elementos industriais tem-se múltiplas possibilidades para a sua valorização, desde a revitalização de edifícios industriais, ao reuso de ambientes e paisagens industriais e a utilização de elementos expositivos em ambientes abertos ou áreas externas. Entretanto, para estes últimos deve-se observar a necessidade de um plano de conservação e restauração que procure a valorização e preservação desses elementos o que torna necessária a busca por um conjunto de ações e estratégias preocupadas com os agentes de deterioração e, principalmente vinculadas às políticas e estratégias de reconhecimento de possibilidades de expressão do patrimônio industrial e cultural. Deve-se observar a existência de exemplos diversos de recuperação e preservação da história industrial e cultural os quais apresentam como possibilidade o (re)conhecimento de uma época vivida e de seu entorno, além das mudanças sociais e econômicas ocorridas, a evolução das sociedades e demais transformações sociais, expectativas e limitações da sociedade contemporânea.

3 | A TEORIA DA RESTAURAÇÃO E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Os conceitos derivados da restauração e da conservação se determinam segundo os processos a serem desenvolvidos a partir do conjunto de decisões e procedimentos empregados em um objeto artístico ou monumento para devolver, de maneira integrada, a integridade estrutural e estética a tal bem cultural. As intervenções realizadas se baseiam na identificação dos processos de deterioração sofridos ao longo do tempo, sejam eles danos naturais, em virtude da ação do tempo e elementos da natureza ou sofridos, sejam por acidente, mau uso, condições de guarda, vandalismo, dentre outros.

A diferenciação entre os conceitos de restauração, conservação e conservação preventiva colocada pela Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores –

ABRACOR tem por definições as adotadas pelos membros do ICOM-CC (International Council of Museums – Committee for Conservation) durante a XVª. Conferência Triannual, em Nova Delhi, em 2008.

[...] **Conservação** – todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações atuais e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão.

Conservação preventiva – todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizadas no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Estas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.

Conservação curativa – todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. Estas ações somente se fazem quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiantada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de tal forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens.

Restauração – todas aquelas ações aplicadas de maneira direta a um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem perdeu uma parte de seu significado ou função através de alterações passadas. Baseia-se no respeito ao material original. Na maioria dos casos, estas ações modificam o aspecto do bem (ABRACOR, 2010, p. 1-2)

Assim, dentre as possibilidades apresentadas e dentre os teóricos da restauração pode-se aplicar aos elementos de patrimônio industrial, em particular ou de maneira mais generalizada, as ideias colocadas por Kühn (2008), quando realizadas referências às questões de abrangência dos trabalhos de Camillo Boito a partir das formulações de John Ruskin e William Morris. Dentre as questões abordadas, tem-se que a conservação e restauração do objetivo deve estar alicerçada em *“um grande respeito pela matéria original, pelas marcas da passagem do tempo na obra, aconselhando manutenções periódicas, mas admitindo a possibilidade de ‘morte’ de uma dada edificação”* (Kühn, p. 17, 2008).

A possível lógica de conservação, ou não, do monumento ou da obra de arte, segue, segundo Boito uma possibilidade denominada “lógica impiedosa” que consiste no fato de não-intervir, ou seja, sob a impossibilidade de conservar o objeto em suas características e funções, resta ao conservador-restaurador buscar preservá-lo segundo sua memória e sua história. A inevitabilidade de destruição ou deterioração contínua, como ocorrida em

obras ao ar livre, a ‘morte natural’ ou degradação natural deve ser preservada. Entenda-se por degradação a *“mudança do estado material em comparação com seu estado original, esta perda implica a alteração dos atributos de valor, estéticos, científicos, históricos e simbólicos, para além da perda dos atributos materiais”* (Souza e Froner, p. 10, 2008).

Tem-se ainda, segundo Riegl (2013), que as obras de arte têm em si mesmas os significados da passagem do tempo e suas implicações não somente em relação às concepções de evolução artística e tecnológica, quanto às técnicas e materiais aplicados. A importância histórica abrange a noção de evolução que compreende uma sequência de acontecimentos em que se busca conservar testemunhos de saberes e objetos, direta ou indiretamente, sequenciados cronologicamente os quais testemunham o desenvolvimento das atividades humanas. Ao relacionar as questões históricas às obras de arte o contexto representativo da evolução histórica apresenta-se como parte de uma totalidade dos diversos ramos do conhecimento, o que também ocorre aos elementos artísticos, em particular. Considera-se ainda que ao se retratar o elemento histórico apenas parcialmente, tem-se um conjunto de elementos os quais deveriam trazer uma representatividade do todo, mesmo de maneira minoritária quanto à quantidade de exemplares existentes no passado. Riegl (2013) considera ainda que esse conjunto se trata

[...] de elementos tão pouco significativos que, em milhares de casos semelhantes, os abandonamos sem lhes prestarmos qualquer atenção, dado que possuímos em número suficiente outros monumentos que nos comunicam de modo mais pormenorizado mais ou menos o mesmo. Mas, se o referido recorte fosse o único testemunho conservado da criação artística do seu tempo, teríamos de o considerar, apesar da sua pobreza, como um monumento artístico indispensável.

O elemento artístico que nele encontramos, porém, interessa-nos, em primeiro lugar, somente de um ponto de vista histórico: o monumento surge-nos como um elo indispensável na cadeia evolutiva da história da arte” (p. 11)

As relações estabelecidas entre o contexto histórico e artístico referem-se, de maneira objetiva, às interpretações estéticas e de intencionalidade artística. As referências desenvolvidas segundo materiais e técnicas adotadas para a obra de arte se somam às referências ao passado e à memória de referência quanto à concepção. Dessa maneira, tem-se definidos por Riegl (2013) os conceitos de valores relativos aos monumentos que estão apresentados no quadro 1 a seguir.

Valor	Conceitos
1. Valor de memória	relaciona o passado-presente histórico e evolutivo de técnicas e elementos artísticos.
a. Valor de antiguidade	compreende a percepção de uma continuidade histórica e temporal sobre o monumento a partir de sua ação sobre o conteúdo e verificação dos efeitos sobre suas partes (função cronológica).
b. Valor histórico	representa as características percebidas no momento da ação humana para a sua criação, segundo a evolução de técnicas e materiais a ele associadas (função histórico-evolutiva).
c. Valor de memória intencional	busca tornar presente, a memória e temporalidade de um momento histórico-evolutivo passado (função histórico-“presentificada”)
2. Valor de atualidade	relaciona o presente-futuro das técnicas e elementos artísticos.
a. Valor de uso	relação do objeto / monumento em si a sua função, utilidade e objetivo diante do contexto em que se encontra (função formal)
b. Valor artístico	compõe-se da materialidade e funcionalidade do objeto / monumento.
b.1. Valor de novidade	estabelece-se a partir de características estabelecidas segundo o conceito de ineditismo estético-material-funcional. (função integridade-completude-unidade)
b.2. Valor artístico relativo	relaciona os materiais e técnicas empregados no monumento, a concepção estética-formal e a memória histórica nele contidas (função objetiva-subjetiva).

Quadro 1 – Valores Relativos aos Monumentos

Fonte: Adaptado de Riegl (2013)

Dessa maneira, tem-se aplicada a teoria do restauro ao patrimônio industrial aos equipamentos e máquinas, os quais têm, por natureza, uma função produtiva, que dever ser preservada, seu uso e função produtivos a fim de que possam ser identificadas as referências do tempo ao seu uso e as atividades produtivas que o definem. Complementarmente, a partir dos princípios apresentados por Boito (2008), uma comparação às possíveis posturas e ações a serem observadas na intervenção de objetos de arte ou monumentos históricos. Tais parâmetros podem ser observados em relação aos princípios a serem adotados na intervenção de monumentos ou objetos que estejam vinculados à história social e econômica do lugar, como aqueles que se encontram ao ar livre. Tem-se ainda que a relação existente entre o profissional e a obra a ser restaurada encontra-se além das funções profissionais ou históricas.

O fato de entender a obra em sua plenitude e extrapolar o campo da atividade de restauração tornam-se elementos essenciais para se compreender o objeto e nele intervir, ou seja, “para bem restaurar é necessário amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício, sobre o qual se trabalha, e do mesmo modo para a arte antiga em

geral". (Boito, p. 31, 2008). As relações observadas em decorrência dos princípios estão colocadas no quadro 2 a seguir:

Princípio	Aplicação
1. Ênfase no valor documental	A possibilidade de se intervir de maneira curativa permite desenvolver a expressão consolidar a reparar, reparar a restaurar.
2. Evitar acréscimos e renovações	A observância do estado atual e da ação do tempo em decorrência dos tempos de uso e tempo de exposição.
3. Complementos de partes deterioradas ou faltantes	Se necessários, diferenciados aos elementos originais e realizados de maneira simplificada.
4. Obras de consolidação	Limitadas ao estritamente necessário com a finalidade de evitar a perda de elementos característicos ou pitorescos.
5. Respeitar as várias fases do monumento	Evitar, o quanto possível, a remoção de elementos e realizá-las somente quando necessárias, respeitada a integridade do objeto.
6. Registro das obras	Documentação das diversas etapas de intervenção, com detalhamento das ações, intenções e suas justificativas.
7. Identificação (lápide)	Apontar a temporalidade das intervenções realizadas.

Quadro 2 – Princípios Fundamentais da Restauração – Camillo Boito

Fonte: Adaptado de Kühn, p. 21-2, 2008.

Deve-se observar, assim, a necessidade de uma atividade baseada em teorias de documentação e metodologia, aliada às conotações de elementos culturais e de memória a fim de que se possa desenvolver uma ação restauradora que preserve tanto as características intrínsecas ao objeto como as extrínsecas a ele incorporadas pela temporalidade.

Dessa maneira, os princípios apresentados por Boito colaboram para a consolidação do campo e determinam, de certa maneira, os princípios da Carta de Veneza, de 1964, que considera a ação do campo da restauração embasada no caráter cultural dos objetos e das obras de arte e da relação existente entre os campos estético e histórico. Tem-se ainda, no contexto dos valores temporais e nos valores definidos como de antiguidade a busca por um equilíbrio entre as intervenções e a memória naturalmente apresentada pelo objeto da passagem do tempo. Para Riegl (2013)

Do ponto de vista do valor de antiguidade, só se deve evitar incondicionalmente uma coisa, a saber, a intervenção arbitrária da mão humana naquilo que se tornou um monumento estabilizado; não pode sofrer nem aumento nem diminuição, nem uma reposição do que foi dissolvido no decurso do tempo pelas forças naturais nem uma subtração do que de igual modo se acrescentou ao monumento, de tudo o que desfigura a sua forma original e

coesa. A pura impressão redentora do perecer natural e regular não pode ser perturbada mediante o acréscimo arbitrariamente enxertado de algo acabado de produzir. (p. 30-1).

Nessa perspectiva pretende-se entender o campo da conservação-restauração como ponto de partida para uma reflexão acerca dos objetos considerados patrimônio cultural, dentre eles aqueles relacionados ao patrimônio industrial e especificamente o objeto de estudo, segundo uma perspectiva histórica e da construção do campo do saber.

Complementarmente tem-se o foco em questões que envolvem o patrimônio cultural industrial, uma vez que uma parte da representatividade da memória e da história cultural e social se encontra inserida em uma ideia de evolução do conceito e conseqüentemente sua ampliação a objetos industriais e elementos da cultura material e imaterial relacionados ao mundo do trabalho que estão considerados como patrimônio cultural.

Essa interpretação do conceito de patrimônio cultural e de patrimônio industrial tem sido considerada nas propostas de legislação e documentação existentes no campo da conservação-restauração, como por exemplo as Cartas Patrimoniais e as propostas de preservação e valorização do patrimônio cultural de diversos órgãos internacionais, como UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), ICOMOS, ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*) e ICOM (*International Council of Museums*) e nacionais – IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) e IEPHA-MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de *Minas Gerais*) – dentre outros.

4 | AS CARTAS PATRIMONIAIS E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

O TICCIH (2003) apresenta como recomendação os seguintes pontos como essenciais ao desenvolvimento da arqueologia industrial:

[...] promover a cooperação internacional na preservação, a conservação, a investigação, a documentação, a investigação e a apresentação de nossa herança industrial, e promover a educação nestas matérias. Isso inclui os restos físicos do passado industrial, tal como paisagens, de lugares, de estruturas, da planta, do equipamento, dos produtos e de outros acessórios e complementos, como sua documentação, consistindo no material verbal e gráfico, e os expedientes das memórias e das opiniões dos homens e das mulheres que estejam implicados. (TICCIH, 2003).

Nesse contexto, percebe-se que os elementos apresentados como foco da promoção da arqueologia industrial e do patrimônio industrial compreendem tanto elementos materiais como imateriais, tanto elementos móveis, como imóveis. Ao tomar por referência o patrimônio arqueológico pode-se considerar as relações com os princípios apresentados na Carta de Atenas ao observar, segundo FRONER (2001), “a proteção de sítios históricos e monumentos [...] acentuar questões da restauração como fator primordial à preservação [...] mencionar as atividades arqueológicas como integradas ao processo de preservação”

(p. 208). Essas questões estão também pontudas, para o caso específico da arqueologia industrial na carta de Nizhny Tagil quando recomenda:

A investigação arqueológica de espaços industriais históricos constitui uma técnica fundamental para o seu estudo. Ela deve ser realizada com o mesmo rigor científico e metodológico aplicados em outros períodos históricos ou culturais. (Item 3, § IV) (TICCIH, 2003).

Os sítios ameaçados deverão ser identificados para que possam ser tomadas as medidas apropriadas para reduzir esse risco e facilitar eventuais projetos de restauro e de reutilização (item 3, § VII) (p. 5) (TICCIH, 2003).

Compreende ainda uma preocupação quanto à necessidade de integração profissional de maneira internacional com a finalidade de proporcionar a conservação dos sítios.

A cooperação internacional constitui uma perspectiva particularmente apropriada para a conservação do patrimônio industrial, através de iniciativas coordenadas e compartilhamento de recursos. Deverão ser elaborados critérios compatíveis para relacionar inventários e bases de dados internacionais. (Carta de Nizhny Tagil, item 3, § 10, p. 5)

Assim, uma preocupação com o intercâmbio internacional tem relação com o documento de 1956, a *Recommendation on International Principles Applicable to Archaeological Excavations*, citada por Froner (2001), que considera

a importância da preservação de monumentos e vestígios do passado; convencidos de que esses estudos promovem o entendimento entre as nações; considerando que os governos de cada país devem ser orientados por certos princípios já comprovados e que a partir da regulamentação das escavações de acordo com a jurisdição própria, os princípios básicos soberania podem conviver harmonicamente com a liberdade de entendimento e o livre intercâmbio internacional". (p. 209).

Dessa maneira, percebe-se uma preocupação com o estabelecimento de relações entre Estados determinada a preservar uma documentação e a conservar elementos materiais de um passado industrial que compõem uma importante parte para construção de uma teoria e prática da arqueologia industrial cuja preocupação central conforma-se à busca das relações sócio-histórico-econômicas. (Bouchenaki, 1999).

Torró (1994) propõe um modelo de preservação e conservação do patrimônio industrial que haja uma inter-relação entre as diversas ciências envolvidas com foco nos processos industriais que se compõem de estudos arqueológicos, documentais ou de diferentes formas de uso de “vestígios” materiais para fins culturais, como por exemplo, aqueles utilizados inclusive como fonte histórica. A Carta de Veneza, de 1964, apresenta uma relação na qual os “*aspectos arquitetônicos dos monumentos parecem ser mais relevantes do que as questões arqueológicas*”. (Froner, 2001, p. 211). Diferentemente, a

preocupação arqueológica na Carta de Nizhny Tagil tem igualmente uma preocupação com os elementos formais arquitetônicos, sua preservação e conservação ao definir que:

[...] Os critérios de avaliação de edifícios industriais deverão ser definidos e publicados para que o público possa tomar conhecimento de normas racionais e coerentes. Com base numa investigação apropriada, estes critérios deverão ser utilizados para identificar as mais significativas paisagens, complexos industriais, sítios, tipologias de implantação, edifícios, estruturas, máquinas e processos industriais. (item 3, §6, p. 5) (TICCIH, 2003).

Um elemento de interesse ao patrimônio industrial que tem por origem a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972), considera, segundo FRONER (2001, p. 211), “os elementos ou estruturas de caráter arqueológico, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”. Analogamente, a Carta de Nizhny Tagil considera que elementos do patrimônio industrial podem ser identificados como

[...] testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões para proteger o patrimônio industrial se baseiam no valor universal daquele testemunho, mais que na singularidade de quaisquer sítios excepcionais. (item 2, § 1, p. 3) (TICCIH, 2003).

Observa-se, então, uma característica ímpar da arqueologia industrial a qual apresenta como elementos patrimoniais, os centros fabris e seus entornos, além das diversas formas de produção organizacional e sistemas de trabalho a elas relacionados. Colabora, assim a um entendimento dos processos industriais e suas implicações em relação à vida do homem cujos elementos de análise estão também colocados na Carta de Nizhny Tagil:

O patrimônio industrial reveste-se de um valor social como parte do registro de vida de homens e mulheres comuns e, como tal, proporciona-lhes um importante sentimento de identidade. Na história da indústria, da engenharia e da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, podendo também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura, do seu design ou da sua concepção. (Item 2, § 2, p. 3-4) (TICCIH, 2003).

Complementarmente aos parâmetros até então desenvolvidos, tem-se as preocupações com a formação profissional e a ética para os processos de escavação na carta do ICOMOS, “*Gerenciamento e Proteção do Patrimônio Arqueológico*”, de 1990, em que se observa, segundo Froner (2001, p. 213), “*a importância das investigações não apenas pelas descobertas em si, mas também pelas pistas e pela luz que lançam sobre as teorias e as linhas de pesquisas concernentes àquele objeto de estudo*”.

As idéias propostas na Carta de Nizhny Tagil, apresentadas por Bergeron (2002), propõem estudos de arqueologia e patrimônio industrial como fonte de contribuição em que o papel do profissional de arqueologia encontra-se complementado ao daquele

desenvolvidos por outras ciências humanas e sociais cuja análise dos pesquisadores permitem a observação de um contexto global de seu objeto de estudo.

A característica da interdisciplinaridade compreende uma variação da percepção do patrimônio arqueológico, sob a perspectiva da arqueologia industrial em que o desenvolvimento de um trabalho, como observado por Froner (2001, p. 220), está *“além das técnicas ou dos profissionais envolvidos; está circunscrito na esfera da percepção, das escolhas, da filosofia de ação e das justificativas relacionadas tanto à validade das pesquisas, quanto à integridade dos resultados ou o uso dos mesmos”*.

Ao se recorrer às técnicas de investigação e à curiosidade investigativa com a finalidade de permitir uma absorção de conhecimentos próprios de geógrafos, arquitetos ou historiadores, além daqueles próprios aos profissionais da conservação e restauração, e de gestores e economistas que utilizam a documentação e os “vestígios materiais” para a restauração/reestruturação de processos que compõem não somente a história das organizações, mas da própria sociedade em que estão inseridas. Ainda assim, se deve recorrer a outros profissionais, como etnólogos e sociólogos para buscar reconstruir as relações laborais e sociais dos processos industriais e seu entorno, além das relações sociais estabelecidas nos lugares de trabalho.

5 I REFLEXÕES: O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, A CONSERVAÇÃO E A RESTAURAÇÃO

Os campos da conservação e restauração compreendem diferenciados elementos patrimoniais que caracterizam múltiplas possibilidades de valorização e permitem um amplo leque de considerações que enquadram desde aspectos artístico-culturais à instrumentação, à tecnologia e equipamentos industriais. Para Froner (2001) a valorização dos objetos/bens/artefatos se faz a partir de uma dupla percepção que se tem.

[...] um elemento a ser preservado quando lhe é imputado um valor histórico, artístico e cultural. Assim, a noção de objeto permeia duas possibilidades de significados na rede das trocas simbólicas: o valor é dado em função da luz que ele traz ao conhecimento e é inerente à sua condição estética, fazendo com que os parâmetros oscilem entre esses polos. (p. 241).

A partir dessa interpretação, pode-se inferir igualmente em uma necessidade de multidisciplinaridade profissional quando se trata de exemplares do patrimônio industrial: aqueles que são demandados por sua qualificação diretamente relacionada a fatores de desenvolvimento tecnológico e das técnicas aplicadas à funcionalidade; e aqueles tem como áreas de conhecimento aquelas relacionadas à estética cultural e patrimonial, profissionais da museológica, da conservação e da restauração vinculados aos aspectos de sua preservação. Tem-se ainda outros profissionais demandados que se vinculam à revitalização de áreas industriais ou paisagens industriais cuja área de conhecimento se

relaciona a aspectos da memória e da história socioeconômica (por exemplo, historiadores, sociólogos), bem como em elementos da identidade pessoal e social (antropólogos, arqueólogos) a partir dos vínculos entre homem-trabalho e empresa-sociedade.

Deve-se ressaltar, também, que a participação e o envolvimento da sociedade revelam e sintetizam uma importância vital que tem por princípio a formação de conceitos de preservação e conservação de patrimônio que determinam uma inter-relação de identidade e identificação cultural e social de indivíduos e grupos, das organizações e seu entorno. O patrimônio industrial permite a construção de interpretações à memória e história sociais em que se percebe a importância e a relevância da história organizacional e empresarial e suas influências na vida social, cultural, político e econômica. Uma adequada “síntese organizacional”, pluralista e complexa a partir do ponto de vista que permite uma percepção diferenciada de como se pode descrever e perpetuar histórias organizacionais. Assim, ao se avaliar as diversas formas de expressão do patrimônio industrial deve-se considerar a existência de um grupo de instrumentos que garantam a expansão de sua aplicabilidade – sejam atuações particulares ou coletivas, iniciativas privadas ou estatais – e que permitam vislumbrar a agregação da visão de cultura, memória e história a um patrimônio alicerçado na ciência e na tecnologia. (Bruno, 1997).

O patrimônio cultural possui uma complexidade e multiplicidade de formas de expressão em que devem ser considerados diversos contextos, como por exemplo os objetos industriais incorporados ao patrimônio cultural e histórico, em ambientes urbanos, rurais e complexos naturais. Assim, a discussão quanto à identidade e identificação desses objetos como elementos patrimoniais passa pelas políticas de gestão e reconhecimento do patrimônio. O desenvolvimento de instrumentos e ações de conservação e restauração que abarquem a multiplicidade de formas de expressão do patrimônio propicia sua identificação e determina sua inclusão. Para além dos documentos, cartas e demais instrumentos discutidos no trabalho, tem-se ainda a possibilidades de interpretações de outros instrumentos e documentos que tratam da preservação e conservação do patrimônio cultural os quais podem ser traduzidos e adaptados ao patrimônio cultural industrial.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio. **Arquitetura e cultura**. História da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, p. 243-250, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES (ABRACOR). **Boletim Eletrônico da ABRACOR**, n. 1, p. 1-2, jun. 2010.

BERGERON, Louis. El Patrimonio industrial, ¿Qué hacer? In ÁLVAREZ ARECES, Miguel Ángel. (coord.) **Patrimonio industrial**: Lugares de la memoria: proyectos de reutilización en industrias culturales, turismo y museos. 1ª. ed. Gijón: INCUNA, 2002, p.11-16.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Coleção Artes & Ofícios. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.

BOUCHENAKI, Mounir. International conservation organizations. **The GCI Newsletter**, v. 14, n. 1, Spring 1999, s.p. Disponível em: http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/14_3/feature1_8.html. Acesso em 20 mar. 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. **Cadernos de Sociomuseologia**, vol. 10, n° 10, 1997.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. São Paulo: Fino Traço, 2011.

FRONER, Yacy-Ara. Bens Culturais Móveis. In: **Os domínios da memória**: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos *campi* da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação. 2001. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 205-20; 238-50; 283-93.

HUDSON, Kenneth. **Industrial Archaeology**. London: Methuen; University Paperbacks, 1965.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. IN: BOITO, Camillo. **Os restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Cotia: Ateliê Editorial, pp. 9-28, 2008.

MINCHINTON, Walter. World Industrial Archaeology: A Survey. IN: **World Archaeology**, out 1983, vol. 15, nº 2, p. 125-136.

PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter. **Industrial archaeology**: principles and practice. Londres: Routledge, 1998.

RIEGL, Alois. 2006. **O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos**. Coleção Arte & Comunicação. Lisboa: Edições 70, 2013.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; FRONER, Yacy-Ara. **Reconhecimento de materiais que compõem acervos**. (Tópicos em conservação preventiva; 4). Belo Horizonte: LACICOR/EBA/UFMG, 2008.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. **Charters**, 2003. Disponível em: <ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2014.

TORRÓ, Josep. Arqueología, trabajo e capital. Algunas consideraciones a propósito do II Congrès d'Arqueología Industrial do País Valencià. **Revista Sociología del Trabajo**. n. 22, p. 47-62, 1994.

TRINDER, B. **The Blackwell Encyclopaedia of industrial archaeology**. Londres: Blackwell, 1992.

VILA ECONOMIZADORA: A MEMÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES

Data de aceite: 01/10/2020

Data da submissão: 31/07/2020

Giovanna Lopes Barbosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus São Paulo.
Discente Graduação Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/6994162305793529>

Izamara Macedo Oliveira

Universidade Nove de Julho- Uninove.
Graduação Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/5773905797397965>

Marina Marques da Silva

Universidade Nove de Julho- Uninove.
Graduação Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/5029285411705946>

Thais Cristina Silva de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus São Paulo.
Docente Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/5673282456303415>

RESUMO: A pesquisa busca apresentar a história e a atual realidade da Vila Economizadora, idealizada no início do século XX, no bairro da Luz, na cidade de São Paulo, que ainda guarda resquícios da época da qual foi construída. O objetivo desta pesquisa é resgatar, estudar e compreender a história da vila em seus diversos

contextos e preservar a memória das pessoas que fizeram e ainda fazem parte da história da Vila Economizadora, principalmente os imigrantes que compõem grande parte dos antigos e novos moradores. A Vila Economizadora ilustra e registra a construção das primeiras casas populares paulistanas e o início da fase de industrialização de São Paulo, tornando-se memória viva da história da formação da cidade, entretanto, não se engaja com o ambiente em que está inserido. A Vila Economizadora é tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico - Condephaat desde 1980, e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – Conpresp desde 1991.

PALAVRAS-CHAVE: Vila Economizadora; Imigrantes; Vilas Operárias.

VILA ECONOMIZADORA: MEMORY AND TRANSFORMATIONS

ABSTRACT: The research seeks to present the history and current reality of Vila Economizadora, idealized at the beginning of the 20th century, in the district of Luz, in the city of São Paulo, which still has traces of the time from which it was built. The objective of this research is to rescue, study and understand the history of the village in its various contexts and preserve the memory of the people who were and still are part of the history of Vila Economizadora, especially the immigrants who make up a large part of the old and new residents. Vila Economizadora illustrates and records the construction of the first popular houses in São Paulo and the beginning

of the industrialization phase in São Paulo, becoming a living memory of the history of the city's formation, however, it does not engage with the environment in which it is inserted. Vila Economizadora has been listed by the Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico - Condephaat since 1980, and by the Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - Conpresp since 1991.

KEYWORDS: Vila Economizadora; Immigrants; Worker Villages.

INTRODUÇÃO

O artigo apresentado faz parte de uma iniciação científica, realizada por mais de um ano, que buscou estudar a Vila Economizadora e seus moradores. Esta, assim como outras pesquisas, sobre a memória, a história e o patrimônio, fazem parte do Núcleo de Estudos de Patrimônio Imaterial e Material (NEPIM).

A Vila Economizadora ilustra e registra a construção das primeiras casas populares paulistas e o início da fase de industrialização de São Paulo, tornando-se memória viva da história da formação da cidade.

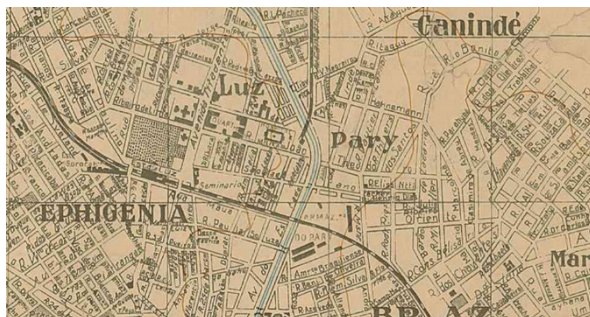


Fig. 1 – Área da região da Vila Economizadora

Fonte: Arquivo Histórico Municipal - AHM Washington Luís

A vila ainda guarda a memória das histórias dos antigos moradores italianos, entretanto hoje apresenta seus novos imigrantes: bolivianos, paraguaios e chineses, que circulam na vila no entra e sai das casas.

Localizada entre a feira da madrugada e próxima a zona cerealista, é vizinha de uma das principais avenidas do setor comercial da cidade, confrontante da av. do Estado, a Rua São Caetano e a Rua Cantareira, as casas da vila ainda se dividem entre residenciais e comerciais.

Hoje as casas da vila apresentam sinais de vandalismo, falta de manutenção e patologias adquiridas no decorrer dos anos.

A ausência de elementos que nos chamem para conhecer e admirar, pode ser uma

explicação e um caminho para a revitalização da vila.

Nossa admiração pela história e a memória da vila, este artigo tem como objetivo um ponto de reflexão, entender sobre os primeiros moradores, as suas transformações, os novos moradores e como podemos salvaguardar esta vila remanescente na região central de São Paulo.

HISTÓRICO DA VILA

No início do século XX, a produção rentista e a construção de vilas particulares, passaram a ser um investimento para grandes construtoras e sociedades mutuárias. A oferta de imóveis na cidade era inferior à demanda existente nesse período, esse déficit habitacional gerou um aumento no valor dos aluguéis e tornou a modalidade de investimento imobiliário, tanto formal quanto informal, atraente à iniciativa privada, em vista que não existia na época uma política habitacional do governo. Parte dessa iniciativa privada se tratava das elites cafejeiras que passaram a diversificar seus investimentos e os investidores com maior capital investiam no centro da cidade.

O Estado passou a beneficiar empresas que construam habitação por meio de concessões de isenção de taxas urbanas e impostos sobre materiais de construção ou cedendo terrenos públicos para a construção das novas moradias. Entre essas empresas se encontram as Companhias “mutualistas”, empresas que possuem capital aberto e reúnem acionistas com a finalidade de investir na construção de casas para aluguel.

As tipologias das vilas mais frequentes na cidade de São Paulo são os sobrados e casas térreas, com paredes comuns, geminadas, com planos contínuos de telhados e sem recuos. Essas vilas configuram-se no aproveitamento dos terrenos, e a utilização dos miolos de quadra e áreas alagadiças em várzeas de rio, onde a terra era mais barata. No caso de São Paulo os terrenos aproveitados eram em sua grande maioria nas várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí.

A Vila Economizadora foi idealizada e construída entre os anos de 1908 e 1915 pela Sociedade Mútua Economizadora Paulista e pelo Empreiteiro Antônio Bocchini, e o projeto, que foi assinado pelo arquiteto Giuseppe Sacchetti. A Economizadora foi fundada pelo médico Cláudio de Souza, era composta por representantes da elite paulistana como o Barão de Duprat e Ignácio Penteado. Mais duas vilas foram construídas pela Sociedade Mútua Economizadora, uma no bairro do Cambuci e outra em Perdizes, ambas foram demolidas.

O projeto da Vila Economizadora não estava vinculado a nenhuma fábrica específica, como era comum na cidade de São Paulo, um exemplo existente é a Vila Maria Zélia, no bairro do Belém.



Fig. 2 – Propaganda da Vila Economizadora

Fonte: Toledo, 1986

As casas foram alugadas, a preços baixos, principalmente a imigrantes italianos recém-chegados, e em 1935, João Ugliengo, presidente do Moinho Santista, comprou a vila que segundo as matrículas e títulos das propriedades, documentos obtidos no 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, as informações quanto aos moradores perfazem um importante histórico da vila. João Ugliengo, comendador, brasileiro passou a Vila Economizadora, por doação a Nerina Ugliengo Gerodetti, brasileira, do lar, casada com Franco Gerodetti, italiano, industrial e para Adelfa Ugliengo Rivetti, brasileira, do lar, com separação de bens com Cesare Rivetti, italiano, industrial. Isso elucida que a os moradores e proprietários da vila em sua maioria eram brasileiros e imigrantes italianos. Nas décadas seguintes, algumas casas foram sendo adquiridas por novos moradores, brasileiros e seus descendentes.

Tombada pelo patrimônio histórico no âmbito estadual pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) em 1980, na resolução nº 36, de 27/09/1980, e municipal o Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) em 1991 na resolução nº 5/91, a Vila Economizadora originalmente possuía 147 edificações, sendo 127 residenciais e 20 comerciais com área útil interna entre 84m² à 98m². Após a retificação da Avenida Tamanduatehy, atual Av. do Estado, 12 residências foram desapropriadas e demolidas pela Prefeitura. Ao todo, a vila ainda apresenta oito tipologias diferentes entre residências e lojas comerciais, e encontra-se parcialmente preservada.

Composta de imóveis térreos, as casas da vila apresentavam, sem exceções, porão, pé direito alto, paredes em alvenaria e cobertura de cerâmica, forros de madeira e instalações

sanitárias externas, padrões previstos no Código Sanitário e diretrizes municipais da época. Além disso, as construções seguem determinados padrões: as coberturas – telhados - são feitas de telhas de barro do tipo francesas e as fachadas são compostas por elementos decorativos em argamassa ou estuque, como cercaduras, guarda-pó, frisos e barras horizontais e verticais – que também estão presentes nas portas e janelas. A pintura das casas também segue um critério - as paredes são pintadas de camurça, enquanto janelas e portas são marrom-avermelhadas. Os ornamentos e molduras das janelas apresentam cor branca, enquanto o barrado inferior da residência é cinza.

A Vila Economizadora localiza-se no distrito da Luz, é delimitada pelas ruas São Caetano que possui lojas especializadas em vestidos e acessórios para noivas, Rua da Cantareira que possui intenso tráfego de caminhões em direção à zona cerealista, os trilhos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e a Avenida do Estado que apresenta intenso fluxo de caminhões, além do rio Tamanduateí, cujas águas apresentam-se visivelmente contaminadas e exalam um forte odor. Hoje, com o vandalismo, a poluição e sujeira, as fachadas das casas que confrontam com a Avenida do Estado possuem um aspecto mais deteriorado em relação as outras residências. A vila ainda possui parte das suas casas íntegras com fachadas preservadas e poucas alterações de esquadrias. Segundo o nosso levantamento aproximadamente 30% da vila tem alterações na sua volumetria e fachada. Entretanto, não conseguimos avaliar se as casas sofreram alterações internas, mas ao longo das visitas decorrentes dos anos (2018/19), foi possível verificar caçambas em frente de algumas casas e volumes de areia nas calçadas, sem a identificação de placas de arquitetos ou responsáveis pelas obras e intervenções.

Nossa preocupação ao futuro da vila, é sobre as pequenas transformações que os moradores estão efetuando em suas casas e a falta de conscientização da educação patrimonial.

OS IMIGRANTES

Antigos imigrantes

A construção da Vila Economizadora, não à toa, aconteceu em um momento de grande industrialização em todo o país e principalmente na cidade de São Paulo. Esse crescimento na indústria gerou uma demanda por mão de obra maior do que a cidade possuía o que resultou em um processo imigratório grande para a cidade a fim de suprir as necessidades do mercado por mão de obra ao mesmo tempo que os imigrantes, vindos principalmente de países europeus em busca de emprego, supriam suas necessidades por trabalho. Segundo a Prefeitura da cidade de São Paulo, a população da cidade cresceu 186% de 1886 a 1896; 40% de 1896 a 1906 e 100% de 1906 a 1916, e os números continuaram aumentando ao logo dos anos.

Com a maior demanda por mão de obra e a expansão da classe trabalhadora, a demanda por moradia aumentou rapidamente e a cidade não estava preparada para comportar um número de pessoas tão alto, e também não possuía habitação para todos na época. Até o final do século XIX, a classe trabalhadora da cidade encontrava espaço para morar os cortiços que eram basicamente uma área comum de cozinha, lavanderia e banheiro compartilhados e um corredor de quartos individuais para cada morador (muitas vezes famílias inteiras moravam em um quarto). Como é possível imaginar, a situação era bastante insalubre com edificações deterioradas e ambientes sem ventilação nem iluminação natural.

Foi nesse cenário que surgiram as vilas operárias, que eram construídas em bairros próximos das indústrias para facilitar o acesso dos trabalhadores às fábricas, e suas casas alugadas aos trabalhadores.

Esse foi o caso da Vila Economizadora que teve sua ocupação majoritariamente feita por imigrantes italianos recém vindos da Itália em busca de trabalho e agregando força no movimento de industrialização do Brasil. As casas foram habitadas, sobretudo, por funcionários da Estação Sorocabana e, mais tarde, por atacadistas do Mercado Municipal (Ferraz, 1978, s.p.d).

Foi realizado um levantamento no Cartório Registro de Imóveis – CRI, com busca de matrícula dos imóveis para averiguar quem eram e, principalmente, a nacionalidade dos antigos proprietários. Escolhemos a casa de número 19 da Rua Economizadora, setor 2, quadra 11 para realizar o levantamento da matrícula. No documento da matrícula foi possível encontrar alguns sobrenomes italianos como “Gerodetti” e “Rivetti”. A matrícula ainda faz menção à casamentos ocorridos na Itália entre os antigos proprietários da casa. Apesar dos antigos proprietários do imóvel serem de nacionalidade brasileira, seus sobrenomes apontam sua ascendência italiana. Essa casa em particular exemplifica o que ocorria na época, as casas da vila eram ocupadas por imigrantes italianos e passaram para seus filhos, já nascidos no Brasil.

IMÓVEL: Uma CASA e seu respectivo TERRENO, situados à rua Economizadora nº 19, na Vila Economizadora, no 52 SUBDISTRITO-SANTA EFIGÊNIA, medindo 5,50m. de frente para a referida rua Economizadora, pelo lado direito, de quem da rua olha para o imóvel, mede 22,17m, confrontando com a casa nº 17 da rua Economizadora, pelo lado esquerdo, visto da mesma posição, mede 22,03m., confrontando com a casa nº 21 da rua Economizadora, nos fundos mede 5,50m., e confronta com parte dos fundos dos prédios n.ºs 950/952 e 958/960 da rua Cantareira, encerrando a área de 121,60m2.-

CONTRIBUINTE: 002.011.0032-0

PROPRIETÁRIOS: 1) JOÃO EMÍLIO GERODETTI, brasileiro, empresário, engenheiro, RG 2.188.267-SSP-SP, CIC 002.253.128-91, casado pelo regime da separação de bens, nos termos da escritura de pacto antenupcial registrada sob nº 296 no 132 Cartório de Registro de Imóveis desta Capital, com MARIA LUIZA PETRELLA GERODETTI, brasileira, empresária, RG 2.936.655-SSP-SP, CIC 019.805.568-49; 2) ORESTES GERODETTI, brasileiro, empresário, RG 2.839.780-SSP-SP, CIC 002.253.208-00, casado pelo regime da separação de bens, nos termos da escritura de pacto antenupcial registrada sob nº 298 neste Cartório com DURA MARIA LEME DO PRADO GERODETTI, brasileira, pedagoga, RG 3.135.695-SSP-SP, CIC 030.755.678-68; 3) SANDRA ROBA RIVETTI, brasileira, divorciada, empresária, RG 1.527.544-SSP-SP, CIC 516.844.038-04 e 4) PAULO CESAR RIVETTI, brasileiro, engenheiro, RG 1.527.543-SSP-SP, CIC 005.473.528-91, casado pelo regime da separação de bens, nos termos da escritura de pacto antenupcial registrada sob nº 5.709 no 112 Cartório de Registro de Imóveis desta Capital, com ELEDNORA VALLARINO GARCIA RIVETTI, brasileira, do lar, RG 23.317.929-X-SSP-SP, CIC 805.949.138-53, todos residentes e domiciliados nesta Capital, com endereço comercial à rua Conselheiro Crispiniano, 403, 22 andar, conjunto nº 7.-

REGISTRO ANTERIOR: R. 2 feito aos 26/05/1982 na matrícula nº 37.098, deste Cartório.-

RINALDO JOSÉ MONTFALBANO
Oficial Inteiro

-continua no verso-

Fig. 3 – Matrícula de uma das casas da Vila Economizadora

Fonte: 5º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo

A partir dos anos 1930, o período entre guerras, as migrações foram ocorrendo de outra forma, a partir dos anos 1950, até a década dos anos 80, e a própria economia do Brasil e no mundo, foram ocorrendo transformações sociais e econômicas das quais os imigrantes europeus foram substituídos pelos imigrantes latino-americanos.

Contudo, o processo migratório dos países europeus se tornou infausto, e consequentemente a Vila Economizadora, seja por morte dos antigos proprietários, retorno ao país de origem, ascensão social que os levou a se mudarem para outros bairros, ou até mesmo novas migrações e novos usos, possibilita aos novos imigrantes a locação das casas e usufruírem desses locais centrais da cidade.

NOVOS IMIGRANTES

No contexto atual, a dinâmica migratória no Brasil, caracteriza-se pelo crescimento dos fluxos migratórios de países vizinhos como Bolívia, Paraguai e Peru. Esses imigrantes sul-americanos são em sua maioria homens e na idade economicamente ativa, uma grande parte deles começou a se estabelecer nos bairros centrais de São Paulo. Os novos imigrantes contribuíram para o reassentamento e a continuidade da atividade industrial nos bairros centrais (SOUCHAUD, 2011, p.63).

Os imigrantes argentinos, chilenos e uruguaios possuem uma qualificação profissional média ou superior já que entravam no Brasil, por motivos ligados à política, enquanto os imigrantes bolivianos, paraguaios e peruanos possuem uma qualificação profissional básica já que imigraram para o Brasil devido à falta de recursos e riquezas em seus países de origem. A maioria dos novos imigrantes, principalmente os bolivianos, exercem a atividade de costureiros e movimentam a indústria de confecção. As oficinas de costura, apesar de muitas vezes terem condições de trabalho quase desumanas, são consideradas pelos imigrantes sul-americanos como seu mecanismo de ascensão social. É esse fator que leva à continuidade da imigração para o Brasil, a ideia de uma possibilidade, mesmo que pequena, de ter uma vida melhor.

Os bairros centrais da cidade de São Paulo passaram e ainda passam por um processo de desertificação que é observado há várias décadas. Os imigrantes sul-americanos estão reocupando esses espaços e invertendo essas tendências. Não só no que diz respeito à ocupação residencial, mas também a ocupação industrial. Os imigrantes contribuíram para a permanência e retomada das atividades industriais nos bairros centrais, que se acreditava já estarem consolidados nos bairros periféricos de São Paulo e em outras cidades. Nesse cenário as oficinas de costura foram peça fundamental para residir na cidade e próximo aos bairros do Brás, Pari e Luz.

A junção da imigração e da indústria de confecção gera uma tendência de repovoamento dos bairros centrais e a preservação das atividades industriais nesses mesmos bairros.

A Vila Economizadora está inserida e participa exatamente desse cenário. Seus moradores são, em sua grande maioria, imigrantes sul-americanos que se instalaram no centro da cidade devido a sua proximidade com as atividades de indústria de confecção e comércio.

Foi possível perceber, principalmente após as visitas *in loco*, que um número considerável de casas da vila são utilizadas como depósitos e oficinas além de moradia. Observamos uma movimentação abundante de mercadorias sendo transportadas pela vila e as características de ascendência boliviana e chineses em vários dos moradores e transeuntes da vila.



Fig. 4 – Vila Economizadora

Fonte: Autoral, 2019.

Outro fator que influencia na dinâmica da vila e sua ocupação é a sua proximidade com a “Feira da Madrugada” um enorme espaço de comércio que atrai pessoas do estado e até de outras regiões do país, em busca principalmente de roupas e outros produtos de confecção para revenda em comércios menores. A Vila Economizadora está muito bem localizada, pois está oitocentos metros do metrô Luz, setecentos metros do Mercado Municipal, e se localiza à quinhentos e cinquenta metros da Feira da Madrugada, essa proximidade com a feira torna a vila um lugar propício para o depósito de mercadorias e oficina de costura para confecção das peças.

Este novo uso das antigas residências, atualmente algumas delas utilizadas como estoque e galpão, é possível verificar as transformações nas casas e outras com um novo pavimento. Logo, aos poucos essas modificações descaracterizarão a vila e a sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do tema abordado proporcionou a possibilidade de um novo olhar sobre o patrimônio e sua relação com a cidade, observando tanto seu contexto histórico quanto seu contexto geográfico, social, a preservação da memória e da cidade. O desenvolvimento da cidade, os processos migratórios, a produção de arquitetura, a economia nacional, as políticas públicas, o capital privado, entre outros fatores, foram determinantes para a criação do que consiste hoje na Vila Economizadora.

Por fim, a pesquisa demonstra que devemos olhar com mais atenção as vilas remanescentes da cidade de São Paulo, e principalmente a Vila Economizadora,

possibilitando que as transformações em decorrências aos novos moradores e usos, possam salvaguardar a memória e da história da vila.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade: Fapesp, 1998. *Os pioneiros da habitação social no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp: Ed. Sesc. São Paulo, 2014

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942). 2018. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.16.2019.tde-17012019-135711. Acesso em: 2019-06-17.

Departamento de Patrimônio Histórico (2013). Cartilha de orientação aos moradores para reforma, restauro e conservação da Vila Economizadora. DPH. São Paulo, 2013.

FREITAS, Maria Luiza de. O lar conveniente: os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931). 2005. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005. doi:10.11606/D.18.2005.tde-14032006-123351. Acesso em: 2019-06-17.

GOMES, Christianne Luce; ISAYAMA, Hálter Ferreira. O direito social ao lazer no brasil. Campinas. Autores Associados. 2015.

KAMIDE, Hiroe H. Miguita; PEREIRA, Tereza C. E. Rodrigues (coordenadoras). Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT, bens tombados 1968 – 1998 - São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

LANNA, Ana Lúcia Duarte; LIRA, José Tavares Correia de; PEIXOTO, Fernanda Arêas;

LEMOS, Carlos A. C.. Alvenaria Burguesa. 2. ed. São Paulo. Nobel.1989.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. 1 ed. São Paulo. Alameda. 2011.

CAPÍTULO 11

PATRIMÔNIO IMATERIAL E PAISAGEM CULTURAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRACICABA

Data de aceite: 01/10/2020

Marcelo Cachioni

USP; DPH Ipplap

Fernando Monteiro de Camargo

Unifesp;

RESUMO: Patrimônio Imaterial da cidade de Piracicaba, a Festa do Divino Espírito Santo teve sua primeira realização há mais de 190 anos. Atualmente, é realizada na primeira quinzena do mês de julho, com a duração de uma semana, na qual é promovido um grande número de eventos religiosos, festivos e econômicos, como por exemplo: celebrações de derrubada e benção de barcos, celebrações das bandeiras, benção das casas, tríduo solene, procissões, jantares, leilões, salva de morteiros, festanças folclóricas (congada, cana verde, dança dos tangarás, cateretê), entre outras manifestações individuais e coletivas, já caracterizadas e reconhecidas como patrimônio imaterial municipal. Desde os primeiros registros que situam o culto ao Divino no início do século XIX, é possível perceber sua evolução e as mais variadas mudanças em sua programação no decorrer do tempo. Entretanto, um aspecto fundamental da festa que não se alterou é o lugar de sua realização: a Rua do Porto e o Rio Piracicaba. O lugar da festa e sua realização são indissociáveis. A paisagem cultural ali apresentada, apesar de todas as transformações ocorridas no conjunto edificado no decorrer dos anos ainda consegue manter-se

perfeitamente como cenário e palco próprio para as festividades.

PALAVRAS - CHAVE: Festa do Divino Espírito Santo; Piracicaba; Patrimônio Imaterial; Paisagem Cultural.

ABSTRACT: Intangible Heritage of the Piracicaba city, the Divino Espírito Santo Festivity had its first realization more than 190 years ago. Currently, it is held in the first half of the month of July, with the duration of a week, in which a large number of religious, festive and economic events are promoted, such as: celebrations of overturning and blessing of boats, celebrations of the flags, blessing of houses, solemn triduum, processions, dinners, auctions, mortar barracks, folkloric festivities (congada, cana verde, tangarás dance, cateretê), among other individual and collective manifestations, already characterized and recognized as municipal intangible heritage. From the first records that place the cult of the Divine at the beginning of the 19th century, it is possible to notice its evolution and the most varied changes in its programming over time. However, a fundamental aspect of the party that has not changed is the place where it takes place: Porto Street and Piracicaba River. The festivity's place and its performance are inseparable. The cultural landscape presented there, in spite of all the transformations that have taken place in the ensemble built over the years, still manages to remain perfectly the stage and the proper stage for the festivities.

KEYWORDS: Divino Espírito Santo Festivity; Piracicaba; Intangible Heritage; Cultural Landscape.

1 | INTRODUÇÃO

Durante várias décadas, predominaram no Brasil ações preservacionistas voltadas prioritariamente para o tombamento dos chamados 'bens de pedra e cal' (ABREU & CHAGAS, 2009). Com a aprovação do Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, entraram em vigor novas políticas de conservação e construção de acervos diversificados de expressão cultural que valorizam os bens de natureza imaterial. Este decreto instituiu o inventário e o registro dos bens culturais de natureza imaterial ou intangível no Brasil. O decreto seguiu a noção de patrimônio cultural que já estava sendo utilizada nas políticas de tombamento de bens de natureza material, as quais destacam que devem ser preservados os monumentos por suas características de capital simbólico vinculado à identidade. Portanto, as políticas de tombamento devem considerar o significado simbólico e a representação dos bens e não os seus valores estéticos e de antiguidade (BOURDIEU, 2007).

Acompanhando a orientação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco¹, sobre a qualificação das Paisagens Culturais, o Iphan também criou um instrumento para promover a preservação ampla e territorial de porções singulares do Brasil, sendo a chancela o mais novo instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Conforme a Portaria IPHAN nº 127/2009, que regulamenta essa chancela, em seu parágrafo 1º, a *"Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores"*.

Nessa perspectiva, o conceito de patrimônio cultural passou a incluir o conhecimento, as técnicas, o saber fazer, os elementos da natureza e os objetos obtidos. Segundo Leite (2008), a concepção de patrimônio avançou para o conjunto dos bens culturais referentes às identidades coletivas, ou seja, passou-se a valorizar os processos, a produção, as práticas, as representações e as expressões. Essa nova concepção compreende o patrimônio como algo da prática diária e sua interação com a natureza e a história, *'gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana'* (LEITE, 2008, p.164). Assim, o patrimônio passou a ser visto como categoria, não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, mas também para agir. Para Santos (2001), *"o patrimônio foi deixando de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado"*.

¹ Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões (UNESCO, 2005).

21 A FESTA DO DIVINO

O primeiro registro sobre a Festa do Divino em Piracicaba na Rua do Porto, data do ano de 1881, em anúncio do periódico 'O Piracicaba' sobre o evento:

Encontro no Rio - O abaixo assignado, encarregado de promover os festejos do - encontro das bandeiras - que se realiza todos os anos, e querendo abrilhantar mais esta tradicional e popular festa. Pede encarecidamente aos moradores da Rua Direita e da Praia o favor de enfeitarem as suas frentes e assim os arcos do costume; previne que o encontro terá lugar no dia 7 do corrente as 4 horas da tarde, realizando-se em frente ao sobradinho. Desde já antecipa-se agradecido ao pedido que fez aos seus concidadãos. Piracicaba, 2 de junho de 1881. Honório José Libório (O PIRACICABA, 1881 apud MACHADO, 2009).

Já registrada como Patrimônio Imaterial, a Festa do Divino Espírito Santo tem influência portuguesa e está associada aos festejos realizados em épocas de colheita que tinham como objetivo arrecadar e distribuir donativos para períodos de falta de alimento. Portanto, eram festas fundadas na reciprocidade e na solidariedade, baseadas em relações de irmandades. Estas relações de irmandades constituem na organização por meio de redes de parentesco e vizinhança (Ipplap, 2013).

Maynard de Araújo (1955) acredita que no Brasil, se aclimatou a Festa do Divino oriunda mesmo da arqueocivilização. O Brasil, nos fins do Século XVIII, era colônia, mas já existia nas nascentes vilas e freguesias um Império - 'o do Divino', erigido por ocasião das festas que lembravam a descida do Espírito Santo - o Paráclito.

As nossas cidades nasceram ao redor da igreja. À paróquia pertencia a coroa de prata, anualmente sorteada para coroar o Imperador do Divino, isto é, o festeiro, pessoa que tomava o encargo da realização da festa. Festa de consumo, sempre após as colheitas (MAYNARD DE ARAÚJO, 1955).

Em São Paulo, desde o período da Capitania, o culto ao Divino Espírito Santo tem sido alimentado entre os cristãos pelo exemplo das gerações mais velhas, mesmo nos lugares mais distantes e desprovidos de assistência pastoral, com variações locais e regionais, intimamente relacionado aos ciclos da economia Agrária.

Outros eventos importantes como Corpus Christi e as festas juninas, também ocorriam por ocasião da grande pausa, entre o término das principais colheitas e o segundo semestre, quando o homem produtor retomava as tarefas da pecuária, do preparo da terra e da sementeira. Todos guardavam relação sócio - econômico - cultural implícita ao calendário religioso, particularmente com a Semana Santa (PERECIN, 2006).



Figura 1 - Festa do Divino no início do século XX.

Fonte: Arquivo Centro Cultural 'MarthaWatts'.

As Festas do Divino Espírito Santo ocorrem em várias cidades do interior paulista e na região de Piracicaba, são encontradas nas seguintes cidades: Anhembi, Laranjal Paulista, Itanhaém, Jacareí, Mogi das Cruzes, Taubaté e Itu, entre outras. São Festas que não possuem ligações diretas, mas que possuem características comuns obedecendo às particularidades locais, demonstrando a religiosidade profunda que é sustentada na região que permeia a sociabilidade local.

Em Piracicaba, a Festa do Divino é uma das maiores manifestações do patrimônio imaterial da cidade, realizada atualmente na primeira quinzena de julho, tendo duração de uma semana. Durante a realização das solenidades do Divino Espírito Santo é promovido um grande número de eventos religiosos, festivos e econômicos, como por exemplo: celebrações de derrubada e benção de barcos, celebrações das bandeiras, benção das casas, tríduo solene, procissões, jantares, leilões, salva de morteiros, festanças folclóricas (congada, cana verde, dança dos tangarás, cateretê), entre outras manifestações individuais e coletivas. Segundo Gilberto Velho (2006), a atividade religiosa, como organização social do espaço e dos lugares, é fundamental para a construção e a dinâmica das identidades coletivas se manifestando por meio dos rituais e crenças.

A Festa desempenha papel central na formação da identidade cultural local e foi registrada como patrimônio imaterial municipal em 2016, pois envolve um sistema de produção e circulação de bens e dádivas baseados na reciprocidade que interferem em todas as dimensões da vida social local. Além disso, proporciona um forte e constante diálogo entre o passado e o presente reunindo diferentes setores do catolicismo oficial e popular, o que demonstra seu caráter totalizante. Esta manifestação cultural atinge um universo mais amplo, possibilitando ao expectador despertar as forças culturais como extensões morais e

simbólicas (MAUSS, 1974). Além disso, com a festa, se reproduzem estruturas sociais e se interagem identidades coletivas e individuais. Apesar das modificações sofridas no decorrer dos anos, a estrutura e os principais mecanismos sociais da Festa se mantêm, assim como o constante diálogo entre a Igreja, a Comunidade e o Poder Público.



Figura 2 - Festa do Divino no final do século XX.

Fonte: Acervo Semactur.

Machado (2009) informa que oficialmente foi adotado o ano de 1826 como sendo a data da primeira festa do Divino, em virtude da presença do primeiro Encontro das Bandeiras promovido por Viegas Muniz, que passou a ser realizado no rio Piracicaba com o intuito simbólico de pedir a cura das doenças que afligiam os moradores ribeirinhos. Entretanto, a autora considera, pelos registros encontrados, que a festa, mesmo que não acontecesse no formato atual ou naquele de 1826, já ocorria como manifestação cultural e religiosa, pelo menos, desde 1816.

Segundo Carradore (1997) uma das práticas mais tradicionais da Festa do Divino, o Encontro das Bandeiras, foi criado na região do Médio - Tietê, como costume para pedir a cura de doenças, para casos de malária, mal de Chagas, entre outras moléstias com grande incidência nessa época, na região. As curas eram agradecidas com viagens de canoas que percorriam as casas de toda a extensão do Médio - Tietê, levando orações. Os navegantes eram retribuídos pelos donos das casas com alimentos. A Igreja Católica se apropriou dessa tradição e passou a incluir novos elementos. No entanto, a tradição popular e a mobilização da comunidade local nunca deixaram de ser protagonistas para a realização da Festa (CARRADORE, 1997).

3 | O LUGAR DA FESTA DO DIVINO

Desde as primeiras manifestações registradas que situam o culto ao Divino no início do século XIX é possível perceber sua evolução e as mais variadas mudanças em sua programação no decorrer do tempo. Entretanto, um aspecto fundamental da Festa que não se alterou é o lugar de sua realização: a Rua do Porto e o Rio Piracicaba. A paisagem cultural ali apresentada, apesar de todas as transformações ocorridas no conjunto edificado em mais de 190 anos ainda consegue manter-se perfeitamente como cenário e palco próprio para as festividades.



Figura 3 - Festa do Divino em 2011.

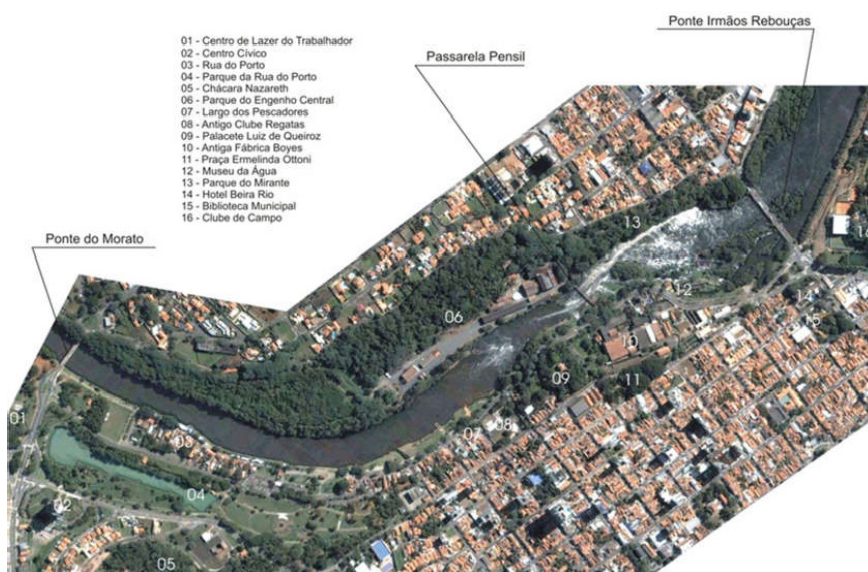
Fonte: Ipplap, 2013. Crédito: Ivan Moretti.

O palco fica estabelecido em terra, na área da Rua do Porto, Av. Beira Rio, Largo dos Pescadores e edificações da Irmandade; em água, dentro do Rio Piracicaba onde tem lugar o principal acontecimento da festa - o Encontro das Bandeiras. Enquanto que o cenário natural, que embeleza os rituais está definido no Parque do Engenho Central, especialmente em sua mata remanescente. Mais que um recinto, a área onde se realiza a Festa do Divino apresenta uma configuração de Lugar, sendo portador de referência à identidade da Festa do Divino, e também à ação e à memória de seus diferentes grupos participantes, intérpretes ou espectadores.



Mapa 1 - Percurso da procissão e saída dos barcos na Rua do Porto.

Fonte: Ipplap, 2013.



Mapa 2 - Proximidades da Rua do Porto com os principais edifícios destacados.

Fonte: Ipplap, 2013.

A Rua do Porto fica localizada na margem esquerda do rio Piracicaba e a três quarteirões do centro comercial da cidade. No passado, era chamada de “rua da praia” ou de “vilarejo dos pescadores”:

era a rua dos pescadores, rua de navegação fluvial, rua de barcos, rua de famílias e de pessoas marginalizadas. [...] havia um ou dois bares, a rua ainda não era asfaltada, nem tinham quiosques, era o lugar onde as pessoas se conheciam, se reuniam para pescar no período da manhã e tiravam a tarde para o lazer a beira-rio, o pessoal sentava-se a beira-rio, ou dentro dos barcos para aproveitar a boemia local e contar histórias lendárias sobre o rio (RUA

Segundo Elias Netto (2016), o primeiro registro escrito da toponímia 'Rua do Porto' data de abril de 1863, tendo sido encontrado em uma publicação do Diário Oficial que se configurava como uma autorização de pagamento referente ao plantio de árvores em torno do pátio da Matriz.

Na região da Rua do Porto, a margem direita do rio Piracicaba foi ocupada pelo antigo Engenho Central instalado em 1881, e na esquerda, por uma fábrica de fiação e tecelagem, antiga Fábrica de Tecidos Arethusina-Boyes, inaugurada em 1874, além de olarias que extraíam argila do rio para a produção de tijolos e telhas, construções que datam do início do século XX. Esse tipo de utilização das margens do rio Piracicaba deu-se, basicamente, pela facilidade na utilização das águas do rio para a produção industrial. A água, em sua função química, pode atuar no processamento da atividade industrial, e, quando suplementar, pode servir como elemento de arrefecimento de calor, além de atuar na produção de energia e, pela facilidade de locomoção, na evacuação da produção e escoamento de resíduos a partir do rio Piracicaba.

Assim, paulatinamente, as margens do rio Piracicaba foram ocupadas por atividades industriais e, desde 1950, já estavam ali instaladas: 18 usinas de açúcar, 76 engenhos, 25 fábricas de papel de celulose, 14 curtumes, 33 indústrias químicas e farmacêuticas, 43 têxteis, 74 alimentícias, 14 metalúrgicas e 27 tipos de outras tantas (CARRADORE; BUZETTO, apud DAWSEY, 2012, p. 198). Ainda, ao caminhar pela região da Rua do Porto, é possível observar, de um lado e do outro do rio, edifícios e ruínas remanescentes das antigas indústrias, configurando a paisagem cultural.

Ribeiro (2007) afirma que *“a paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade”* (RIBEIRO, 2007). Assim, é possível compreender que a paisagem cultural da área da Rua do Porto teve sua formação constituída pela ação antrópica na natureza por razões econômicas, na instalação de fábricas; e também sociais, onde um bairro residencial se configurou à beira rio. Nos dois casos, a presença da água foi fator determinante como força motriz e meio de sobrevivência. Entretanto, ao longo do século XX e até a atualidade, as edificações que caracterizaram a paisagem cultural da Rua do Porto perderam gradativamente suas funções originais, dando início a um processo razoavelmente sutil de desconstrução da paisagem cultural ali estabelecida.

Em 1965, uma grande área de várzea (aproximadamente 105 hectares) localizada na margem esquerda do rio Piracicaba seria destinada à construção de lotes residenciais. No entanto, em 1970, uma das maiores enchentes já registradas tomou conta dessa área, fazendo com que a Prefeitura de Piracicaba iniciasse seu processo de desapropriação. A enchente permitiu ao poder público constatar que, pela situação de várzea da região, a urbanização com a construção de lotes residenciais era incompatível. No entanto,

constatou-se que as condições conferiam-lhe um potencial para o lazer e o turismo, como já era observado em outros pontos ao longo do rio Piracicaba. Foi então elaborada uma proposta de desapropriação para implantação de um parque público para a população local e regional (OTERO; BOLOGNA; SOUZA, 2012, p. 72).

O projeto original previa a implantação de um grande parque público na área, que ofereceria teleférico, ‘tremzinho’, lanchonetes, sanitários, equipamentos esportivos, nos moldes do existente no aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, um parque florestal com viveiro de plantas, centro cultural, comercial, discotecas, restaurantes e um cartódromo. Este projeto recebeu diversas críticas da população, o que fez com que nunca se concretizasse. Todavia, outro projeto foi implantado em 1978, fruto de um estudo que *“procurou identificar as demandas da população”*, e deu origem à ‘área de lazer do trabalhador’ e ao ‘parque da ‘Rua do Porto’. A partir do projeto de 1970, esses dois parques foram passando por muitas intervenções com o intuito de atender às expectativas contemporâneas dos diferentes públicos que frequentavam esse espaço (GOBETH et al., 1977, apud OTERO; BOLOGNA; SOUZA, 2012, p. 6). Na mesma década, a Rua do Porto, contígua ao parque passou por obras urbanísticas e recebeu pavimentação; até que em 1980 foi transformada em calçadão.

Com o passar dos anos, ao crescimento urbano de Piracicaba somou-se à baixa qualidade das águas do rio que, em 1980, atingiram alto grau de poluição:

O cenário, especialmente no último quarto do século XX, era desolador: à degradação de suas águas e privatização de suas margens somava-se um progressivo afastamento do berço de nascimento da cidade de Piracicaba, decorrente de uma política de ocupação urbana (OTERO; BOLOGNA; ALMEIDA, 2012, p. 23).

Em 1982, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba - Codepac iniciou o processo de tombamento do conjunto ribeirinho da Rua do Porto, o qual somente foi finalizado em 2000, com ampliação da área tombada em 2004. Neste período, no final do ano de 1988, foi inaugurada a nova sede da Prefeitura nas imediações da Rua do Porto, de frente para o parque da Rua do Porto. O antigo Engenho Central que havia sido desativado em 1974, após anos de relativo abandono, também foi tombado em 1989 pelo Codepac, e desapropriado pela Prefeitura do município para uso público.

Além da política de tombamento de imóveis, a rua passou por intervenções para a requalificação urbana, feitas pelo poder público. O Projeto Beira-rio, desenvolvido em diferentes etapas, foi a principal ação da Prefeitura de Piracicaba para a requalificação da Rua do Porto.

No ano 2000, foi elaborada uma Agenda 21 local, que incluiu em suas metas a elaboração de um plano de requalificação da orla do rio Piracicaba. A ideia do Projeto Beira-Rio partiu da constatação que o rio e a cidade formam um sistema biocultural uno e generalizado, no qual o desenvolvimento da cidade passa pelo desenvolvimento de sua

relação com o rio. O planejamento desta relação é fundamental para a construção de uma cidade sustentável, calcada na indissociabilidade entre evolução econômica, preservação dos recursos e inserção social (IPPLAP, s/d).

Segundo Duncan (1990):

(...) as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextrinsecamente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade (DUNCAN, 1990 in: RIBEIRO, 2007).

Passados quase dois séculos da realização da primeira Festa do Divino em Piracicaba, é perceptível que o lugar da festa e sua realização são indissociáveis.

4 | CONCLUSÃO

A Festa do Divino Espírito de Piracicaba é realizada em uma cidade de médio porte, diferentemente de outras festas populares encontradas no Estado de São Paulo, que na sua maioria, são realizadas em cidades de menor número populacional. Identifica-se a Festa como patrimônio cultural imaterial, pois por meio dela a população local recorre a certezas do passado em oposição às velhas esperanças utópicas do futuro, mantendo na tradição popular suas características de sociedade preservada. Em uma cidade em plena expansão populacional, urbana e econômica, a Festa do Divino Espírito Santo situa a população em um espaço e tempo bem delimitado recorrendo a certezas do passado em um processo de contradição das relações sociais atuais que fragmenta e nega o tempo futuro.

Ao mesmo tempo em que Piracicaba atrai empresas multinacionais expandindo-se economicamente e se tornando uma cidade global, são preservados por meio da Festa, tradições e costumes locais, muito caros à população, pois carrega em sua materialidade: sentidos, valores e simbolismos construídos por meio dos caminhos que ela percorre dentro da vida em sociedade.

A festa se constitui de 'alma', pois (re) situa o sujeito no mundo vivido pela memória. Além disso, fortalece os vínculos entre as pessoas e o lugar. Por meio dela que se materializam concepções culturais, podendo assim compreender elementos da cultura local como referências e consequências da construção cultural. Como forma popular de expressão, atua com papel essencial para a sociabilidade das camadas populares e entre outros segmentos sociais. Portanto, como patrimônio imaterial, a Festa atua na recuperação da memória do piracicabano fortalecendo os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento, construindo espaços de socialização e de (re)construção da identidade inseridas naquela paisagem cultural.

Desta forma, apesar das mudanças sucessivas ocorridas na paisagem cultural da Rua do Porto, este cenário ainda se constitui fundamental e intrínseco à realização da Festa

do Divino, pelo seu caráter indissociável, o qual une o patrimônio imaterial à paisagem cultural ali estabelecida, mesmo que mutável.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário S. (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A e Editora Lamparina, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

CABRAL, Clara M. F. B. *Patrimônio cultural imaterial: proposta de uma metodologia de inventariação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

CARRADORE, Hugo P. *Retrato das Tradições Piracicabanas: História e Folclore*. Piracicaba: IHGP, 2010.

DAWSEY, John C. Bonecos da Rua do Porto: performance, mimesis e memória involuntária. In: *Revista Ilha de Antropologia, Florianópolis*, v. 13, n. 1, p. 185-219, 2012.

DUNCAN, James. *The city as text. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ELIAS NETTO, Cecílio. *Piracicaba: um rio que passou em nossa vida*. Piracicaba: Icen, 2016.

ELIAS NETTO, Cecílio. *Rua do Porto, 1986*. In: A Província. Paixão por Piracicaba. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/photos/rua-do-porto-1986>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

GOBETH, Dulcineia; GOBETH FILHO, Luiz; SIMONI, Luiz Egidio. *O Parque do Piracicaba*. Piracicaba: Piracicaba, 1977.

GOMES, A. C. R. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: recriando as folias de Reis. In: *Anais do I Simpósio de Pós-graduação do Estado de São Paulo*. Rio Claro, 2008 p. 1281-1294.

IPHAN. *Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Brasília, 4 de agosto de 2000.

IPHAN. *Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009*. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília, 30 de abril de 2009.

IPPLAP. *A Festa do Divino Espírito Santo de Piracicaba*. Piracicaba: Ipplap, 2013.

IPPLAP. *Projeto Beira Rio: plano de ação estruturador*. Piracicaba: SMSDMA/SMP, [s.d.a]. Disponível em: <http://www.ipplap.com.br/docs/br_pae_parte1de3.pdf>. Acesso em: 18 set. 2013.

LEITE, Edson. *Turismo Cultural e Patrimônio Imaterial no Brasil*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP, 2008.

MACHADO, Iara. *Festa do Divino em Piracicaba: uma proposta de Curadoria*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2009.

MAYNARD DE ARAÚJO, Alceu. A festa do Divino em Piracicaba. In: KRÄHENBÜHL, Hélio. M. *Almanaque de Piracicaba*. Piracicaba: João Fonseca, 1955.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

OTERO, Estevam; BOLOGNA, Sabrina; ALMEIDA, Arlet. Parque da Rua do Porto e Área de lazer do Trabalhador: gênese da reaproximação com o rio. In: *Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação*. Piracicaba: Ipplap, 2014.

PERECIN, Marly T. G. A devoção festiva e a aculturação. In: *Jornal de Piracicaba* (Periódico). Piracicaba: 09/07/2006.

PERECIN, Marly T. G. A devoção festiva quanto às origens. In: *Jornal de Piracicaba* (Periódico). Piracicaba: 08/07/2006.

PERECIN, Marly T. G. Festa do Divino. In: *Jornal de Piracicaba* (Periódico). Piracicaba: 07/07/2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Pesquisa e Documentação do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RUA DO PORTO. *O Espírito do Lugar*. [s.d.]. Disponível em: <<http://oespiritodolugar.blogspot.com.br/p/rua-do-porto.html>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SANTOS, Cecília R. Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural. In: *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 15. N° 2. São Paulo, 2001.

UNESCO. *Textos base. Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: Seção do Patrimônio Cultural Imaterial. Setor de Cultura. Unesco, 2014.

UNESCO. Orientações para inscrição de tipos específicos de bens na Lista do Patrimônio Mundial. In: *ORIENTAÇÕES para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, anexo III*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/>>. Acesso em: 17 maio 2005.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: *Maná* [online]. 2006, vol.12, n.1, pp.237-248. ISSN 0104-9313.

CAPÍTULO 12

PORTO DO CIMENTO: O BERÇO DE BOA VISTA DESCARACTERIZADO PELA GESTÃO PÚBLICA – RORAIMA, BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020

Jefferson Eduardo da Silva Morales

Centro Universitário do Norte (UNINORTE),
Escola de Exatas, Departamento de
Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal de Roraima, Programa
de Pós-graduação em Recursos Naturais
Manaus – Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/4212098468412139>

Georgia Patrícia da Silva Ferko

Universidade Federal de Roraima - Programa
de Pós-graduação em Recursos Naturais,
Departamento de Administração
Boa Vista – Roraima
<http://lattes.cnpq.br/8762583706265854>

Graciete Guerra da Costa

Universidade Federal de Roraima -
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Boa Vista – Roraima
<http://lattes.cnpq.br/3298241685122944>

RESUMO: Este estudo questiona se intervenções arquitetônicas e urbanísticas contemporâneas em sítio histórico de Boa Vista- RR, para fins turísticos, impactaram na conservação de patrimônios culturais do entorno, sob a perspectiva da comunidade local. Aplicou-se entrevistas semiestruturadas abrangendo a relação da categoria percepção ambiental e patrimônio. Foram entrevistados descendentes, matriarcas e patriarcas, de famílias tradicionais e pioneiras dessa cidade

em função da vivência e do conhecimento histórico-cultural dessas pessoas nesse espaço. Os entrevistados destacaram que em 1944 o porto fluvial passou a ser chamado de Porto do Cimento devido à construção de uma rampa de concreto, que ligava a margem do rio com a cidade. Esse porto, além de ser a principal via de abastecimento da população, atracava embarcações com personalidades públicas e servia de palco para manifestações culturais. As utilizações do porto foram sendo dispensadas devido à construção de estradas e do aeroporto como às novas vias de abastecimento. De acordo com os entrevistados a principal intervenção foi a implantação de uma das plataformas da Orla Taumanan (2005), aprovado e financiado pelo poder público municipal. Os entrevistados relataram o desaparecimento do Porto do Cimento, monumento localizado no sítio histórico que teve importante contribuição para desenvolvimento local por décadas. Este fato foi retratado com tristeza e nostalgia, pois devido ao valor histórico e cultural a qual pertencia o monumento. Diante disso, a ineficiência das políticas públicas de conservação e preservação ocasionou o desaparecimento de outros monumentos para “modernizar” o sítio histórico e promover o turismo. Este caso vivenciado pela população faz refletir que seja necessária a reformulação/aplicação das legislações existentes de tombamento para que os demais elementos culturais remanescentes sejam vistos como atrativo do turismo e não empecilhos, consequentemente, mantendo-se conservados para as próximas gerações.

PALAVRAS-CHAVE: Intervenções urbanísticas,

PORTO DO CIMENTO: THE BIRTHPLACE OF BOA VISTA UNCHARACTERIZED BY PUBLIC MANAGEMENT – RORAIMA, BRAZIL

ABSTRACT: This study questions whether contemporary architectural and urban interventions in a historical site in Boa Vista-RR, for tourism purposes, impacted the conservation of cultural heritage in the surroundings, from the perspective of the local community. Semi-structured interviews were applied, covering the list of the category environmental perception and heritage. Descendants, matriarchs and patriarchs, from traditional and pioneer families in this city were interviewed due to the experience and historical-cultural knowledge of these people in this space. Respondents pointed out that in 1944 the river port came to be called Porto do Cimento due to the construction of a concrete ramp, which connected the river bank with the city. This port, in addition to being the main route of supply for the population, moored vessels with public personalities and served as a stage for cultural events. The use of the port was discontinued due to the construction of roads and the airport as well as new supply routes. According to the interviewees, the main intervention was the implementation of one of the platforms of Orla Taumanan (2005), approved and financed by the municipal government. Respondents reported the disappearance of Porto do Cimento, a monument located on the historic site that had an important contribution to local development for decades. This fact was portrayed with sadness and nostalgia, because of the historical and cultural value to which the monument belonged. In view of this, the inefficiency of public policies for conservation and preservation has caused the disappearance of other monuments to “modernize” the historic site and promote tourism. This story experienced by the population reflects that it is necessary to reformulate / apply the existing legislation of overturning so that the remaining cultural elements are seen as attractive to tourism and not impediments, consequently, remaining conserved for the next generations.

KEYWORDS: Urban interventions, Tourism, Public policies, Historical site, Heritage.

1 | INTRODUÇÃO

Com o planeta globalizado e as tendências de homogeneização nos espaços urbanos, percebeu-se o risco que os patrimônios culturais sofrem frente a nova ordem mundial. Dentro dos preceitos da Carta de Veneza (1964), a Carta de Nara (1994) visou na ampliação dos cuidados de conservação dos bens culturais para as próximas gerações, assim como, na manutenção da memória e identidade das sociedades.

O poder público no gerenciamento dos patrimônios culturais é importante para a criação e aplicação de instrumentos de conservação dos bens construídos. Portanto, no Brasil ainda é um processo que muitas cidades ainda não aderiram, negligenciam ou flexibilizam no que tange as legislações patrimoniais nas diversas esferas de gestão.

O Porto do Cimento foi um empreendimento portuário simples em relação aos demais portos encontrados na região amazônica, apenas com uma rampa de concreto construído na primeira metade do século XX auxiliou no desenvolvimento social, cultural e

econômico em Boa Vista por ser a interligação do único acesso de Roraima (Território do Rio Branco) o rio branco com a nova cidade que crescia.

Em 2004, sob protestos da sociedade civil, a prefeitura de Boa Vista inaugura a Orla Taumanan¹ com o intuito de promover o turismo no Centro Histórico, mas para tal feito, o Porto do Cimento foi desconsiderado no projeto com a construção de umas das plataformas do complexo turístico, ficando o porto abaixo do empreendimento e em ruínas, até que em 2019 encontra-se extinta, ficando apenas registrado na literatura local e memória de quem acompanhou o processo de mudança dessa paisagem.

Essa pesquisa visa contribuir com evidências sobre as consequências que o poder público impactaram em patrimônios culturais e na paisagem. Mesmo que não tenha sido tombado, como o caso do Porto do Cimento, mas havia afetividade, pertencimento, relevância e simbolismo histórico-cultural do espaço para a comunidade.

Este estudo questiona as intervenções arquitetônicas e urbanísticas contemporâneas em sítios históricos, para fins turísticos, impactam na conservação de patrimônios culturais do entorno, sob a perspectiva da comunidade local. A hipótese levantada é que as intervenções no espaço, independente do grau de impacto, interfere na conservação dos patrimônios culturais porque sem o consentimento da comunidade e a negligência às legislações, elementos construídos de grande importância estão destinadas à extinção para dar lugar a edificações contemporâneas, o que comprometerá o legado da construção da memória e identidade local.

2 | PATRIMÔNIO CULTURAL: CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA E IDENTIDADE

A memória de uma sociedade é um fragmento importante da sua história e da construção da identidade individual e coletiva. Na concepção de Motta (2016), a memória está engajada contra o esquecimento, independente se a experiência é boa ou ruim, por exemplo, os sobreviventes do massacre nazista, em que muitos homens, mulheres, crianças e idosos foram assassinados por serem diferentes, muitos alemães queriam que os antigos campos de concentração fossem destruídos para esquecerem o passado vergonhoso da Alemanha antiga.

Um dos principais objetivos da memória é que erros do passado não sejam repetidos no futuro, pois é na memória que se pode acessar o passado utilizando a subjetividade do presente, ou seja, é a representação do passado – e mais –, é a preservação, a evocação e a atualização de informações do passado; a memória é um lugar de reflexão.

A importância da memória é não esquecer marcas históricas de um determinado grupo, comunidade e/ou acontecimentos que ficam tão marcados que as lembranças são passadas de geração após geração e, mesmo que o indivíduo não tenha passado pela

¹ A Orla Taumanan é um complexo turístico com aproximadamente 6.500 m² de área construída. Inaugurada em 2004 e reformada em 2015 para modernização de iluminação e acessibilidade, é um espaço integrador que acontecem eventos culturais promovidos pela prefeitura e a contemplação da paisagem do Rio Branco e as formações geológicas.

escravidão, por exemplo, toma esse acontecimento como seu e carrega com orgulho e empoderamento.

Rodrigues (2015) destaca que a identidade de um grupo é formada através das memórias construídas, marca a unidade de grupo, demarca o lugar do indivíduo no mundo, isto é, é um sentimento coletivo de pertencimento que permite a identificação da parte com o todo. A identidade está ligada diretamente ao patrimônio, pois o que se preserva não é o objeto e, sim, o significado que o artefato, por exemplo, tem ao indivíduo e/ou grupo acessados através da memória é a identidade que o objeto traz. Se o patrimônio é tombado ou registrado é porque existe uma relação de identidade e tem por finalidade que os traços identitários não desapareçam.

No desenvolvimento dos conceitos de memória e patrimônio foram criadas, então, o estreitamento e as ramificações de como pode ser aplicado. As Nações Unidas, em suas discussões sobre o patrimônio cultural, levaram tudo em consideração e foram criadas cartas patrimoniais que foram desenvolvidas ao decorrer dos encontros mundiais, bem como foram desenvolvidos instrumentos, como o tombamento, que visam a proteção de bens de interesse cultural, histórico e artístico (BRASIL, 2017).

A importância da preservação do patrimônio faz refletir a relação direta de memória e com a formação da cultura, os patrimônios culturais e naturais ajudam a manter a memória. Dessa forma,

“A Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural foi organizada pela UNESCO e aprovada na Reunião de Paris em 1972, estabelecendo a inscrição de bens como patrimônio mundial. Com o objetivo de implementar a Convenção e permitir a inscrição e gestão da Lista, em 1976 foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial e os primeiros sítios foram então inscritos em 1978. O Comitê é constituído por 21 representantes dos estados membros da UNESCO, eleitos periodicamente, tendo uma reunião anual ordinária para discutir temas ligados à implementação da Convenção e para a inscrição de bens na sua lista, entre outros assuntos. Segundo as linhas gerais da Convenção aprovada em 1972, esses bens poderiam então ser inventariados e classificados para inscrição de duas maneiras diferentes a partir do valor a eles atribuídos: como patrimônio natural ou como patrimônio cultural” (RIBEIRO, 2013, p. 34-35).

Desde 1972 a UNESCO discute questões relacionadas à proteção cultural, resultando na inscrição de bens culturais quando, em 1976, foram inscritos os primeiros patrimônios. No mesmo processo, foi aprovado o patrimônio natural fazendo com o que os bens tivessem que encaixar nas duas categorias: cultural e natural. A preocupação mundial com os patrimônios da humanidade iniciou no século passado e virou centro de discussão em várias convenções mundiais do assunto até, finalmente, ser institucionalizado, criando categorias para que cada bem seja analisado e catalogado.

Na orientação de Carvalho e Funari (2010), patrimônio é uma palavra de origem etimológica do latim. Na Roma antiga, a palavra patrimônio tinha cunho de herança,

material privado, o que era passado de pai para filho. No século XIX, a palavra criou o sentido de símbolo nacionalista: o orgulho de tudo que é produzido para a nação, o próprio da sociedade desenvolvedora do patrimônio. Atualmente, o patrimônio é dividido em duas vertentes: o Patrimônio Material é designado aos artefatos, objetos, edificações produzidos pelas pessoas de uma determinada sociedade e o Patrimônio Imaterial que são relacionados a símbolos, cultura, práticas, crenças, valores e etc.

A patrimonialização dos bens culturais tem como único objetivo salvaguardar a identidade de uma sociedade. O conjunto dos bens culturais, sejam materiais e/ou imateriais como a arquitetura, culinária, festas, rituais, utensílios, são capazes de identificar a qual grupo o indivíduo pertence (GONÇALVES, 2015). Então, todos esses patrimônios seguem uma direção: a identidade, não a identidade individual, mas a identificação do indivíduo como um grupo, ou seja, o patrimônio cultural é um bem material ou imaterial associado à identidade e à memória de um grupo, de um povo, de uma comunidade.

O patrimônio histórico edificado pode ser visto como um artefato na medida em que, tanto um como o outro, são construções humanas, isto é, são coisas feitas pelo homem (CHIAROTTI, 2005). Neste sentido, a construção de qualquer patrimônio material tem a intervenção humana para fins de uso e, em algum momento histórico, aquela edificação obtém um valor de memória e importância.

Tanto a concretização quanto a permanência de um monumento têm como característica a de se ligar ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntariamente, das sociedades históricas, o que é um legado à memória coletiva (LE GOFF, 1992). Chiarotti (2005) reforça, também, que as construções nada mais são do que o legado de uma sociedade e de que parte dos acontecimentos importantes dela estão simbolizados para as próximas gerações.

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

O Porto do Cimento estava localizado na capital Boa Vista, no Estado de Roraima, extremo norte brasileiro, no centro histórico que é a origem embrionária da cidade. Antigo Porto Fluvial por onde chegavam e saíam autoridades e embarcações, levando e trazendo mercadorias e passageiros. O Porto Fluvial da fazenda Boa Vista foi tomando maior importância na medida em que crescia e pequena vila. Pesadas cargas foram desembarcadas, provenientes de Manaus e de outros centros produtores e eram transportados por homens fortes que subiam e desciam a rampa com pesadas cargas para abastecer o comércio da pequena vila (Figura 1).

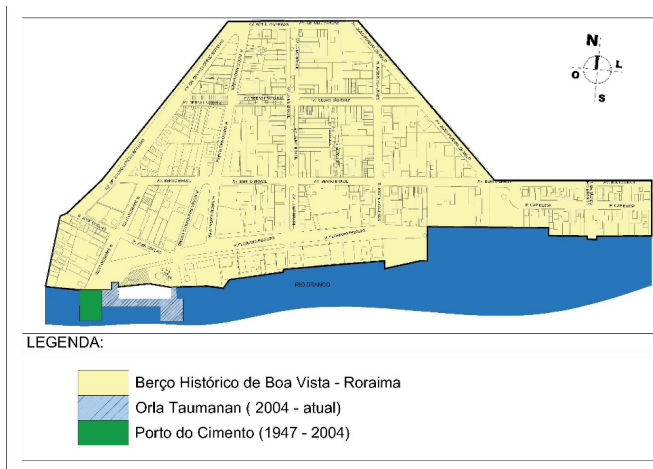


Figura 1: Localização do Porto do Cimento, Boa Vista - Roraima

Fonte: Jefferson Morales (2019)

Foi o Governador Capitão Clóvis Nova da Costa, em 1947, que se apercebeu da importância do Porto Fluvial. Mandou construir a rampa de concreto, o Porto Fluvial que a partir daquele ano ficou conhecido como Porto de Cimento, permitindo a descida e subida de caminhões e de carros de boi o que facilitou a carga e descarga dos batelões.

O trabalho foi desenvolvido com a utilização de entrevista semiestruturada, caracterizando-o em uma pesquisa qualitativa exploratória. A seleção dos entrevistados foi determinada pela proximidade do grupo de pessoas com a evolução da histórica da construção portuária. Para isso usou-se o critério de entrevistar as famílias tradicionais. Entende-se por famílias tradicionais cujo histórico familiar está atrelado com o início da ocupação europeia e nordestina brasileira na região após a instalação do Forte de São Joaquim em Roraima.

Dessa forma, foram selecionados os descendentes dessas famílias tradicionais que viveram ou vivem desde a infância até a idade adulta no entorno da orla do Rio Branco. A idade mínima para ser entrevistado foi 70 anos; e quem acompanhou as mudanças da paisagem do espaço em um espaço temporal desde o Porto do Cimento até a inauguração da Orla Taumanan. Os dados foram obtidos no primeiro trimestre de 2019 em local de escolha de cada entrevistado.

Devido à dificuldade de acesso imediato as pessoas que incluem no perfil de indivíduos para as entrevistas, determinou-se a abordagem pelo método bola-de-neve (snow-ball), portanto ao final de cada entrevista foi solicitado aos participantes a indicação de outros antigos moradores do Centro Histórico de Boa Vista e descendentes de famílias tradicionais (BAILEY, 1982).

Foram entrevistadas 8 pessoas, 6 mulheres e 2 homens. O tamanho da amostra foi definido pela identificação da saturação teórica em pesquisas qualitativas, que segundo Nascimento et al. (2018) acontece quando há grande repetição de dados ou limitação de pessoas, assim opta-se a interrupção de coletas de dados e determinação do tamanho da amostra.

O roteiro das entrevistas foi elaborado afim de remeter as lembranças do passado e os impactos da gestão pública pelos entrevistados com o Porto do Cimento. Nesse sentido, através da oratória de vivência do espaço, facilita-se a identificação dos elementos da paisagem modificadas pelo poder público que impactaram os moradores. Por fim, tendo o balizamento dos dados obtidos, analisa-se a atual percepção ambiental dos moradores com o Centro Histórico.

Os dados foram tratados com a aplicação da fenomenologia, tendo como vanguardista o alemão Edmund Husserl. A metodologia visa a essência do discurso proferida pelos entrevistados, quanto ao pesquisador a austeridade é necessária para que não haja interferências externas e pré-conceitos do tema tratado. Os procedimentos seguiram da seguinte maneira: transcrição da discussão na linguagem do sujeito; redução das unidades de significados e asserções articuladas no discurso, possibilitando o cruzamento das informações de todas as entrevistas (PANOSSO NETTO, 2005).

4 | PORTO DO CIMENTO

Dentre os vários componentes da paisagem à beira do Rio Branco, o Porto do Cimento possui caráter de importância histórica. Devido ser o porto principal da então Freguesia do Carmo e acompanhou o desenvolvimento do espaço até a categoria de capital roraimense.

O Capitão Inácio Lopes de Magalhães aportou sua embarcação a margem esquerda do Rio Branco, subiu a topografia íngreme e instalou a Fazenda Boa Vista em 1830, localizada atualmente no Restaurante e Bar “Meu Cantinho”. A partir de então o local aportado pelo capitão do Forte São Joaquim começou a ter embarcações fundando o porto fluvial, que junto com o porto de Caracará era recebido e enviado mercadorias e pessoas para Manaus (Figura 2).



Figura 2: Antigo Porto Fluvial, Prédio da Intendência
Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima

Ouriques (1906) a pedido do governador do Amazonas, Dr. Antonio Constantino Nery, foi pedido um relatório técnico de expedição pelo Vale do Rio Branco (VERAS, 2009). No texto apresentado Ouriques retrata a recepção da vila aos visitantes que acessavam a partir do porto “Do seu cômodo porto, cortado pela natureza em curva regular no barranco da margem, sobe-se por sua suave ladeira até o chapadão, em pleno campo, onde está a vila” (OURIQUES, 1906, p.13).

Em meados do século XX, durante a implantação do Plano Urbanístico de Boa Vista de Darcy Derenusson, o governador Clóvis Nova da Costa, em 1947, solicitou a construção de uma rampa de concreto para facilitar a carga e descarga de material que desembarcavam, o espaço passou ser reconhecido como Porto de Cimento pela população.

Devido ao contexto histórico inserido e discutido no capítulo de patrimônio cultural, o Porto de Cimento ainda é uma memória recente aos patriarcas e matriarcas das famílias tradicionais de Boa Vista, foi questionado a eles o que era o Porto do Cimento e as principais lembranças obtidas durante a vivência individual com o lugar.

O Porto do Cimento é descrito pelos participantes como a representação física da gênese de Boa Vista, por nesse espaço ter aportado as primeiras embarcações com os primeiros habitantes colonizadores, autoridades religiosas, materiais de construção e mantimentos que ocuparam o espaço próximo ao rio.

Evidencia-se que o Porto do Cimento era a entrada principal da cidade em formação, sendo o único elemento físico acessível para o tráfego de pessoas, materiais e atracação de embarcações. Portanto, é compreendido que porto possuiu um papel fundamental para o desenvolvimento de Boa Vista, o que é possível delimitar inicialmente a importância do espaço dentro do recorte temporal, em 1830.

No ponto de vista econômico o Porto do Cimento foi essencial para o desenvolvimento

local, visto anteriormente como a única porta de entrada para a cidade, todas as embarcações que traziam mantimentos e materiais eram descarregados no porto. Da mesma forma a exportação de bens de consumo, especialmente de boi para o Amazonas, movimentava a economia da região para a pequena população residente na capital e interior.

O Porto do Cimento era importante para a comunidade, pois em conjunto com o Rio Branco, era o único meio de receber mantimentos de primeira necessidade (arroz, açúcar, feijão, querosene, tecidos) todos trazidos de Manaus, mesmo com as dificuldades das navegações serem possíveis apenas no inverno e ao isolamento geográfico pela falta de alternativas de acesso a cidade. Fica evidenciado pelas antigas gerações o valor histórico e simbólico que uma rampa de concreto, deteriorado com o tempo, possui frente ao crescimento da sociedade roraimense (Figura 3). Cavalcanti (1946) evidencia grande movimentação da economia do Território do Rio Branco, principalmente abastecidas pelas fazendas localizadas nas proximidades de igarapés e lagos, pela exportação bovina para Manaus, Venezuela e Guiana, tendo como via de transporte o rio.



Figura 3: Porto do Cimento Abandonado

Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural de Roraima

Um Ambiente integrador e ponto de encontro podem ser definidos para o dado porto, as relações afetivas acerca do bem estão relacionadas as atividades que eram desenvolvidas no apogeu da existência do Porto do Cimento. Foram apontadas atividades dinamizador para interação social, sociabilidade e troca de valores culturais e econômicos. O lazer foi o principal ato, excetuando pela troca de mercadorias, pelo qual a população utilizou o empreendimento portuário, piqueniques, balneários, reunião de amigos e famílias eram recorrentes no espaço. Portanto, além da importância desenvolvimentista que o Porto do Cimento proporcionou a sociedade boa-vistense, auxiliou para que as pessoas interagissem entre si, a partir do atrativo do rio que completava a paisagem do rio (Figura

4).



Figura 4: Acesso ao antigo Porto do Cimento

Fonte: Jefferson Morales (2018)

Para Halbwachs (1990) corrobora que as informações obtidas pelos entrevistados são frutos da memória coletiva, ou seja, não é individual, consequência da interação social resultante da sociabilidade realizada no espaço quando era viável realizar tais atividades próximo ao rio. Com a construção da Orla Taumanan ainda é possível ser um ponto de encontro, mas para o grupo consultado demonstra a importância de preservação e a negação do novo espaço como substituto do Porto do Cimento, principalmente devido a impossibilidade do contato direto com rio.

O Porto do Cimento desapareceu no início do século XXI, a partir da construção da Orla Taumanan, modificando o uso e ocupação do solo à beira-rio do centro histórico de um porto em desuso para um complexo turístico incorporando elementos do entorno como o Muro do Rio Branco, o anfiteatro, escadaria, o restaurante chapéu-de-palha posteriormente transformado em restaurante “*Riu*”.

O espaço portuário estava ruindo com a ação do tempo e falta de manutenção devido ao abandono público. O Porto do Cimento não tinha mais utilidade após a construção do aeroporto e da BR-174, que resultou no fim do monopólio de escoamento de suprimentos, materiais e pessoas via o rio branco e atracação de embarcações nos portos de Caracaraí e do Cimento. Como solução do vazio urbano criado a margem do rio branco, a prefeitura municipal de Boa Vista implantou a Orla Taumanan. Para os entrevistados outras medidas poderiam ser adotadas pela gestão: revitalização do Porto do Cimento, promoção de cultura, turismo e econômico no mesmo espaço, sem que houvesse o desaparecimento e evidenciasse as potencialidades.

Desde de 29 de junho 1957 é realizada a procissão de São Pedro, padroeiro da cidade de Boa Vista, o percurso era iniciado a partir do Porto do Cimento em romaria aquática, os

fiéis e o santo embarcavam em uma balsa e outras embarcações menores acompanhavam durante o percurso que prosseguiram até a igreja de São Pedro para a missa campal. A partir de 2004, com a construção da Orla Taumanan, a manifestação cultural modificou de rota pela inviabilidade do empreendimento em comportar as embarcações para o festejo, partindo do porto da Marina Meu Caso até a Ponte dos Macuxi, retornando para o cais e seguindo até a igreja de São Pedro.

O Porto do Cimento teve participação protagonista na história do roraimense, viabilizando em conjunto ao rio para o desenvolvimento econômico, social e religioso. Com a decadência e posteriormente desaparecimento para a implantação da Orla Taumanan com viabilização do poder público, o porto ainda representa para o contexto histórico local grande importância e presente na memória dos entrevistados.

Outros monumentos do Sítio Histórico de Boa Vista foram demolidos com promoção do poder público, o Mercado Municipal do Peixe, Hospital Nossa Senhora de Fátima, casarões construídos desde o início da ocupação na orla da cidade foram substituídas por edificações contemporâneas ou viraram áreas livres em desuso.

5 | CONCLUSÃO

O poder público como agente ativo nas modificações espaciais em áreas históricas impactam diretamente nos modais da população com os elementos pertencentes da paisagem, entretanto, a sociedade possui óticas variadas quanto a importância dos objetos que devem permanecer, principalmente os que possuem representatividade de memória e patrimônio.

A pesquisa questionou as consequências do poder público em patrimônios culturais e na paisagem, sendo consolidados por atributos legais, como tombamentos, ou não, como por possuírem representatividade cultural e de identidade construídas durante o tempo.

Nesse sentido, a ineficiência das políticas públicas de conservação ocasionou o desaparecimento do Porto do Cimento para “modernizar” o sítio histórico e promover o turismo, este caso vivenciado pela população fez refletir que seja necessário a reformulação/aplicação das legislações existentes de tombamento para que os demais elementos culturais remanescentes sejam vistos como atrativo do turismo e não empecilhos, consequentemente, mantendo-se conservados para as próximas gerações.

A pesquisa foi fruto de um trabalho de dissertação que expôs a ótica de um grupo historicamente dominante sendo diretamente afetados pelas memórias construídas por suas famílias tradicionais no status de descendentes e herdeiros diretos. Todavia, a sociedade possui múltiplas percepções sendo necessário ampliar a pesquisa para os demais grupos pertencentes.

REFERÊNCIAS

BAILEY, K. **Methods of social research**. 2. ed. Nova Iorque: Free Press, 1982.

CARVALHO, A.; FUNARI, P. Memória e Patrimônio: diversidade e identidades. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 7-16, jun./ago. 2010.

CAVALCANTI, A. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Rodrigues & Cia., 2º ed., 1946.

CHIAROTTI, T. M. O patrimônio histórico edificado como um artefato arqueológico: uma fonte alternativa de informações. **Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 301-319, jul./dez. 2005.

GONÇALVES, J. O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro 1990.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

MOTTA, M. História e Memória. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 30, n. 47, p. 179-199, set./dez. 2016.

NASCIMENTO et. al. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 71, n. 1, p. 243-248. 2018.

OURIQUES, J. **O vale do Rio Branco**: Estado do Amazonas – edição especial, 1906.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. 1.ed. São Paulo: Aleph, 2005.

RIBEIRO, M. A. *et al.* Gestão da água e Paisagem Cultural. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 44-67, jul./dez. 2013.

RODRIGUES, M. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, maio/dez. 2015.

VERAS, A. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. São Paulo: 2009. 235 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2009.

CAPÍTULO 13

GERENCIAMENTO DE RISCO DOS ACERVOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONGRESSO NACIONAL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Gilcy Rodrigues Azevedo

Coordenação de Preservação de Conteúdos
Informacionais
Câmara dos Deputados. Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/3329631810128047>

Juçara Quinteros de Farias

Coordenação de Preservação de Conteúdos
Informacionais
Câmara dos Deputados. Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/9990499013264245>

Cláudia Fernandes Porto

Coordenação de Preservação de Conteúdos
Informacionais
Câmara dos Deputados. Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/7970672174660213>

RESUMO: A Câmara dos Deputados, localizada no Palácio do Congresso Nacional, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em 1960 e transformado em Patrimônio Mundial da UNESCO em 1987, possui patrimônio que, por seu valor histórico e cultural, necessita ser preservado e ter garantida sua proteção. O presente trabalho apresenta as ações de conservação preventiva inerentes a esta proteção bem como as atividades realizadas pela Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais – Cobec, órgão responsável pela preservação dos acervos da Câmara dos Deputados, realizadas com vistas à implantação das rotinas de gerenciamento de riscos, com

destaque para a adaptação dos critérios de valoração adotados na definição do grau de significância dos acervos, metodologia que permite uma visão integrada sobre os problemas e proporciona ferramenta essencial para o aprimoramento da tomada de decisões dirigidas à preservação do patrimônio, com elaboração de estratégias de conservação mais eficientes, estabelecimento bem embasado de prioridades de ação e alocação de recursos mais eficaz. Descreve os procedimentos utilizados e aborda as estratégias aplicadas no sentido de garantir o apoio de todas as unidades administrativas da Instituição nesse processo interdisciplinar, incluindo a realização da campanha de educação patrimonial intitulada “*Arte por toda a Casa - este patrimônio também é seu*”, que promoveu o envolvimento com relação às várias ações relativas à preservação dos acervos e o fomento da responsabilidade individual e coletiva em relação à sua conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Câmara dos Deputados; gerenciamento de riscos; preservação.

RISK MANAGEMENT OF THE CHAMBER OF DEPUTIES COLLECTIONS / NATIONAL CONGRESS

ABSTRACT: The Chamber of Deputies is located at the Palace of the National Congress. It was designed by Oscar Niemeyer in 1960 and became a UNESCO heritage site in 1987. The Institution boasts a significant historic and cultural collection that must be preserved and protected. This study presents all preventive conservation actions undertaken for this safeguard as well the activities of the Preservation Services/Cobec,

area responsible for the preservation of the Chamber of Deputies heritage, towards to the implementation of the risk management toll. Highlighting the criteria adopted for defining the collections significance and risks, which is essential for the establishment of priorities and allocation of resources. This article also describes the strategies developed in order to stimulate contribution among administrative areas and staff regarding to preservation, including an educational program called: 'Art around the house: this heritage is yours', which increases participation and promotes individual responsibility relating to preservation.

KEYWORDS: Chamber of Deputies, risk management, preservation.

1 | INTRODUÇÃO

A Câmara dos Deputados, parte do Poder Legislativo Brasileiro que, juntamente com o Senado Federal forma o Congresso Nacional, em cujas competências se insere a aprovação, alteração e revogação das Leis que regem o país, possui cerca de 145 mil metros quadrados de área construída, localiza-se no Edifício do Palácio do Congresso Nacional em Brasília e guarda um importante acervo documental, bibliográfico, audiovisual e museológico que representa a história e memória do Parlamento Brasileiro.

A origem do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados data de meados de 1822, quando da preparação de um local destinado aos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Em 1960, com a mudança da Capital da República do Rio de Janeiro, região litorânea, para o centro do país, grande parte da documentação legislativa produzida pela Câmara dos Deputados durante o Império e após a Proclamação da República passou a fazer parte dos acervos da nova sede do Parlamento em Brasília.

Agregados a estes bens, ao longo dos anos, juntaram-se presentes oficiais doados por autoridades em visita à Instituição, condecorações e moedas comemorativas, sendo hoje o Patrimônio cultural da Câmara dos Deputados constituído por um importante acervo, com aproximadamente 24 mil metros lineares carregados de diferentes valores e particularidades, incluindo cerca de 1 milhão de documentos históricos que remontam ao século XIX, 4 mil e 500 livros raros datados a partir do século XVI, cerca de 800 mil documentos audiovisual com registros de importantes momentos da história legislativa, 250 mil livros, um acervo museológico composto por mais de 2 mil objetos de arte dentre cerâmicas, mobiliário, pinturas e esculturas, além de importantes painéis, obras de arte integradas à arquitetura de autoria de artistas como Athos Bulcão, Marianne Peretti e Di Cavalcanti. Destacando-se ainda o próprio edifício do Palácio do Congresso Nacional, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, obra representativa do período modernista do País, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan como peça urbanística dentro da escala monumental do projeto do Plano Piloto, que foi considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1987.

Diante da importância do acervo transferido e dos bens a ele inseridos, a partir de 1980 se tornou evidente a necessidade da adoção de medidas para garantir sua

preservação, sendo criado em 1987 um setor destinado exclusivamente a este fim.

A Coordenação de Preservação de Bens Culturais – Cobec, hoje denominada Coordenação de Preservação de Conteúdos Informativos, órgão responsável pela preservação do patrimônio histórico e cultural da Instituição, enfrentou, desde o início, problemas relacionados ao gerenciamento das diversas coleções. Em seus primeiros anos de trabalho os tratamentos de restauro eram considerados prioritários em relação à implantação de medidas de conservação preventiva, havendo pouco conhecimento quanto aos riscos existentes e o grau de significância dos acervos. Conseqüentemente, os problemas relacionados aos bens culturais cresciam, contribuindo para a inexistência de trabalho em equipe, ocasionando falta de apoio e confiança da alta administração.

Em busca da formulação de um programa eficaz de preservação, medidas de conservação preventiva e campanhas de conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio institucional passaram a fazer parte das rotinas da Coordenação. Posteriormente, em 2012, a metodologia do gerenciamento de riscos foi adotada, permitindo uma visão integrada sobre o grau de risco das coleções, tornando-se ferramenta essencial para a elaboração de estratégias de conservação mais eficientes e melhor utilização dos recursos.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as atividades realizadas com vistas à implantação de ações mais eficazes voltadas à preservação dos acervos da Câmara dos Deputados, os passos seguidos para o estabelecimento de rotinas de gerenciamento de riscos na Instituição, com destaque para a identificação dos problemas e análise dos riscos e critérios de valoração adotados para a definição do grau de significância dos acervos. Ressaltando ainda, as estratégias utilizadas no sentido de garantir o apoio e envolvimento de todas as unidades administrativas neste processo interdisciplinar.

2 I ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO

2.1 Política de Preservação

Consciente de suas competências, a Cobec emvidou esforços para a criação de política inovadora de preservação da memória e do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados que estabelecesse normas e condutas referentes à conservação e segurança dos acervos, bem como à responsabilidade e competência dos diversos setores quanto à sua manutenção.

O projeto de criação da política foi considerado estratégico pela alta administração e classificado como corporativo, ganhando prioridade em sua execução. Iniciado em 2010, em junho de 2012 teve a norma interna denominada Ato da Mesa nº 49¹ (Câmara dos Deputados, 2012) publicada, sendo reforçado em 2014 com a criação, edição e distribuição

¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-49-16-julho-2012-773826-norma-cd-mesa.html>

do Guia de Preservação do Patrimônio Cultural da Câmara dos Deputados², constando instruções e recomendações de boas práticas relacionadas aos procedimentos adequados para preservação e acesso aos acervos da Instituição.

A política, elaborada de acordo com os objetivos, público alvo e tipos de acervos específicos da Câmara dos Deputados, observou ainda as atribuições de preservação de toda informação registrada, produzida, recebida, adquirida, capturada ou colecionada pela Casa no desempenho de sua missão institucional de representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, além de observar as recomendações dos códigos de ética, práticas e normas técnicas nacionais e internacionais relacionadas à manutenção do patrimônio.

Sendo articulada de modo a observar as normas fixadas nas demais políticas relacionadas à gestão de conteúdos informacionais, em especial às políticas de preservação digital e de segurança da informação, estabeleceu normas e critérios que envolveriam os principais aspectos da preservação, servindo também de diretriz para a alocação de recursos e criação de projetos com impacto na manutenção dos acervos, bem como o desenvolvimento da cooperação entre as unidades administrativas e servidores.

Em conformidade com as diretrizes da Política, foram definidos requisitos gerais para a criação de projetos a serem desenvolvidos pela Coordenação, como a definição do grau de significância das coleções, a implantação da ferramenta de gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural, a adequação da infraestrutura dos locais de guarda dos acervos, a contínua capacitação dos servidores e a contratação de profissionais qualificados da área de preservação.

Todas estas ações auxiliaram para um melhor embasamento das solicitações realizadas para aplicação na melhoria dos trabalhos do setor, além de proporcionar maior credibilidade perante às demais unidades administrativas.

A Cobec passou a desenvolver ações que promovessem a otimização de seus processos de trabalho, garantindo melhores condições de conservação aos bens culturais sob sua responsabilidade, o que evidenciou a necessidade de uma visão de longo prazo, onde as diretrizes e ações abranjam não apenas a manutenção da integridade física do patrimônio cultural da Instituição, mas garantam que os demais setores estejam alinhados e compromissados com a conservação dentro do âmbito organizacional.

2.2 Educação Patrimonial

O trabalho de conscientização e mobilização junto aos diferentes públicos que transitam nas dependências da instituição teve início em 2012, paralelamente à implantação da Política de Preservação, e foi desenvolvido com o objetivo de criar meios de disseminação do conhecimento sobre a existência e importância do patrimônio histórico e cultural da Câmara dos Deputados, fomentando o envolvimento das diversas áreas da

2 Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20179>

Casa com relação às ações relativas à preservação do patrimônio, além de desenvolver a responsabilidade individual e coletiva dos servidores e colaboradores.

Ao todo, são 513 deputados, mais de 14 mil servidores, CNEs e secretários parlamentares, aproximadamente 3 mil terceirizados, além de 300 mil visitantes por ano e aproximadamente 10 mil pessoas por dia que fazem parte do cotidiano dos trabalhos da Instituição e que, conseqüentemente, estão em constante interação com os bens culturais por ela distribuídos.

O projeto, intitulado “Arte por toda a Casa – este patrimônio também é seu”, foi criado a partir de pesquisa realizada para desenvolvimento de projeto de monografia em curso de Especialização em Instituições Políticas oferecido pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados (FARIAS, 2012), e abrangeu um público constituído por servidores, prestadores de serviços, funcionários, colaboradores e visitantes.

Os resultados da pesquisa mostraram a existência de uma grave falta de comunicação entre o serviço de preservação, funcionários, servidores, gestores e demais departamentos da Instituição, demonstrando que 77% das pessoas não sabiam qual departamento era responsável pelo atendimento das coleções, embora o serviço tivesse quase 25 anos de existência. Além disso, 71% nunca tinham ouvido falar sobre o trabalho desenvolvido pela Coordenação. Surpreendentemente, 81% dos entrevistados concordaram que na Instituição existiam coleções significativas que deveriam ser preservadas, muito embora 78% não pudessem reconhecer a maioria dos itens importantes.

Na primeira edição da campanha foram realizadas palestras educativas didaticamente construídas com a aplicação de técnica teatral visando a fixação do aprendizado, além da criação de diversos materiais de divulgação tais como vídeo institucional, cartilha educativa, cartazes, *banners*, *folders*, filipeta, selo, cartão postal, revista ilustrada e em braile, além de vasta divulgação por intermédio das mídias internas e externas.

Em suas edições seguintes foram realizadas oficinas de acondicionamento, higienização e pequenos restauros, laboratórios itinerantes, exposições, lançamento de catálogos com informações sobre a área de preservação e seminário nacional que abriu canal de discussão entre os órgãos públicos de todos os poderes, com a participação de mais de 11 Estados.

Cientes de que as adversidades para o desenvolvimento de qualquer atividade devem fazer com que ações e estratégias sejam repensadas, e de que a preservação só acontece quando existe cooperação entre as áreas envolvidas, a Cobec tem trabalhado com persistência a conscientização sobre a relevância do patrimônio histórico e cultural da Instituição, assim como a imprescindibilidade de sua manutenção, por meio de campanha de educação patrimonial, metodologia que exige continuidade, apoio e aplicação adequada de recursos.

Posteriormente transformado em programa, o projeto de educação patrimonial modificou a realidade da área de preservação que, embora não fosse atividade-fim da

Instituição, adquiriu considerável visibilidade e credibilidade, sendo reconhecida sua importância para a manutenção da história legislativa.

2.3 Gerenciamento de Riscos

Considerando todos os aspectos da abordagem da gestão de riscos e sua adequação aos princípios da eficiência e economicidade, princípios que regem a gestão na administração pública brasileira, cujos pilares se baseiam no binômio: qualidade nos serviços + racionalidade de gastos, e ciente da importância de seu patrimônio cultural e dos benefícios potenciais do uso de tal metodologia, a Câmara dos Deputados decidiu pela integração desta ferramenta ao sistema de gestão dos acervos, dando início em 2012 à sua implantação.

Para a Câmara dos Deputados o uso da metodologia representaria uma contribuição adicional significativa às estratégias de segurança e conservação de seu patrimônio histórico e cultural, visto que permitiria o estabelecimento de prioridades para ações preventivas de forma bem fundamentada e transparente, além de constituir ferramenta eficaz para aprimoramento e tomada de decisões.

Tendo como base o diagnóstico de conservação desenvolvido pelo Getty Conservation Institute (GCI), denominado *The Conservation Assessment: A Proposed Model for Evaluating Museum Environmental Management Needs (1999)*, e as recomendações do International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), amplamente divulgadas e conhecidas no campo da metodologia científica do gerenciamento de riscos, foi realizado o levantamento do estado de conservação dos acervos considerando os dez agentes de deterioração³: forças físicas, criminosos, fogo, água, pestes, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação; suas causas, mecanismos e rotas de propagação, além de analisados a região, edifícios e áreas de guarda.

O questionário, dividido em duas partes, abrangeu informações gerais sobre os acervos e diagnósticos do seu estado de conservação. A primeira parte, preenchida pelos gestores, compreendeu as características do acervo, sua tipologia, dimensão, forma de catalogação, utilização e acesso, além de seleção prévia dos itens por ordem de importância e prioridade. A segunda parte, realizada pela Cobec por meio de observação e estudo *in loco*, avaliou a estrutura física do local de guarda, sua ambientação, a ocorrência de infestações biológicas, os procedimentos de manutenção, higienização e segurança.

A medição de análise da magnitude dos riscos foi realizada utilizando o método ABC (*risk management approach to the preservation of cultural heritage*), desenvolvido pelo Canadian Conservation Institute (CCI) e o ICCROM.

Uma vez mensurada a magnitude dos riscos, analisada a partir da frequência ou velocidade em que se espera que o dano ocorra, “[...] juntamente com a perda de valor

3 Disponível em: <https://arekreatif.ga/read.php?id=btNQCgAAQBAJ>

para o acervo decorrente da extensão do dano causado e da fração afetada” (HOLLÓS E PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p.78), seria possível compará-los e, considerando todos os critérios subjacentes, estabelecer diretrizes de trabalho que priorizassem o tratamento e mitigação dos acervos que estivessem com maior grau de risco estruturando de forma sistemática, considerando-se cinco possíveis estágios de controle para evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar o dano (HOLLÓS E PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p.78).

Estas informações permitiram uma visão integrada sobre os problemas inerentes aos acervos, proporcionando dados atualizados para a elaboração de estratégias de conservação mais eficientes que, quando associadas ao grau de significância, facilitariam o estabelecimento de prioridades de ação.

Nos dias atuais somos constantemente confrontados a estabelecer tais prioridades, tomando decisões que devem ter como base dados concretos que propiciem a otimização de ações de preservação e garantam a salvaguarda dos acervos culturais, reduzindo assim, significativamente, as perdas e danos futuros ao patrimônio, em especial àqueles decorrentes da falta de informação e de critérios para a alocação de recursos. Com este intuito e,

“Para podermos transmitir nossos acervos culturais às gerações futuras com a menor perda de valor e a maior acessibilidade possível, é imprescindível evitar o “achismo” e passar a orientar as decisões voltadas à proteção desse patrimônio com base em critérios bem definidos e em justificativas fundamentadas em dados estatísticos e técnico-científicos confiáveis.” (PEDERSOLI JÚNIOR, 2011, Relatório de gestão de risco CD).

2.4 Avaliação do Grau de Significância

No âmbito do projeto mais amplo de implantação da ferramenta de gerenciamento de riscos para a gestão dos acervos culturais da Câmara dos Deputados, um requisito essencial era a avaliação do seu grau de significância e “valoração”, entendendo-se por “valoração” a quantificação de como o valor total dos acervos culturais da Instituição se encontrava distribuído entre suas diversas coleções.

A avaliação do grau de significância dos acervos da Câmara dos Deputados, realizado por uma equipe interdisciplinar, levou em consideração a multiplicidade de valores atribuídos ao patrimônio cultural, a existência de diferentes partes interessadas e a missão e valores da Instituição, sendo dividida em dois momentos distintos para cuja condução de trabalhos foi contratado profissional externo com vasta experiência na área.

Os serviços oferecidos pelo profissional contratado incluíram duas etapas à distância e uma presencial, compreendendo, também, o envio de relatório final com a análise dos trabalhos realizados, construção do diagrama de valor dos acervos e a confecção de relatório referente à descrição da metodologia aplicada.

A primeira etapa incluiu a formulação de questionário juntamente com os gestores da Cobec, utilizando como referência literária as publicações do Getty Conservation Institute,

Assessing the Values of Cultural Heritage (TORRE, 2002), e do Collections Council of Australia, *Significance 2.0, a guide to assessing the significance of collections* (RUSSELL, 2009). A segunda etapa compreendeu a coleta e análise dos dados para fins de valoração.

Essas etapas, permeadas pela comunicação e consulta a todas as partes interessadas e atores do processo, seriam posteriormente monitoradas, tendo seus aspectos relevantes constantemente revisados.

No levantamento de dados, cada unidade administrativa detentora de acervo responderia às perguntas exclusivamente destinadas ao(s) acervo(s) sob sua gestão, as quais abrangiam informações sobre a caracterização dos acervos (tipologia e dimensões/número de itens, categorias “curatoriais” existentes), seus usos e principais atributos que determinariam sua importância ou valor para a Instituição. Também foi necessária a elaboração de uma breve “declaração de significância” para o(s) acervo(s) sob sua gestão, assim como a identificação preliminar das categorias de valor para este(s) acervo(s).

Os atributos de valor definidos para a Câmara dos Deputados (Tabela 1) foram divididos em oito categorias: valor histórico, valor social, valor legal, valor técnico/científico, valor econômico, valor artístico/estético, raridade/singularidade e procedência, sendo utilizados como *key values* durante o processo de análise do grau de significância e importância de cada coleção.

A estes atributos foram atribuídos uma pontuação (Tabela 2) e, posteriormente pesos de acordo com seu grau de importância para o cumprimento da missão Institucional. Este trabalho foi realizado, em etapa presencial, de forma conjunta e participativa com todos os gestores de acervos da Câmara dos Deputados.

Atributo	Definição	Peso
Valor histórico (VH)	O componente do acervo está diretamente associado e contribui de forma essencial para a compreensão e apreciação da história da Câmara dos Deputados e/ou do país.	5
Valor social (VS)	O componente do acervo contribui de forma essencial para o sentimento de identidade cultural ou política da sociedade brasileira, podendo conter informações ou símbolos que identificam a participação e o reconhecimento dessa sociedade no processo legislativo.	10
Valor legal (VL)	O componente do acervo possui valor legal para subsidiar as atividades (meio e fim) da Câmara dos Deputados e salvaguardar direitos individuais.	15
Valor técnico/científico (VT/C)	O componente do acervo carrega informação e/ou dados que contribuem (ou podem contribuir) de forma significativa para a educação e/ou estudos acadêmicos, podendo, ainda, constituir uma referência técnico-científica sobre determinados temas ou áreas de conhecimento específicas.	1,5
Valor artístico/estético (VA/E)	O componente do acervo possui elevada qualidade artística e/ou de design, contendo itens representativos de artistas, estilos, movimentos artísticos e/ou de design reconhecidos.	1
Valor econômico (VE)	O componente do acervo possui valor de mercado significativo.	1
Raridade/singularidade (R/S)	O componente do acervo contém itens únicos ou raros, itens de qualidade excepcionalmente elevada ou itens excepcionalmente bem estudados e documentados de um determinado tipo ou estilo de obra, registro ou outro bem cultural material.	1
Procedência (P)	O componente do acervo tem sua criação, origem e história bem documentadas e reconhecidamente vinculadas à Câmara dos Deputados e suas atividades.	2,5

Tabela 1 - Atributos de valor definidos para a Câmara dos Deputados

Pontuação	Significado da pontuação
0	O componente do acervo não possui este atributo.
1	A presença deste atributo no componente do acervo é muito pequena.
2	A presença deste atributo no componente do acervo é pequena (da ordem de 10 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
3	A presença deste atributo no componente do acervo é média (da ordem de 100 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
4	A presença deste atributo no componente do acervo é alta (da ordem de 1.000 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
5	A presença deste atributo no componente do acervo é muito alta (da ordem de 10.000 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
6	A presença deste atributo no componente do acervo é excepcional (da ordem de 100.000 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1"). Esta pontuação deve refletir a intensidade máxima do atributo considerando-se todos os acervos da Instituição.

Tabela 2 – Pontuação dos atributos de valor

Utilizando os dados acima, a importância relativa dos acervos foi estabelecida criando-se o diagrama de valor (Gráfico 1), que demonstra a importância relativa dos diferentes componentes do acervo. Neste tipo de gráfico, conhecido também com *value pie*, o tamanho de cada setor indica quanto (em %) cada coleção representa no valor total do acervo.

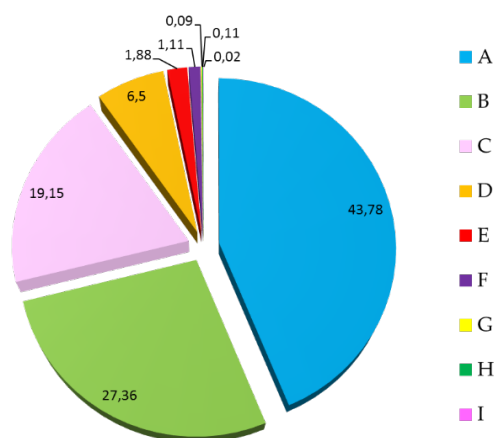


Gráfico 1 – Diagrama de valor dos acervos da Câmara dos Deputados

Paralelamente, o gráfico que demonstra (em %) quanto do acervo cada categoria

representa (Gráfico 2), em termos quantitativos, também foi construído.

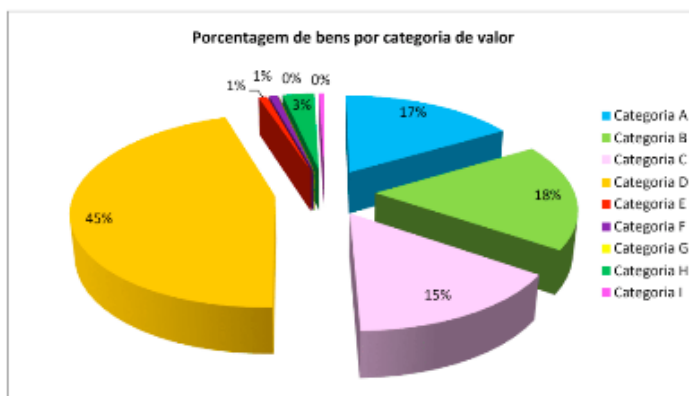


Gráfico 2 – Porcentagem de acervos por categoria de valor

Comparando os dados destes gráficos foi possível observar que as maiores categorias de valor estão representadas por menos de 50% do quantitativo total do acervo.

2.5 Trabalho em Equipe

Um método multidisciplinar ajuda a fornecer diferentes perspectivas sobre os problemas e a alcançar soluções baseadas em uma nova compreensão das situações. No projeto de gerenciamento de riscos, a colaboração e o envolvimento entre gerentes e conservadores durante a implementação da metodologia foi extremamente relevante, não só para a avaliação da significância das coleções, mas também porque, a partir daquele momento, permitiu que o serviço de preservação fortalecesse a captação de recursos para projetos de conservação, especialmente na implementação de ações estabelecidas em conjunto pelo grupo de trabalho.

No início da implantação da metodologia os gestores de acervos, que antes eram sensibilizados através da campanha de educação patrimonial desenvolvida pelo serviço de preservação, estavam ansiosos para colaborar. Juntos, bibliotecários, museólogos, arquivistas, arquitetos, engenheiros e conservadores utilizaram seus conhecimentos técnicos para gerar ideias criativas em prol da preservação da memória legislativa.

A longo prazo, um dos resultados desse processo de gestão compartilhada foi a substituição do modelo de gestão compartimentada, utilizada por muitos anos na Instituição, pela metodologia da visão sistêmica, que preconiza a “(...) coexistência e troca permanente de informações como forma de aprimoramento das experiências no processo de formação e preservação do patrimônio”. (HOLLÓS E PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, pp. 72).

3 | CONCLUSÃO

A questão da preservação de acervos pertencentes a órgãos públicos vem suscitando discussões a respeito das responsabilidades inerentes à sua manutenção, bem como a sua gestão e conservação. Fazem parte deste contexto não apenas instituições públicas cujas atividades estão diretamente ligadas à museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais, mas também instituições direcionadas a outros fins, como é o caso da Câmara dos Deputados.

O patrimônio cultural destas instituições está submetido ao arcabouço legal que estabelece normas para a proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, e diretamente vinculado aos princípios que regem a Constituição Federal de 1988, que define de forma mais abrangente o significado de patrimônio cultural e a competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios perante estes bens. Mesmo submetidos a tais normas, o patrimônio se encontra constantemente ameaçado pela falta de recursos que coloca o acervo à mercê de todo tipo de riscos.

Nos últimos anos a cultura assumiu papel central nas discussões políticas e nos mais variados meios de comunicação. Nas últimas décadas, instâncias do poder público perceberam a importância de preservar sua memória institucional, vendo nela importante instrumento para o fortalecimento de sua identidade. Essa visão suscitou ações cujo objetivo seria a preservação do patrimônio cultural sob sua guarda.

Tais ações de preservação em órgãos públicos, considerando suas especificidades e tendo em vista que os acervos não existem isoladamente, estando inseridos em um contexto institucional, devem considerar dois aspectos importantes: o técnico e o organizacional.

Sob este prisma, aos conservadores/restauradores cabe a execução de medidas voltadas para a conservação dos bens culturais utilizando ferramentas seguras que contribuam para o prolongamento da vida útil dos objetos e viabilize a adequada alocação de recursos.

Reconhecendo que a proteção do patrimônio cultural é um desafio, onde as adversidades devem ser vistas como possibilidades, garantindo assim a eficácia no cumprimento do que é determinado por lei, e entendendo ser necessário parar, rever ações e buscar novos caminhos, a Cobec enviou esforços para a criação da Política de Preservação, com o desenvolvimento de campanha educativa e ações que viabilizassem a preservação do patrimônio cultural na Câmara dos Deputados enraizada no diálogo e construção coletiva do conhecimento.

Por meio destas ações, a manutenção do patrimônio passou a ser reconhecida pela Instituição como uma atividade essencial e, indiscutivelmente, a criação de uma política interna de preservação e a educação patrimonial mostrou serem aspectos fundamentais para que esta mudança de paradigma pudesse acontecer.

Os muitos procedimentos necessários para a preservação das coleções são um

desafio, mas também podem ser vistos como uma oportunidade de diálogo, interação entre diferentes setores e especialistas para o desenvolvimento de soluções diante do inesperado.

A adoção da ferramenta de gestão de riscos, embora trabalhosa e exigente para todas as partes envolvidas, foi essencial para o estabelecimento de prioridades, e permitiu maior conhecimento dos acervos e seu grau de risco, contribuindo para uma gestão eficiente e eficaz.

A avaliação da significância dos acervos foi instrumento vital para o gerenciamento das coleções. Realizado com base na missão e visão da Instituição, os atributos e pontuações foram estipulados, mostrando a todos os gestores quais coleções são mais valiosas e o motivo pelo qual as prioridades deveriam ser estabelecidas considerando tal *status*.

A Câmara dos Deputados, enquanto instituição pública, é responsável pela preservação de suas coleções, incluindo guarda, segurança e disponibilização em condições adequadas, o que permite o compartilhamento das informações nelas contidas de modo consciente e democrático. A Cobec, como órgão competente pela aplicação das ações compreendidas nesta responsabilidade, espera que suas ações e experiências de sucesso, enraizadas no diálogo e senso de responsabilidade coletiva, possam mudar paradigmas no que concerne à proteção destes e dos demais bens culturais sob a proteção do poder público, trabalhando para sua transmissão às gerações futuras na plenitude de sua integridade.

A todos os envolvidos, nossos agradecimentos.

REFERÊNCIAS

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Guia de preservação do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados**. – Reimpr. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20179>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa nº 49, de 16 de julho de 2012. **Institui a Política de Preservação dos Suportes Físicos dos Conteúdos Informacionais da Câmara dos Deputados**. Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 17/7/2012. p. 82. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-49-16-julho-2012-773826-norma-cd-mesa.html>

FARIAS, Juçara Quinteros de. **Preservação da Memória Legislativa na Câmara dos Deputados**. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. Programa de Pós-Graduação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

HOLLOS, Adriana. PEDERSOLI JÚNIOR., José Luiz. **Gerenciamento de Riscos: Uma abordagem interdisciplinar**. Ponto de Acesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br.

PEDERSOLI JÚNIOR, José Luiz . **Relatório de Gestão de Risco da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

RUSSELL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. **Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collection**. 2ª ed.. Australia: National Library. 2009.

STANDARDS AUSTRALIA. **Norma AS/NZS 4360:2004**, Risk Management. Australian/New Zealand Standard. 2009.

The Conservation Assessment: **A Proposed Model for Evaluating Museum Environmental Management Needs** (Avrami, Erica, Kathleen Dardes, Marta de la Torre, Samuel Y. Harris, Michael Henry, and Wendy Claire Jessup, contributors). 1999. Disponível em: <http://www.getty.edu>.

TORRE, Marta de la (Coord.). Assessing the Values of Cultural Heritage: research report. Los Angeles: GCI, 2002. Disponível em https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/valuesrpt.pdf

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 10, 1, 3, 8, 9, 17, 18, 20, 21, 22, 43, 44, 53, 55, 56, 64, 118

B

Barreiras Ambientais 42

C

Câmara dos Deputados 9, 12, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178

Cartas Patrimoniais 11, 115, 126, 157

Conservação 11, 58, 59, 60, 62, 67, 69, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 141, 143, 154, 155, 156, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 176, 177

D

Desenho Urbano 74, 82, 83, 93, 105, 107, 109

Documentação 18, 58, 59, 62, 63, 125, 126, 127, 129, 153, 167

E

Espaço Público 44, 72, 82, 83, 85, 89, 91, 92, 93, 111, 112

Extensão Universitária 82, 85, 93

F

Fragilidade Socioespacial 9, 10, 1

G

Gerenciamento de Riscos 166, 168, 169, 171, 172, 176

H

Humanización 25

I

Impacto Ambiental 9, 8, 25

Inclusão 4, 19, 42, 85, 116, 130

Intervenções urbanísticas 154

P

Paisagem Cultural 11, 142, 143, 147, 149, 151, 152, 153, 165

Participação popular 82, 85, 93

Patrimônio 9, 11, 2, 5, 8, 58, 64, 70, 105, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177,

178

Patrimônio Cultural 58, 64, 70, 115, 116, 119, 121, 122, 126, 130, 131, 141, 143, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 162, 167, 168, 169, 171, 172, 177, 178

Patrimônio Histórico 105, 117, 126, 132, 133, 135, 141, 158, 165, 167, 168, 169, 170, 171

Patrimônio Imaterial 9, 11, 117, 133, 142, 144, 145, 151, 152, 158

Patrimônio Industrial 9, 11, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 130

Performance Urbana 105

Periferia Metropolitana 1, 93

Políticas públicas 93, 140, 154, 155, 164

Preservação 8, 18, 70, 80, 115, 116, 118, 119, 121, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 139, 140, 143, 151, 154, 156, 157, 163, 166, 168, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Princípio Responsabilidade 94, 104

Progresso 94, 95, 96, 97, 103, 118

R

Rehabilitación- Salud 25

Relações Porto-Cidade 11, 94, 98

Restauração 11, 60, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 129, 130, 131

Revitalização Urbana 105

Rota acessível 42

S

Setor Hospitalar Local Sul 10, 72, 73, 80

Sítio histórico 154, 155, 164

Sustentabilidad 25, 27

T

Tecnologias Alternativas Em Arquitetura 1

Turismo Cultural 105, 152

V

Vila Economizadora 11, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Vilas Operárias 65, 132, 137

W

Workshops Colaborativos 82, 92

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade
